



**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO**

**ALEX MENDES FERREIRA
ANA PAULA CABRAL DE CARVALHO**

**PRIMEIRO CENTENÁRIO DA IMPRENSA BAIANA:
DA IMPRENSA ÁULICA À GRANDE IMPRENSA
(1811 – 1911)**

Salvador

2007

**ALEX MENDES FERREIRA
ANA PAULA CABRAL DE CARVALHO**

**PRIMEIRO CENTENÁRIO DA IMPRENSA BAIANA:
DA IMPRENSA ÁULICA À GRANDE IMPRENSA
(1811 – 1911)**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Habitação Jornalismo – como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social – Habitação Jornalismo.

Orientadora: Professora doutora Sônia Serra, Mestre em Ciências Sociais (UFBA) e Doutora em Mídia e Comunicações (University of London)

SALVADOR

2007

**ALEX MENDES FERREIRA
ANA PAULA CABRAL DE CARVALHO**

**PRIMEIRO CENTENÁRIO DA IMPRENSA BAIANA:
DA IMPRENSA ÁULICA À GRANDE IMPRENSA
(1811 – 1911)**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado para obtenção do grau de bacharel em Comunicação – Habilitação: Jornalismo, Faculdade de Tecnologia e Ciência, à seguinte banca examinadora:

Sônia Serra - FTC
Orientadora

Clarissa Amaral - FTC
Professora

Marússia Brito - FTC
Professora

Salvador, 18 de dezembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer. Para nós, apenas dizer obrigado é muito pouco. Às vezes, uma simples palavra ou um pequeno gesto representa uma grande força. As palavras, a dedicação e o apoio que recebemos durante o percurso deste trabalho foram de fundamental importância para essa empreitada. Gostaríamos de agradecer a muitas pessoas:

Em primeiro lugar, aos nossos pais, que durante esses quatro anos nos incentivaram e sempre acreditaram em nosso potencial. O agradecimento se estende a toda família, que pacientemente e com bom humor viu o nosso desespero com o *deadline* apertado na versão final da monografia. Obrigado pela compreensão e pela força!

Aos nossos amigos, que por mais de quatro meses viveram a experiência da nossa ausência quase que total. Ainda bem que eles detestaram a nossa falta! Sem contar que, durante os raros encontros tiveram que ouvir o único assunto que nos ocupava a maior parte do tempo e dos pensamentos: a monografia. Aqui, omitimos os seus nomes para não cometermos o pecado imperdoável do esquecimento. Vocês foram muito importantes. Nossa gratidão e amizade são eternas.

Falando em amigos, não podemos deixar de falar dos que trilharam a mesma trajetória que a nossa: os nossos amigos de sala. Cada um de vocês contribuiu para o nosso crescimento. Esses quatro anos ficarão eternamente em nossa memória, como um tempo bom, repleto de descobertas e aprendizagem.

Durante esse período tivemos a sorte e o prazer de conviver com professores e mestres de incomparável qualidade e capacidade profissional. Alguns deles, hoje nossos amigos pessoais, não sabem o quanto foram importantes para a nossa formação profissional e até mesmo como cidadãos.

Agradecemos não só aos funcionários do setor de microfilmagens do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) e do setor de periódicos raros da Biblioteca Central, aos atendentes da Fundação

Clemente Mariane e da Casa de Rui Barbasosa pela atenção dispensada e até pelo carinho e cuidado com que cuidam dos acervos a que nós tivemos acesso, mas a todos que nos emprestaram livros, textos e idéias a fim de nos ajudar a escrever um bom trabalho.

Agradecemos as professoras Clarissa Amaral e Marusia Brito por terem aceitado fazer parte da banca avaliadora do nosso trabalho.

Por fim, gostaríamos de agradecer imensamente a professora e mestre Sonia Serra, que com o seu profundo conhecimento sobre historia do jornalismo e sobre imprensa, nos honrou com sua orientação sólida e observações importantes para a realização desse trabalho. Mas fica aqui registrado que a responsabilidade pelo que vai escrito é exclusivamente nossa, autores desta monografia, sobretudo os aspectos passíveis de crítica.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de traçar um panorama geral da imprensa baiana durante seu primeiro século de existência (1811 a 1911). Nele estão contidas periodizações tanto da imprensa mundial quanto da brasileira, que, aliadas às teorias que regem cada um dos períodos ajudam no entendimento da evolução da imprensa, de suas características e de seu papel em cada momento. Os autores se apoiaram nessas teorias e na leitura de periódicos publicados durante o primeiro século da imprensa baiana, a fim de verificar as características da imprensa baiana e esboçar uma periodização para o jornalismo baiano no período estudado.

Palavras-chave

Jornalismo, História, Periodização, Bahia

Abstract

This work has the objective to trace a general analysis about Bahia State press during its first century of existence (1811 the 1911). In it, there are selected periods in the world-wide press and Brazil-wide press, which, allied to the theories that prevail each one of this periods, helps understanding the press evolution, its characteristics and its role at each moment. The authors were supported by these theories and the reading of periodic published during the first century of the Bahia state press, in order to verify the characteristics of this press and to sketch sections in periods for the Bahia state journalism in the studied century.

Key-words

Journalism, History, Pressa, Bahia State

Resumém

Este trabajo tiene como objetivo trazar uno panorama general de la prensa em la Bahia mientras su primer siglo (1811-1911). Él contiene las etapas de la prensa en el mundo y en el Brazil además de las teorías que regen cada uno de las etapas. Juntas ayudan a comprender la evolución de la prensa, de sus carateristicas y de su función em cada rato. Los escritores usan essas teorías y la lectura de lãs publicaciones periódicas del primer siglo de la prensa en la Bahia, objetivando lãs identificaciones de las carateristicas de la prensa de la Bahia y trazar una división del periodismo de la Bahia en el tiempo investigado.

Palavras clabe

Periodismo, Historia, División, Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A EVOLUÇÃO NA IMPRENSA NO MUNDO	9
2.1	PRIMEIRO JORNALISMO	9
2.2	SEGUNDO JORNALISMO	11
2.3	TERCEIRO JORNALISMO	12
2.4	QUARTO JORNALISMO	13
2.5	PERIODIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA, POR JUAREZ BAHIA	13
2.5.1	Fase inicial	15
2.5.2	Correio Brasiliense ou Armazém Literário	17
2.5.3	Visões sobre o jornalismo e seu papel, na fase inicial	18
2.5.4	Em busca de um jornalismo independente	20
2.6	FASE DE CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA	21
2.6.1	Visões sobre o jornalismo e seu papel, na fase de consolidação	24
2.7	OUTRAS PERIODIZAÇÕES SOBRE A IMPRENSA NO BRASIL	25
2.8	CORRENTES DOUTRINÁRIAS	26
2.8.1	Teoria Autoritária da Imprensa	27
2.8.2	Teoria Liberal	27
2.8.3	Teoria da Responsabilidade Social	29
3	IMPRENSA BAIANA	30
3.1	A GAZETA IDADE D'OURO DO BRAZIL	32
3.1.1	Censura	40
3.1.2	A Revolução Constitucional do Porto e a Bahia	41
3.2	A IMPRENSA DA INDEPENDÊNCIA	44
3.3	CARACTERÍSTICAS DOS JORNAIS BAIANOS: INTENÇÕES E INTERESSES	51
3.3.1	Diversidade, temáticas e público	54
3.3.2	Linguagem e feição dos jornais	61
3.3.3	Os Anúncios	64
3.3.4	As Notícias	68
3.3.5	Os Jornalistas	71
3.3.5.1	O jornalista Cipriano Barata	76
3.3.5.2	O jornalista Rui Barbosa	78
3.3.5.2.1	Rui Barbosa e o papel de cão de guarda	82
3.3.6	A verdade como valor jornalístico	85
3.3.7	Liberdade de imprensa	87
3.4	PERIODIZAÇÃO DA IMPRENSA NA BAHIA	92
3.4.1	A imprensa áulica	95
3.4.2	A imprensa na Independência	95
3.4.3	Jornalismo Político-literário	96
3.4.4	Jornalismo informativo	97
3.4.5	A grande imprensa	97
4	CONCLUSÃO	99
5	REFERÊNCIAS	102
6	ANEXO	105
7	ÍNDICE DOS JORNAIS CITADOS	106

1. Introdução

O Brasil, descoberto em 1500, só começou a ser povoado pelos portugueses em 1516, porém isso só ganhou peso em 1530, quando Martim Afonso de Souza veio explorar o território brasileiro, por ordem da coroa portuguesa. E a população do Brasil cresceu e se multiplicou. Porém, mesmo com a presença dos portugueses no Brasil, o governo da metrópole não permitia que aqui circulassem impressos e jornais, apesar de Portugal ter lançado mão da imprensa desde 1480.

Com o passar do tempo, no Brasil houve duas tentativas de instalação de oficinas tipográficas. Uma em Recife, em 1706, e outra no Rio de Janeiro, em 1747. Ambas tentativas foram frustradas, por determinação da corte de Lisboa, que ainda não liberara a livre circulação de idéias na colônia.

A imprensa só seria estabelecida no Brasil em 1808, após a mudança da família real e das cortes portuguesas que se viram obrigadas a fugir de sua terra Natal temendo a dominação de seu território por Napoleão Bonaparte, soberano francês. Sendo assim a imprensa se instala, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, a partir da fundação da Imprensa Régia, que alguns meses depois edita o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Entretanto, a Bahia seria a segunda província autorizada a estabelecer uma oficina tipográfica. Com a permissão do governo, o português Manuel Antonio da Silva Serva instalara sua oficina, em Salvador, no ano de 1811, e logo após lançara a *Idade D'Ouro do Brazil* primeira gazeta baiana, o segundo periódico do Brasil.

É este ano de 1811 o primeiro grande marco da imprensa na Bahia e é ele o ponto de partida para a presente monografia, que se propõe a analisar os cem primeiros anos da imprensa baiana.

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa era investigar – no período que compreende o primeiro centenário da imprensa baiana (1811 a 1911) – através de edições de aniversário dos

jornais e edições publicadas em datas comemorativas, a fim de perceber as reflexões dos jornalistas sobre a sua própria atividade e sobre o jornalismo praticado na época. Seriam os artigos de fundo as principais fontes para obtenção das informações pretendidas.

Durante o processo de análise dos jornais que constituem a amostra, os pesquisadores depararam-se com a dificuldade de encontrar edições comemorativas, seja pelo fato das edições estarem danificadas, seja pela deficiência dos acervos pesquisados. Outro aspecto que determinou o rumo da pesquisa foi a constatação de que, na maioria dos casos em que tais edições foram encontradas, não haviam nos jornais artigos que refletissem sobre os aspectos que norteavam o trabalho.

A partir dessas dificuldades, os pesquisadores ampliaram o universo da pesquisa, passando, então, a analisar edições aleatórias, à procura de artigos que versassem sobre jornalismo e imprensa, de uma forma geral, a fim de caracterizar a imprensa baiana no seu primeiro centenário.

O presente estudo é uma pesquisa exploratória sobre a imprensa baiana nos seus primeiros cem anos, que foi motivado pela escassez dos estudos que abordem a imprensa baiana neste período. Boa parte dos trabalhos produzidos anteriormente são estudos de caso de algum jornal específico ou de alguns jornais em determinado momento histórico. Os autores desta monografia ousaram estudar um centenário e uma enorme gama de periódicos existentes no espaço de tempo em questão, a fim de traçar as características gerais da imprensa baiana neste período e de tentar situar a Bahia na periodização do jornalismo proposta para o Brasil.

Foge ao escopo deste trabalho o estudo das evoluções técnica, gráfica e tecnológica aplicadas aos jornais da imprensa baiana nos seus primeiros cem anos, mas nada impede que estes aspectos sejam, em alguns momentos, citados em observações dos autores. As citações serão ocasionais e com a função de ilustrar as mudanças observadas, a exemplo do tipo de linguagem usada pelos redatores, tipo de diagramação, uso de ilustrações, quantidade de páginas ou presença da publicidade, entre outros aspectos.

Além do grande número de jornais utilizados para a pesquisa específica dos periódicos baianos, os autores lançaram mão das teorias normativas do jornalismo (teorias autoritária, liberal e da responsabilidade social), periodizações da imprensa no mundo e no Brasil, livros de História e livros sobre a imprensa brasileira e baiana, além de outros a respeito de Cipriano Barata e Rui Barbosa, ilustres jornalistas baianos que atuaram no período pesquisado.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro é a introdução, que tem como objetivo apresentar o objeto de estudo, as justificativas para sua realização, seu objetivo, a metodologia aplicada e as teorias de base.

O segundo capítulo trata das periodizações do jornalismo no mundo, a partir da visão de Ciro Marcondes Filho – que divide a imprensa em cinco etapas: a pré-história e os primeiro, segundo, terceiro e quarto jornalismo – e no Brasil, proposta por Juarez Bahia, que apresenta o jornalismo brasileiro sob quatro fases: inicial, de consolidação, moderna e contemporânea. Nele são apresentadas as concepções do jornalismo e seus papéis em cada momento. Ainda como parte deste capítulo, se encontram as teorias que regiam o jornalismo em cada um dos momentos apresentados nas periodizações de Marcondes Filho e Juarez Bahia, entre outros autores.

Já o terceiro capítulo aborda os assuntos relacionados especificamente à Bahia. Nele estão representados diversos jornais do período, com destaque à primeira gazeta baiana, a *Idade D'Ouro do Brasil*, aliados a todas as impressões dos autores deste estudo, relacionadas como características da imprensa baiana, seguindo temas como diversidade de periódicos, linguagem e feição dos jornais, presença de anúncios, as concepções das notícias da época, além do perfil de dois jornalistas de destaque: Cipriano Barata e Rui Barbosa, que aparece com maior riqueza de informações tendo em vista a sua numerosa obra e, em especial, o discurso “A Imprensa e o Dever da Verdade”, que, apesar de ter sido escrita num momento que extrapola o período estudado nesta monografia - provavelmente em 1919 - diz muito a respeito das convicções do jornalista Rui Barbosa. Este discurso acaba por introduzir um tópico que mostra como era a concepção da verdade no primeiro século da imprensa baiana.

2. A evolução da imprensa no mundo

Neste capítulo, serão contrapostos os pontos de vista dos autores Ciro Marcondes Filho e Juarez Bahia. O primeiro, subdivide a evolução da imprensa ocidental, em cinco fases, e o segundo autor, também separa, em quatro fases, a evolução da imprensa brasileira. Para tanto, fez-se uso do livro de Marcondes Filho “Comunicação & Jornalismo”, mais precisamente do capítulo *Tudo que é iluminado obscurece*, e o livro “Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira”, de Juarez Bahia, ambos servirão como suporte teórico.

Marcondes Filho, num estudo da imprensa ocidental, subdivide a evolução do jornalismo em cinco períodos, desde a pré-história ao quarto jornalismo, tendo como base os valores jornalísticos dominantes e aspectos funcionais e tecnológicos de cada época. De acordo com esta divisão, a Pré-história do Jornalismo ocidental estaria situada no período compreendido entre os anos de 1631 e 1789; o Primeiro Jornalismo, de 1789 a 1830; o Segundo, de 1830 a 1900; o Terceiro, de 1900 a 1960 e, enfim, o Quarto, de 1970 aos dias atuais¹.

Pelo fato da tipografia ter sido instalada no Brasil em 1808, e, especificamente na Bahia, em 1811, são consideradas por este estudo apenas as informações relativas ao período que compreende dos últimos 22 anos do Primeiro Jornalismo ao início do Terceiro. Entretanto, nada impede apontar as fases nomeadas por Marcondes Filho como a “Pré-história” e “Quarto jornalismo”, mesmo não estando dentro do período analisado pelos pesquisadores.

2.1 Primeiro jornalismo (ocidental) 1789 – 1830

O marco do Primeiro Jornalismo ocidental, segundo Marcondes Filho, é a Revolução Francesa, que teve início em 1789, e que deixou como herança a filosofia das luzes, o Iluminismo. Assim, o século XVIII ficou conhecido como século da iluminação, por dois aspectos: por levar a luz à escuridão de cidades francesas e de outros países europeus, e por

¹ Ver quadro de Ciro Marcondes Filho no anexo 6.1.

iluminar a mente humana com a disseminação do conhecimento científico - anteriormente controlado pela Igreja Católica Apostólica Romana e, depois, pelas Universidades.

O controle do saber e da informação funcionava como forma de dominação, de manutenção da autoridade e do poder, assim como facilitava a submissão e a servidão. Enquanto eu não sei que o poder é algo dos homens, associado a seus interesses de domínio e exploração de outros homens, eu acredito que ele é “natural”, que Deus e a natureza criam homens para mandar e outros para servir. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11)

A imprensa se desenvolveu ao passo em que publicava o saber acumulado e reservado aos sábios. Nesse sentido, o acesso a livros e a outros tipos de documentos foi ampliado, tendo em vista a maior facilidade de reprodução das obras e o barateamento do custo de cada exemplar.

A união entre o ideal das luzes e o advento do jornalismo dava vazão a um movimento em que todos os esforços eram feitos para expor tudo o que estava escondido, dar luzes ao que era obscuro e valorizar o racionalismo e a atividade científica. Neste contexto, a imprensa tinha como função desmistificar o poder dos governantes, da igreja e das universidades. Os jornalistas se tornaram detentores da informação e responsáveis pela difusão do conhecimento.

No campo cultural, os iluministas defendiam a valorização da racionalidade e do conhecimento científico em detrimento da fé e dos dogmas da igreja, da democracia em vez do absolutismo. Já em relação à política, pregavam uma forma de governo que funcionasse como um contrato firmado entre os governantes e os governados, além do equilíbrio dos poderes políticos (Executivo, Legislativo e Judiciário), como o fizeram René Descartes, Isaac Newton, John Locke, Rousseau, Montesquieu e Voltaire. Este último defendia a liberdade de pensar e exprimir seus ideais e se fez imortal com seu pensamento: “Não concordo com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo”. (VICENTINO, 2000, p. 237)

Esses ideais foram trazidos para o Brasil por europeus que por aqui passavam e pelos filhos das classes mais abastadas, que iam à Europa se doutorar e voltavam entusiasmados com os ideais políticos, econômicos e culturais em voga no continente europeu. A partir do direito à expressão e à informação, instituído pela filosofia do Iluminismo, a imprensa se contrapõe ao monopólio do saber, praticado anteriormente.

Para melhor compreender esta transformação é preciso fazer um parêntese e distinguir imprensa de jornalismo. Entende-se por *imprensa* a divulgação periódica de notícias, feita normalmente através de jornais e revistas, e *jornalismo*, conjunto de técnicas, saber e ética voltado para a captação de informação. Esses dois elementos assumem significados diferentes, muitas vezes contraditórios, de acordo com a época histórica. (RIBEIRO, 1994)

Como a imprensa chegou tardiamente no Brasil, é preciso fazer uma contextualização, em poucas linhas, segundo a visão de Marcondes Filho, do que ele chama de “Pré-história” do jornalismo ocidental. Segundo o autor, essa fase tinha como valores jornalísticos dominantes o espetacular, o singularmente novo (desastres espetaculares, seres deformados etc.) Nesse período (1631 a 1789), no ocidente, o jornal ainda era semelhante ao livro, com poucas páginas.

Na fase do “Primeiro jornalismo” no ocidente, (1789 a 1830) os valores jornalísticos que predominavam e que caracterizavam esse período são a razão, a busca pela verdade, transparência, o questionamento da autoridade e crítica da política. Época que predominava o artigo de fundo.

Ainda de acordo com Ciro Marcondes Filho, essa era a

“época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionavam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias. (...) Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11 e 12)

2.2 Segundo Jornalismo (ocidental) 1830 – 1900

O Segundo Jornalismo (1830) é o momento dos jornais como empresas capitalistas. Sobre este período Habermas, diz que:

todo o romantismo da primeira fase foi substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas. (...) A fase romântica em que o valor pedagógico era financiado pela falência dos jornais cede o passo à imprensa moderna e sintonizada com as exigências do capital. (HABERMAS apud MARCONDES FILHO, 2002, p. 13)

Já que os jornais se tornaram empresas capitalistas, havia a necessidade de ter recursos financeiros suficientes para arcar com o pagamento das despesas com pessoal e com material de consumo e matéria-prima. A partir desse momento, percebe-se um aumento significativo da presença de diversos tipos de anúncios. Estes passariam a ser encarados como prioritários no espaço físico dos jornais, que nesta época ainda eram pequenos (de 4 a 8 páginas) em relação aos periódicos atuais.

É a época em que os valores jornalísticos dominantes na imprensa ocidental são o “furo”, a atualidade, a “neutralidade”; criam-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas, as manchetes; investe-se nas capas e chamadas de primeira página. É a época dos jornalistas profissionais e da imprensa como empresa.

Também a busca por níveis mais altos de vendagem dos jornais, reforça a busca por notícias exclusivas e cada vez mais atuais, além da apresentação das mesmas sob uma aparência de imparcialidade e alarga-se o uso de matérias de entretenimento. “É a imprensa de massa, objeto de uma troca singular mas não muito rara nem muito estranha na história da imprensa: desaparece a liberdade e em contrapartida se obtém mais entretenimento”. (MARCONDES FILHO, 2002, p 14)

2.3 Terceiro jornalismo (ocidental) 1900 a 1960

De acordo com a divisão de Ciro Marcondes Filho, o Terceiro Jornalismo tem como marco a constituição de monopólios da comunicação, ocorridas por volta do ano de 1900. Segundo ele, este período é uma época em que o jornalismo passa por um enfraquecimento e pela adoção de processos menos engajados que não mais primam pela busca da verdade, não

contestam o poder público e não acreditam na função que contribui para a evolução das sociedades.

É a fase, segundo Marcondes Filho, de grandes rubricas políticas ou literárias; páginas magazines: esporte, cinema, rádio, teatro, turismo etc. Época de influencia da industria publicitária e das relações públicas e o uso da fotografia.

2.4 Quarto jornalismo (ocidental) 1970 até o presente

Apesar dessa fase estar muito a frente do período estudado nessa pesquisa, julgou-se necessário incluir esta última etapa, para a melhor compreensão da evolução do jornalismo no ocidente.

Marcondes Filho explica que é nesse período que surge as implementações tecnológicas, os impactos visuais, a velocidade, a transparência. O jornalista é visto como um prestador de serviço e a sociedade toda passa a produzir informação. Época em que os financiamentos migram para a TV e a Internet e é o início de uma crise na imprensa escrita.

2.5 Periodização da imprensa brasileira, por Juarez Bahia

Uma periodização do jornalismo no Brasil, feita pelo historiador Juarez Bahia, resultou em um livro “Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira”. Nele, Bahia divide a história do jornalismo no Brasil em quatro fases que denomina de *Fase inicial*, *Fase de consolidação*, *Fase moderna* e *Jornalismo contemporâneo*. A este estudo cabe analisar apenas as duas primeiras fases.

A primeira tem como marco a implantação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro em 1808. Nos capítulos em que contempla este período, Bahia cita o atraso da implantação de oficinas tipográficas no território brasileiro, explicita os motivos pelos quais a Coroa Portuguesa não as autorizava e, por fim, explica as circunstâncias que fizeram com que a corte real viesse para o Brasil e faz a contextualização do momento em que a Imprensa Régia se estabelece e, meses depois, imprime o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Além desta contextualização, o autor dá destaque ao jornal *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, fundado por José Hipólito da Costa, então exilado na Inglaterra. Este jornal era editado e impresso em Londres, em português, e transportado e distribuído no Brasil, e até em Portugal, de forma clandestina.

Outros jornais também ganham espaço no livro de Juarez Bahia. Ele monta uma narrativa histórica, mostrando as funções que o jornalismo adquire nessa época, até desembocar no limite entre esta primeira fase e a subsequente. O limite é justamente a instituição do jornal como empresa, do ponto de vista de organização capitalista, dando início ao movimento que integrará o Brasil na era da Indústria Cultural.

Já a segunda parte trata do período compreendido entre 1880, quando os jornais passam a ser considerados como empresas, e 1930, com a industrialização da produção gráfica, com destaque para a ampliação dos parques gráficos e a sua ligação com as evoluções da concepção do jornalismo.

Vale ressaltar que nesta monografia são utilizados apenas os capítulos que tratam das duas primeiras fases do jornalismo, divididas sob a ótica do historiador Juarez Bahia. Também vale lembrar que a segunda etapa (que trata do período entre 1880 a 1930) será trabalhada apenas até a primeira década do século XX, que é a data limite da presente pesquisa.

2.5.1 Fase inicial da imprensa no Brasil

“O advento do jornalismo impresso se dá no momento de transição da colônia para sede do poder real” é o que diz Bahia, ao iniciar seu livro supracitado (Bahia, 1990, p. 9). Até a mudança de D. João VI e da Corte Portuguesa para o Brasil, a colônia não tinha permissão de funcionamento de tipografias. Apesar das tentativas de instalação de oficinas tipográficas em Recife e no Rio de Janeiro, em 1706 e 1747, respectivamente, a instalação só vem acontecer em maio de 1808, com a implantação da Imprensa Régia, com sede no Rio de Janeiro, que rodou o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, no mês de setembro do mesmo ano. A *Gazeta*, editada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, foi o primeiro jornal legalmente brasileiro, mas desde junho já circulava no Brasil o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, editado em Londres pelo brasileiro Hipólito da Costa e que chegava ao Brasil de forma clandestina.

A imprensa já estava instalada em Portugal desde 1480, mas desde o início da colonização do Brasil, o governo da metrópole sufocou e inviabilizou as possibilidades de implantação da imprensa e do jornalismo, por querer distanciar a ameaça que seria a disseminação de idéias contrárias à da manutenção do sistema colonial. Por determinação de Portugal, o Brasil somente comerciaria com estrangeiros mediante autorização da metrópole e o governo acreditava que qualquer notícia referente às terras brasileiras que chegasse às mãos de nações concorrentes seria uma ameaça à nação portuguesa. Juarez Bahia revela:

São razões de Estado – garantir o colonialismo, conservar o incólume despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça - e não de outra natureza que fazem Portugal insensível, até 1808, à tipografia e ao jornal num Brasil escravocrata e monocultor. (...) Só pressionada pela invasão de Napoleão em novembro de 1807, a Coroa transfere para o Brasil uma tipografia que perseguia por todas as formas. (BAHIA, 1990, p. 11)

Para o governo português, no Brasil não poderiam haver jornais pelo fato de que a metrópole não os poderia controlar, tendo em vista a distância entre Portugal e a colônia do Brasil.

Ao tempo de seu lançamento, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era semanal, mas depois passa a ser bissetimanal e, mais tarde, chega a ser publicada três vezes por semana. Bahia observa que, embora se denomine um órgão de imprensa não oficial, a Gazeta se mostra numa posição contrária àquela que declara, pois assume “um caráter monótono e expõe sua natureza oficial”, mostrando relatos unilaterais das ocupações de Napoleão a Portugal e Espanha. Segundo Bahia, a *Gazeta do Rio de Janeiro* aborda muito as lutas ocorridas na Europa, dedicando menor espaço aos acontecimentos ocorridos no Brasil.

Um fato a se destacar, em 1808, é o estabelecimento da Junta da Imprensa Régia, que impõe a censura prévia a fim de que nenhum impresso que fira a religião, o governo e os bons costumes seja publicado.

Juarez Bahia caracteriza a *Gazeta do Rio de Janeiro* como um jornal que, ao contrário do *Correio Brasiliense*, não varia suas pautas e que tem o perfil de “órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino e que, por ser o único aqui editado, absorve a história de forma documental: editais, pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos do governo”. (BAHIA, 1990, p.18)

Ao tratar do rigor da administração portuguesa em relação ao estabelecimento das oficinas tipográficas na colônia do Brasil, Juarez Bahia cita, o segundo jornal brasileiro e primeiro periódico baiano, a gazeta *Idade D'Ouro do Brazil*, que circulou pela primeira vez em 14 de maio de 1811. Assim escreveu Bahia: "O rigor da administração reserva à *Gazeta do Rio de Janeiro* (e à *Idade D'Ouro do Brazil*) o privilégio de serem os únicos jornais com licença de impressão num período de doze anos, de 1808 a 1820 e de 1814 a 1820" (BAHIA, 1990, p. 17).

Outra questão importante é o ano que Juarez Bahia apresenta como sendo a data de fundação do periódico baiano. Na afirmação de Bahia, a informação transmitida é a de que o *Idade D'Ouro do Brazil* ganhou sua licença e foi lançado em 1814. A informação de Bahia contrasta com as informações encontradas pelos pesquisadores, inclusive na etapa de análise dos exemplares dos jornais. O prospecto da gazeta circulou no dia 13 de maio de 1811 e o *Idade*

D'Ouro teve sua primeira edição no dia seguinte ao da publicação do prospecto (14). Sendo assim, verifica-se um erro no livro de Juarez Bahia.

2.5.2 Correio Brasiliense ou Armazém Literário

O brasileiro José Hipólito da Costa, fugido da Inquisição, se exila em Londres em 1805, de onde lança, em 1º de junho de 1808, o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. O jornal era mensal, tinha cerca de 140 páginas e abordava assuntos como arte, política, literatura, ciências, além de publicar correspondências e tinha como objetivo ser uma imprensa livre e independente. Todo em português, era transportado para o Brasil e para Portugal nos navios, de forma ilegal. O jornal é editado até 1822, durante as lutas pela plena independência do Brasil.

Juarez Bahia, conta que desde que o primeiro número do *Correio* chegou ao Brasil gerou polêmica entre as camadas mais esclarecidas da sociedade e incomodou o governo luso-brasileiro. Segundo o autor, o jornal chegou a ser proibido, apreendido, censurado e processado tanto no Brasil quanto em Portugal.

De acordo com Bahia, Hipólito da Costa faz um jornalismo de embate. Ele

quer um jornalismo que conte tudo o que sabe o jornalista. As verdades que diz fazem desabar reputações, põe nua moral corrupta do absolutismo. Preconiza reformas, convoca as Cortes, reclama a monarquia institucional. É um moderado, mas passa a ser visto como revolucionário, subversivo, incendiário. (BAHIA, 1990, p. 25)

O *Correio* defende os valores da monarquia constitucional, a liberdade de opinião, a abolição da escravatura, a instituição da universidade, a independência do Brasil, entre outros.

A Coroa Portuguesa reage tentando impedir a impressão do jornal e mesmo a expulsão de seu redator na Inglaterra. Tentativas fracassadas, o governo português resolve editar uma versão inglesa de *O Investigador Português* para traçar um embate com o *Correio* de Hipólito da Costa.

2.5.3 Visões sobre o jornalismo Brasileiro e seu papel, na fase inicial

De acordo com Juarez Bahia, nas duas décadas após a implantação da Imprensa Régia, a imprensa é a maior testemunha das mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e em Portugal durante este período. A partir disso, o autor confere a função do jornalismo brasileiro da época. De acordo com ele, “o papel do jornalismo em tão pouco tempo de existência é o de intérprete do sentimento de emancipação que se projeta desde a tradição revolucionária dos séculos XVII e XVIII”. (BAHIA, 1990, p. 52)

Na Bahia, lê-se no meado do século XIX, um artigo do redator do jornal O Crepúsculo, D.C. Tourinho, datado de 1845, que refletiu sobre o surgimento e a importância da imprensa para a sociedade a partir do seu papel de difusora do conhecimento:

uma voz se ouviu de todos as partes, e uma revolução apareceu naquela época, e imortalizou-a; esse quadro, essa voz, e essa revolução foi a Imprensa! Esta arte conservadora das produções do espírito humano, dos conhecimentos de todo o gênero, e dos fatos memoráveis da história deu fim a esse grande atraso em que jazia o entendimento, deu-lhe alma, e vida e ainda mais a imortalidade! O entendimento humano caminhou com rápido passo ao apogeu da glória que é susceptível; de bárbaro, e acanhado que era o espírito humano tornou-se desenvolvido, e ilustrado; de incógnitas que eram as ciências se patentearam; o temor que havia em publicá-las metamorfoseou-se em glória, e entusiasmo; grande incremento tomaram as artes; o povo adquiriu a civilização, e trocou os torpes andrajos da estupidez pelas lindas vestes da erudição! Foi a imprensa um grande ou antes o primeiro meio de civilização para os povos, eu passo a provar: com o descobrimento da imprensa facilitou-se a leitura dos livros que até então eram manuscritos, e muito dinheiro custaram, o povo achou esse grande meio de instrução, procurou os livros – leu-os, aprendeu as leis da moral, da virtude, desprezou o vício – detestou a estupidez, e a imortalidade: esta verdade é incontestável. (O CREPÚSCULO, vol. 1, nº 6)

Os jornais baianos se identificavam com este ideal iluminista. O periódico *Sentinela da Liberdade*, por exemplo, traz em sua primeira edição o “plano da gazeta”, em que diz ter “por ofício clarear idéias, e dar luzes aos leitores”. Desde já a *Sentinela* se coloca também como representante dos cidadãos e fiscalizadora do poder, assumindo a responsabilidade de “combater erros, lembrar o bem público, repreender os abusos do poder e de seus empregados. Defenderei os nossos direitos e garantias”. (SENTINELA DA LIBERDADE, 1831, nº 1)

Mais adiante, na parte que compreende as características dos jornais, iremos tratar sobre os periódicos *O Crepúsculo* e *Sentinela da Liberdade*, assim como de todos os outros impressos pesquisados na amostra, e em um terceiro momento, daremos destaque aos papéis assumidos por cada jornal, como representante dos cidadãos, fiscalizadora do poder etc.

É interessante notar que o ideal do iluminismo e da mitificação da transparência se torna um fator importante para o exercício do jornalismo baiano, dentro do ideal da busca pela verdade. Na Bahia, identifica-se o mito da transparência a partir da preocupação dos jornais em revelar a verdade, através das divisas e programas dos periódicos, a exemplo da primeira gazeta baiana, a *Idade D'Ouro do Brazil* (1811), passando pelo *Diário Constitucional* (1821) e pelos jornais *A Marmota* (1845), *O Caixeiro* (1878) e *A Pátria* (1891), entre outros. A busca dos jornais pela verdade ou ela como bandeira dos periódicos – através das divisas e epígrafes dos jornais – também serão tratadas mais adiante. Aqui, cabe apenas apontar, mediante a fatos históricos, alguns indícios que serão aprofundados mais a frente.

Num segundo momento, Bahia considera a imprensa como um refletor das transformações por que o Brasil passou e atribui a ela o mérito de agente de agitação e mudança. Após falar da época da abdicação de D. Pedro I, Juarez Bahia confere mais uma função ao jornalismo ao dizer que “o liberalismo brasileiro já se agasalha no jornalismo, que é seu portavoz”. (BAHIA, 1990, p. 56)

Por volta da metade do século XIX, o Brasil passa por dificuldades financeiras, em parte causadas pelas baixas na cotação das culturas de açúcar e algodão, típicas deste momento histórico. Observando este período, Bahia reforça o papel político do jornalismo ao dizer que “é nesse contexto político, social e econômico que melhor se compreende o papel da imprensa, quase toda identificada com as mudanças revolucionárias. E, em particular, do jornalismo militante, ideológico e agitador”. (BAHIA, 1990, p. 57)

2.5.4 Em busca de um jornalismo independente

A década de 20 do século XIX não é marcada apenas pela intensificação do discurso dos que visam separar a colônia de sua metrópole, ela é marcada também pela tendência dos jornais se manifestarem como veículos independentes, embora muitos deles estivessem estreitamente ligados a partidos políticos, constituindo uma imprensa político-partidária.

A movimentação política se instala nas universidades em 1827, com a fundação dos cursos de direito em Recife e São Paulo. É daí que surgem os novos quadros políticos. Delas sairão, segundo Juarez Bahia, os novos agitadores políticos, líderes, pensadores, estadistas e jornalistas (BAHIA, 1990). As faculdades abrem espaço para que seus estudantes elaborem seus periódicos, elaborados por seus estudantes. É assim que estréia no jornalismo o baiano Rui Barbosa.

O autor Juarez Bahia defende que na década de 1820 o jornal *A Aurora Fluminense* – editado por Evaristo da Veiga - dá grande colaboração para o desenvolvimento do jornalismo da época. Embora o jornal tenha nascido, como muitos na época, de uma discórdia política entre Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu redator afirma ser *A Aurora* um jornal independente. Segundo Juarez Bahia,

o jornal é do editor que se propõe uma ação social e política, e não uma facção em luta pelo poder; independente, combate o despotismo imperial e hostiliza a incompetência e a irresponsabilidade; a linguagem é elegante, repassada de ironia, o que contribui para um padrão de estilo jornalístico até então desconhecido na imprensa. (...) O plano do jornal se mantém fiel aos objetivos iniciais. *A Aurora Fluminense* inaugura no jornalismo brasileiro uma visão da realidade nacional que tanto quer ser verdadeira e responsável quanto objetiva e honesta. (BAHIA, 1990, p. 44 e 48)

Bahia discorre sobre a importância da implantação da imprensa para os acontecimentos ocorridos neste período em que se situa a primeira etapa do jornalismo:

A ação da imprensa é fundamental para o desenvolvimento da vida brasileira. Não importa que o centenário colonial permaneça medíocre e que muitas vezes utilizem a liberdade de expressão do pensamento para contrariar as aspirações autonomistas do povo. O que importa são os acontecimentos - e estes se

desenrolam conduzidos pela pressão da sociedade que faz com que a colônia obtenha, em uma década, o que não fora possível em três séculos. No Brasil a desagregação colonial se exprime por transições ou transferências pacíficas, como a das bases da autonomia lançadas pelo governo da metrópole, a da colônia para a Independência e a do Império para a República. Entre os agentes dessas passagens do poder está a imprensa, historicamente mais indissociável do gênio político nacional do que qualquer outra instituição. (BAHIA, 1990, p. 22)

Para Bahia, a preocupação em transformar jornais em empresas tem início em 1831. Segundo ele,

são as condições econômicas que vão determinar as oportunidades do jornalismo, da indústria cultural que lentamente se delineará. Apesar de conquistada a emancipação política, o Brasil não possui uma economia própria, nacional, independente. O que tem está alocado a Portugal e à Inglaterra. (...) A independência política não nos leva à independência econômica e este fato é evidente porque retém o Brasil na periferia do capitalismo mais de um século e meio após o grito do Ipiranga. No estrito campo da comunicação de massa, temos um jornalismo impresso tardio e, já com a tipografia, uma dependência industrial que bloqueia o jornal e o livro. Assim, é menos por razão política e mais por razão econômica que progredimos pouco, num horizonte de indústria cultural e de jornalismo, especificamente, no período que vai da Independência à República. A consolidação industrial, a definição empresarial que só se dá na segunda fase, poderia ter ocorrido antes, se outras fossem as condições econômicas. (BAHIA, 1990, p. 63 e 64)

2.6 Fase de consolidação

A industrialização da imprensa é o marco desta segunda fase em que os jornais passam a ser regidos por uma lógica empresarial. Essas instituições passam a investir na renovação de seus parques gráficos. Segundo o historiador Juarez Bahia,

depois de 1880, notadamente em fins do século XIX e começo do século XX, a imprensa está preparada para o estágio empresarial como ocorre em países mais avançados. Nesse espaço, os novos jornais trazem, com seus títulos que se tornarão importantes, experiências e objetivos próprios das organizações industriais. Desde logo a tipografia perde o seu caráter artesanal para situar-se numa linha de produção que existe aparelhamento técnico e manipulação competente. (BAHIA, 1990, p. 105)

Nesse período de desenvolvimento da imprensa em escala industrial, as pequenas folhas perdem espaço e desaparecem mais facilmente que na fase anterior. A aparência dos jornais passa a contar muito como atrativo aos leitores que ficam cada vez mais exigentes, mas é importante destacar que o jornalismo ainda luta contra o atraso tecnológico desde a tardia implantação das primeiras oficinas tipográficas em 1808, no Rio de Janeiro, e 1811, na Bahia. “Editorialmente, em termos de conteúdo e produção, o jornal e a tipografia confrontam-se com perdas técnicas que remontam a três séculos e que só não são irreparáveis porque se trata de um campo em constante evolução.” (BAHIA, 1990, p. 105)

A sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, observa Juarez Bahia, já é muito diferente da sociedade anterior à independência do Brasil. A população brasileira, de um modo geral, já tem um sentimento nacional e conhece os problemas do regime escravista e do regime político do império. Nessa época, os brasileiros estão inspirados pelos ideais europeus, desde o regime parlamentar da Inglaterra aos ideais dos filósofos iluministas e isso se deve não somente aos impressos que chegam da Europa, mas também aos estrangeiros que chegam e aos brasileiros que passam temporadas em outros países e retornam cheios de novas idéias e querendo aplicá-las à sua nação. Ainda segundo Bahia, o clima na época é de intenso combate ao absolutismo e de anseio por reformas econômicas, educacionais, militares e até alterações a respeito da liberdade religiosa. Assim, o abolicionismo e a luta pela instituição da república ganham força na sociedade e nos veículos de imprensa. (BAHIA, 1990, p. 110 a 112)

De fato, a luta pela abolição de escravatura no Brasil não é uma questão simples e, nem de longe, inocente. Apesar dos ares humanistas apresentados pelos jornais em suas campanhas, sabe-se do interesse liberal de alavancar a economia brasileira com a instituição do trabalho assalariado para que maior camada da população pudesse movimentar o mercado e garantir as bases do desenvolvimento industrial. Sabe-se também da proibição, de caráter internacional, imposta pela Inglaterra desde meados do século XIX, por motivos também de garantias de mercado. (VICENTINO, 2000)

Já a luta contra o absolutismo – representado, mesmo após a independência, pelo Império, tendo como figura central naquela época o imperador D. Pedro II, herdeiro da família real

portuguesa – tinha a motivação também dos liberais que eram inspirados pelo Contrato Social, de Jean-Jacques Rousseau, entre outros.

É em meio a esse ambiente que se destacam jornalistas como Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rodolfo Dantas e o baiano Rui Barbosa, que defendeu um jornalismo livre, independente. (Mais a diante será traçado um perfil do jornalista Rui Barbosa.)

Com o estabelecimento da república, a imprensa – que no segundo império tinha conquistado sua liberdade – passa por momentos de repressão e alguns são empastelados, como é o caso da *Tribuna Liberal*, do Rio de Janeiro.

Juarez Bahia conta que a partir dos anos de 1890 a pauta dos jornais é mais rica e que os leitores – e porque não dizer consumidores? – “consomem mais notícias políticas, policiais, internacionais, esportivas e sociais” e “os bons repórteres cultivam o furo”. Em 1876 iniciam-se as publicações de anúncios coloridos e os jornais já se preparam para começar ilustrar a parte editorial de suas edições com gravuras e, depois, com fotografias coloridas, como forma de chamar mais a atenção do público. (BAHIA, 1990, p. 125 e 170)

Para reforçar o argumento de que o desenvolvimento dos jornais está devidamente ligado ao progresso técnico, Juarez Bahia diz:

Em 1903, rotativas imprimem edições movidas por força elétrica. Redatores, repórteres, revisores e gráficos dispõem de luz elétrica em seu trabalho. Afinal, as primeiras fotografias chegam aos leitores como flagrantes da vida real. Menos de quatro anos depois, (...) linotipos que só funcionavam a gás se movem a energia elétrica. Fotos internacionais são publicadas na primeira página. Os grandes jornais brasileiros da primeira década do século XX remodelam formatos editoriais. (BAHIA, 1990, p. 125 e 126)

Por volta de 1900, não há mais espaço para os jornais quase artesanais e embebidos em interesses meramente políticos, a concorrência entre os jornais, em condições normais, diz Juarez Bahia, é regulada pelo mercado, levando à risca o ideal liberalista do *laissez faire, laissez passer*. (BAHIA, 1990, p. 148 e VICENTINO, 2000, p. 238)

2.6.1 Visões sobre o jornalismo e seu papel, na fase de consolidação

De acordo com Bahia, o desenvolvimento do jornalismo nos séculos XIX e XX estava atrelado ao desenvolvimento da economia brasileira, pois a crise econômica que o Brasil passava na primeira metade do século XIX bloqueou a produção cultural na colônia, enquanto na segunda metade, o trabalho cultural é valorizado pelo crescimento econômico, que, segundo o autor, é consequência do trabalho assalariado após a abolição da escravatura, da instituição da república e dos investimentos na área industrial. Nessa época há uma mudança no sentido do jornalismo pois

compreendem os editores de jornais e empresários gráficos que o âmbito restrito a um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação, ávido por incorporar os avanços das comunicações. Uns e outros partem na direção da melhor qualidade de seus produtos. Uma consciência dominante então é de que a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo. Predominam os ideais positivistas, o publicismo assume caráter pedagógico. No final do século XIX, editorialistas dos jornais de maior prestígio saúdam na imprensa “o estalão do progresso” e no jornalismo “o evangelho da democracia”, em contraposição ao livro, que deverá conservar “as tradições da nobreza”. (BAHIA, 1990, p. 108)

Segundo Juarez Bahia, na época em que a república se instala no Brasil o jornal e a tipografia ganham força. Os periódicos se dividem, se setORIZAM e querem ser porta-vozes dos anseios do povo. (BAHIA, 1990, p. 109)

Com a chegada do século XX, mais mudanças são observadas no jornalismo. “O jornal é menos literário e mais noticioso”, explica Bahia.

O século XX se abre para o jornalismo brasileiro com a consciência de que é a notícia a sua prioridade. Essa descoberta procede de um novo impulso editorial na descoberta dos fatos do dia desde os últimos cinco anos do Oitocentos. Uma objetiva revisão de conceitos leva editores à reavaliação das unidades do espaço. A informação diária se populariza com a divulgação do sorteio dos bichos, a publicação dos folhetins, o destaque aos eventos policiais e esportivos; porém há algo mais que os leitores esperam, como o relato político menos engajado, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais. O tímido registro de um acontecimento, manipulado pela restrição de opinião ou pelo rigor do critério de importância, dá lugar a procedimentos flexíveis, ágeis, dinâmicos que transformam ocorrências em reportagens e simples registros em detalhados

relatos. Pouco a pouco as redações acolhem repórteres, noticiaristas, setoristas. (BAHIA, 1990, p. 130)

Em torno do ano de 1910, o furo de reportagem é uma questão que instiga os jornalistas, principalmente os de polícia, e os jornais tomam gosto de publicar encadeadas notícias, que se constituem campanhas, em torno dos mais diversos assuntos. (BAHIA 1990, p. 132)

2.7 Outras periodizações sobre a imprensa no Brasil

Vários autores já se dedicaram ao trabalho de classificar as fases do jornalismo brasileiro. Alguns deles fizeram uma periodização mais sistemática, enquanto outros, uma classificação mais genérica da evolução da imprensa no Brasil. Serão citadas nesta monografia apenas as fases que compreendem o período pesquisado (1811 a 1911).

Roberto Seabra, autor de “Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet”, texto publicado no livro *Imprensa e poder*, cita o autor Sebastião Breguez, que dividiu a formação do jornalismo em três fases: *jornalismo ideológico e opinativo*, *jornalismo informativo* e *jornalismo interpretativo*.

A partir dessa sistematização sugerida por Breguez, Roberto Seabra propõe uma nova divisão do desenvolvimento do jornalismo no Brasil: 1) *jornalismo literário*, que vai do surgimento da imprensa no Brasil até o final do século XIX; 2) *jornalismo informativo estético*, que compreende o período de transição entre o fim do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial.

Já o autor e historiador Nelson Werneck Sodré, no livro “Historia da imprensa no Brasil”, também classifica as fases da imprensa brasileira. Sodré divide a evolução da imprensa em quatro fases: 1) *A imprensa colonial*, que trata sobre o absolutismo e a imprensa áulica; 2) *A imprensa da independência*, que retrata as condições políticas da época, liberdade e independência, e sobre

a perseguição à imprensa; 3) A imprensa do Império, fala sobre a agitação e as reformas da época. 4) A grande imprensa, trata sobre a imprensa como empresa capitalista e sobre os monopólios.

Como as periodizações da imprensa são desde o seu surgimento até os dias atuais, não foi preciso detalhar - para não ficar repetitivo - cada fase sugerida pelos autores supracitados. Apesar das periodizações propostas terem títulos diferentes, isso não significa que cada autor tenha uma percepção diferente das fases sugeridas pelos outros autores.

Diante disso, optou-se em citar os autores Nelson Werneck Sodré e Roberto Seabra ao longo da monografia, para contextualizar com as observações feitas pelos pesquisadores sobre a imprensa na Bahia.

2.8 Correntes Doutrinárias

Para entender o jornalismo praticado durante o primeiro centenário da imprensa na Bahia, é de extrema importância compreender algumas teorias normativas do jornalismo – ainda que de forma sucinta - e, assim, melhor perceber quais são as bases ideológicas que orientavam as produções jornalísticas da época.

Dessas correntes teóricas, três se mostram fundamentais para o entendimento da prática jornalística nos cem primeiros anos da imprensa brasileira e baiana. São elas: Teoria Autoritária da Imprensa, Teoria Liberal e a Teoria da Responsabilidade Social.

2.8.1 Teoria Autoritária da Imprensa

Essa teoria se fundamentava no sistema sócio-econômico da Europa, século XVI a XVII, sobretudo na Inglaterra e França. A elite dessa época, a aristocracia, dominava a informação e controlava quem não a tinha. A aristocracia acreditava que a plebe não possuía capacidade intelectual nem tinha aptidão do pensamento sofisticado para desenvolver o projeto político e econômico da sociedade. Era a época do monopólio do conhecimento, dominado pela Igreja e a Universidade.

A influência do pensamento religiosos/monárquico exprimia o conceito dos “abençoados” por Deus, ou seja, quem detinha o poder (monarquia e Igreja) é que estava apto a impor as verdades ao resto da sociedade. Desse modo, tal corrente entendia que caberia aos capacitados a responsabilidade de imprimir e fazer circular os jornais, orientando as linhas editoriais no sentido de manter essa relação sócio-econômica. (CHEIDA, 2000, p. 75)

2.8.2 Teoria Liberal

Já a teoria liberal, século XVIII em diante, lutava justamente contra as “mentes privilegiadas”. Ela tinha como princípio o livre mercado da informação e das idéias, cujo objetivo era garantir o pluralismo como condição de emergência da verdade. (CORNU, 1998) Já a pesquisadora Cheida vai mais além, ao afirmar que:

A visão liberal tem por base a reforma religiosa protestante que admite a capacidade de cada um poder ler a bíblia sem alguém intermediário (Igreja, padres, papa), como acreditava o Catolicismo. A burguesia, como classe sócio-econômica, se desvincula do poder monárquico e conquistava o poder político mediante a ascensão econômica. (CHEIDA. 2000, p. 75)

O liberalismo tinha como fundamentos o “individualismo, o reconhecimento dos direitos naturais, entre os quais estão a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, e o princípio do contrato social”. (CORNU, 1998)

O individualismo é a teoria que reconhece ser o indivíduo tanto a forma primeira da realidade social, como o máximo valor. Os direitos naturais defendem a existência de um direito anterior à formação do Estado. Os direitos naturais acompanham o homem desde o seu nascimento, exprimindo a dignidade da natureza humana. São considerados “inalienáveis e sagrados”. (...) A coexistência do individualismo e dos direitos naturais deu origem à teoria do contrato social, terceiro pilar do liberalismo. O contrato objetiva resolver a questão da coexistência pacífica, de indivíduos gozando dos mesmos direitos pela constituição de uma sociedade política capaz de garantir-se o respeito na reciprocidade. A idéia básica do contrato social é que um governo legítimo é produto do consentimento livre de agentes moralmente livres. (CORNU. 1998, p. 112 e 113)

Isso explica a importância dada à liberdade de imprensa. “Ela é concebida em nome do cidadão, embora ela pertença de fato à imprensa como instituição e aos meios de comunicação enquanto organizações”. (CORNU, 1998)

Como agente independente desta liberdade instituída, a imprensa tem como função primordial na sociedade controlar os poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário) e contrabalança-los conforme o princípio *checks and balances*. Ela é considerada um cão de guarda, cuja missão é sinalizar ao cidadão a ocorrência de eventuais abusos de poder. (CORNU. 1998, p. 114)

De acordo com Daniel Cornu, em seu livro “Ética da Informação” (1998), a liberdade de imprensa é resultado da liberdade de expressão e da livre iniciativa das pessoas. Embora tenha um caráter particular, a liberdade de imprensa recai sobre os veículos de comunicação que atuam como porta-vozes da sociedade e vigilantes do poder público, denunciando os abusos por parte do Estado. O autor Nelson Traquina concorda com Cornu ao afirmar que “a liberdade de imprensa era não só uma liberdade, mas também um poder, na medida em que a imprensa equilibrava os outros poderes da sociedade”. (TRAQUINA, 2004)

Com a legitimidade da teoria democrática, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel: como porta-vozes da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes. Pareciam deste modo ser qualquer coisa como um tipo de autoridade eleito pelo povo para apresentar as necessidades populares ao governo. (TRAQUINA, 2004, p. 48)

2.8.3 Teoria da Responsabilidade Social

A mudança de rumo do liberalismo moderno concretiza a chamada Teoria da responsabilidade social. “Esta teoria aponta as insuficiências das teorias liberais, fundamentadas sobre o repúdio à intervenção do Estado e sobre a responsabilidade dos jornalistas unicamente”. (CORNU,1998) Seguindo a mesma linha de pensamento de Cornu, a pesquisadora Cheida diz que:

Surge a concepção do Direito de Informação ou à Informação, como se encontra na nossa Constituição; a informação, nesse caso, é um bem essencial à produção do conhecimento, e que deve ser buscada por indivíduos livres, mas responsáveis diante de seus deveres e produtos no âmbito social. (CHEIDA, 2000, p. 76)

Cheida explica que a Teoria da responsabilidade social influenciou várias correntes de pensamento que defendem o valor universal da informação como um bem que deve ser tratado pelo jornalista com liberdade, desde que respeite os direitos dos cidadãos em procurar informações adequadas aos seus interesses. “Assim, tal teoria contrapõe-se ao liberalismo, pois esta ampara o proprietário do jornal em imprimir, publicar e fazer circular o que bem entender, num mercado competitivo, com o objetivo de enriquecimento, sem considerar a demanda e as prioridades sociais”. (CHEIDA, 2000)

3. A imprensa baiana

A imprensa da Bahia nos seus primeiros cem anos era variada e numerosa. Ela sofreu influência do clima de intensas mudanças na vida política, social e cultural do país, provocadas pelas lutas contra e a favor da independência, da república, da abolição da escravatura, etc.

Mas antes de falar sobre alguns aspectos da imprensa no período recortado na pesquisa, é preciso voltar ainda mais no tempo, final do século XVIII, para explicar o surgimento do primeiro tipo de imprensa no Brasil e na Bahia, conhecida como *imprensa áulica*.

No período colonial, o Brasil não conhecia nem a Universidade nem a imprensa. Nessa época absolutista o livro era visto como pecado e com extrema desconfiança. Por aqui as bibliotecas existiam apenas nos mosteiros e colégios, não nas casas das pessoas. (SODRÉ, p 11) Apenas nos fins do século XVIII é que começaram a aparecer as bibliotecas particulares.

A entrada de livros na colônia portuguesa, entretanto, não era fácil. Salvo aqueles que tinham licença da censura, a entrada de livros no Brasil era, em boa parte, clandestina e perigosa. “Os bons livros, os livros autênticos, entravam de contrabando”. (SODRÉ, p. 14) E não eram apenas os livros que entravam clandestinamente no Brasil, mas também alguns jornais estrangeiros e o jornal *Correio Braziliense*, fundado e dirigido por Hipólito da Costa.

Durante três séculos esteve o Brasil privado dos benefícios da Imprensa: a Metrópole portuguesa, desejando conservar a colônia atada ao seu domínio, não consentia absolutamente o estabelecimento de uma Imprensa no Brasil e baixava ordens no sentido de serem queimadas e destruídas as que aparecessem, afim de que não só espalhassem por este meio idéias contrárias ao regime colonial e aos interesses do Estado: não permitia mesmo que tivessem livre entrada os livros e os jornais que se publicavam em Portugal. (CARVALHO, 2004, p 18)

Um dos exemplos dessas medidas é a Carta Régia de 6 de julho de 1747, assinada pelo rei D. João V, sob o título “Proibição do uso da imprensa no Brazil nos tempos coloniaes”. A carta diz o seguinte:

Dom João por graças de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem dalem mar em Africa, Senhor de Guiné etc.

Faço saber a vós governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro, que por constar, que d'este reino tem ido para o Estado do Brazil quantidade de letras de imprensa, no qual não he conveniente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu officio, aonde as despezas são maiores que no reino, do qual podem hir impressos os livros e papeis no mesmo tempo, em que d'elle devem ir as licenças da Inquizição e do meu Conselheiro Ultramarino, sem as quaes se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto se vos ordena, que constando-vos que se achão algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis seqüestrar, e remetter para este reino por conta e risco de seus donos, a entregar a quem elles quizerem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos officiaes da imprensa que ouver, para que não imprimindo nem consitão, que se imprimindo livros, obras, ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaesquer licenças que tenham para a dita impressão, comintando-lhes a pena, de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino d ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens minhas, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta para que lhe dêem a sua devida execução e a fação registrar nas suas ouvidorias.

El Rei Nosso Senhor o mandou por Thomé Joachin da Costa Corte Real e o desembargador Antonio Freire de Andrade Henriques, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passem por duas vias.

Caetano Ricardo da Silva a fez em Lisboa a 6 de julho de 1747. O Secretário Manoel Caetano Lopes de Gouvêa a fez escrever. (CARVALHO, 2007, p 18, 19)

O primeiro número do *Correio Braziliense*, que entrava clandestinamente no Brasil, saiu a 1º de junho de 1808, em Londres, onde foi publicado durante todo o tempo de vida do jornal. “O *Correio Braziliense* foi o único periódico português do tempo que podia manifestar independência, porque se editava fora dos domínios reais” (SODRÉ, p 21)

O estilo de linguagem adotado por Hipólito da Costa, em seu *Correio Brasiliense*, chama a atenção do historiador Juarez Bahia, que faz a seguinte observação:

O uso da primeira pessoa no artigo de fundo, com ou sem assinatura, perdura no jornalismo por todo o tempo em que predomina a opinião sobre a informação. Só contemporaneamente o edital assumiu o caráter de ponto de vista impessoal, sem deixar, contudo, de emitir a opinião do proprietário, da direção ou do conselho diretor da empresa que edita o veículo. (BAHIA, 1990, p. 27)

O jornal de Hipólito da Costa causou enorme impacto na colônia portuguesa. O *Correio Braziliense* era um jornal doutrinário muito mais que informativo e ninguém atacou mais os problemas do Brasil que o *Correio Braziliense*.(SODRÉ, p 22) Três meses depois do nascimento

do jornal de Hipólito da Costa, através de uma iniciativa oficial da corte, nascia a primeira gazeta em terras brasileiras, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, com o objetivo de combater as idéias do *Correio Braziliense*. É o início do período da *imprensa áulica* no Brasil.

Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as idéias que lhe eram contrárias. Ao mesmo passo que, com a abertura dos portos, crescia o número de impressos entrados clandestinamente, inclusive jornais, e não apenas o *Correio Braziliense*, apareciam as folhas que tinham bafejo oficial e que pretendiam neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado. O absolutismo luso precisava, agora, defender-se. E realizou a sua defesa em tentativas sucessivas de periódicos, senão numerosas pelo menos variadas. (SODRÉ, 1999, p 29)

O autor e pesquisador Nelson Werneck Sodré, explica no livro “História da imprensa no Brasil”, que as formas esporádicas de ataque não deram o resultado e que o jornal de Hipólito da Costa continuou a circular e seu prestígio a crescer com ele. (SODRÉ, p 30)

Na imprensa áulica, nada do que publicava trazia o timbre brasileiro. Foi nesse período que nasceu o segundo jornal oficial na colônia portuguesa, a gazeta *Idade D’Ouro do Brazil*, em 14 de Maio de 1811, o primeiro jornal baiano. Mas outros jornais baianos que caracterizam a imprensa áulica surgiram para fazer coro com o *Idade D’Ouro do Brazil*, como *As Variedades, ou Ensaios de Literatura* (1812), o *Semanário Cívico*, que nasceu em 1º de março de 1821 e que foi apelidado pelos baianos de “Semanário Cínico”, além do *Minerva Bahiense*, de 7 de abril de 1821.

3.1 A gazeta Idade D’Ouro do Brazil

É em vão que Recife, em 1707, e Rio de Janeiro, em 1747, tentam implantar a imprensa na Bahia. Desde o povoamento do Brasil pelos portugueses que aqui se estabeleceram e procriaram, a coroa portuguesa jamais permitiu que houvesse imprensa ou, mesmo, que circulassem impressos vindos de outros países. Os motivos deste receio foram descritos pelo

historiador da imprensa, Juarez Bahia. Para ele, o governo português não aceitava a livre circulação de idéias por medo de que, inspirados por ideais contrários ao governo português e do pacto colonial, os habitantes das terras brasileiras se rebelassem. E os impressos serviriam de poderoso suporte para a disseminação de idéias contrárias aos interesses portugueses.

Outro aspecto considerado por Juarez Bahia é que, numa época em que, por determinação da coroa portuguesa, o Brasil só poderia mercar com estrangeiros mediante autorização da metrópole, o governo português acreditava que as notícias a respeito do Brasil, se transmitidas a nações concorrentes, poderiam afetar o poderio português. Tais proibições se deviam à distância intercontinental entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira, que dificultaria o controle e censura dos impressos que aqui circulassem.

O fato é que a imprensa só se implantaria no Brasil em 1808, depois da instalação da corte portuguesa que se mudou provisoriamente para a colônia por conta do imperialismo do francês Napoleão Bonaparte. Ele determinou a invasão do território português, caso o governo de Portugal não o apoiasse - o que levaria o governo português a dar as costas para a Inglaterra, nação financiadora da coroa portuguesa.

Diante desta situação, o príncipe regente decide mudar a sede do seu reino para a colônia do Brasil e se retira de Portugal em novembro de 1807. D. João VI, a família real e a corte portuguesa se instalam na Bahia em janeiro de 1808 e, logo após, no início de março, já estavam instalados no Rio de Janeiro. Na bagagem, a corte havia trazido peças de uma tipografia. Afinal, a sede do governo português não poderia ficar sem uma oficina de impressos.

Assim, em maio de 1808, inaugura-se, no Rio de Janeiro, a Imprensa Régia que em setembro já edita o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada pelo conde de Linhares. Este primeiro jornal, embora se denomine um jornal sem vínculos com o governo, expõe sua natureza oficial, já que estava ligado ao órgão oficial de imprensa, a recém inaugurada Imprensa Régia.

Na Bahia, conta Maria Beatriz Nizza da Silva, autora do livro “A Primeira Gazeta da Bahia: Idade D’Ouro do Brazil”, o negociante português Manuel Antônio da Silva Serva sente que a passagem pela corte real serviria de oportunidade para instalar uma oficina tipográfica a ser explorada comercialmente. Estando na Europa, em 1809, Serva já adquire o material tipográfico e, de volta à Bahia, encaminha um pedido de autorização ao conde dos Arcos, então governador da província, para instalar uma oficina tipográfica, deixando claro que pretendia publicar uma gazeta que não afetaria, de maneira alguma, a existência da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Seu pedido é encaminhado pelo governador ao conde de Aguiar, ministro dos Negócios do Reino.

A 5 de fevereiro de 1811, o conde de Linhares, então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, expede ao governador da Bahia uma carta régia que concede a Silva Serva a autorização para a instalar a imprensa na Bahia. Deve-se observar, no trecho da carta régia citado abaixo, que a autorização é concedida sob a condição de que fosse nomeado um revisor que analisasse as edições da gazeta que seria publicada.

O Príncipe Regente Nosso Senhor, atendendo ao que lhe representaram os oficiais desta Secretaria de Estado que, em conformidade do privilégio exclusivo de só eles poderem imprimir e publicar gazetas e papéis periódicos de qualquer natureza, têm convencionado com Manuel Antônio da Silva Serva, que ora vai estabelecer uma impressão nessa cidade, de aí fazer imprimir e publicar a gazeta, é servido ordenar que V.Ex^a permita ao referido Manuel Antônio da Silva Serva a publicação da gazeta que ele houver de imprimir em consequência da convenção feita pelos oficiais desta Secretaria de Estado, devendo V.Ex^a nomear para revisor da mesma uma pessoa de reconhecida capacidade, luzes e fidelidade, e de cujos princípios nada haja a recear. (SILVA, 2005, p. 21)

O revisor da gazeta seria, na verdade, uma espécie de censor. E, segundo Maria Nizza da Silva, o próprio governador da Bahia, o Conde dos Arcos, tratou de ocupar este cargo até a nomeação de José Francisco Cardoso, em janeiro de 1812. Logo que assumiu provisoriamente o cargo de revisor da gazeta, o governador, elaborou uma carta, emitida ao redator da Idade D’Ouro em 5 de maio de 1811, cujo conteúdo se constituía em regras a serem seguidas pelo redator da Idade *D’Ouro*. Se faz interessante conhecer o conteúdo da carta para que perceba as diretrizes que marcariam a fase áulica da imprensa, em especial na Bahia.

Deverá a *Idade D'Ouro* publicar todos os escritos ministeriais e econômicos, cujo conhecimento convier publicar, discorrendo sobre o interesse público, que deflui das disposições e medidas que neles se contêm.

Deverá anunciar as novidades mais exatas de todo o mundo e que mais interessantes forem à história do tempo.

Deverá contar as notícias políticas sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública.

Sempre que a escassez de notícias deixe na folha um espaço disponível, ocupar-se-á este publicando alguma descoberta útil, particularmente por ora das Artes, discorrendo sobre a necessidade de instituir e conservar bons e polidos costumes nas nações, e explicando não só como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão a seu governo e religião, mas mantendo à bulha, ou mostrando com graça e pico, quanto têm perdido naquela consideração todas as nações que se deixam despegar do governo e religião de seus pais.

Deverá finalmente a *Idade D'Ouro* fazer menção dos despachos civis e militares, particularmente desta capitania, e escrever os avisos que forem remetidos a seu redator, convenientes à maior facilidade e viveza do comércio. (SILVA, 2005, p. 22)

A 13 de maio de 1811, véspera da circulação do primeiro periódico baiano, o proprietário da oficina tipográfica que levava seu nome, fez circular o *Prospecto da Gazeta da Bahia*.

A Predilecção, com que S.A.R. o Príncipe Regente N.S. distinguio sempre esta Cidade desde o feliz momento, em que o seu Pavilhão Real assombrou esta Bahia, tem sido o manancial de graças successidas, que nos fazem augurar a concessão de outras cada vez maiores. Desde a immensidade do Oceano tinhamos attrahido a curiosidade espontanea do nosso adorável Príncipe, e foi positiva Determinação da Sua Vontade Soberana vir ver-nos, e vir felicitar-nos. Desta Cidade foi, que dimanavão para todas as deste novo Império os primeiros os orvalhos re-animadores das Sciencias, e Artes amortecidas, e nella se quebrão primeiro os vínculos, que até então aggrilhoavão o Commercio circunscripto, e monopolizado. Por este modo parece, que recobrava a nossa Cidade aquella primazia, que a sua posição, e as circunstancias do seu estabelecimento lhe guardão por mais de dous seculos a respeito de todas as mais da América Portugueza. Foi a primeira do Brazil, que vio o seu Augusto Soberano, que o acolheo com applausos, e que desepenhou a denominação de Cidade do Salvador. Talvez que por este motivo a Munificencia verdadeiramente Regia não se satisfez com o Favor distincto de visitalla, e ennobrecella, quer diariamente cumular sobre este povo Benefícios, e Marcês. *Entre todas as que temos até agora recebido nenhuma certamente se avanta a de nos Facultar o uso da Typographia, esse maravilho meio de propagar com rapidez, e segurança as nossas idéas a lugares, e a tempos os mais remotos. A de nos permitir a redação de huma folha periodica he sem dúvida graça especialissima, que poem esta Cidade a nivel com as de primeira ordem, e representação no mundo político. Esta operação presuppõem, que o Povo, que em ella se executa, entra com o seu contingente para o commum acervo dos conhecimentos uteis, que os objectos de puro gosto não jazem alli em abandono*

e, mesmo se não tratão com desprezo. Tal he a Cidade da Bahia no conceito do nosso Príncipe Clementissimo! Esmeremo-nos pois em desempenhallo, e as Concessões graciosas, que nos tem cumulado a sua Mão Benefica em tres annos successivos sejam-lhe retribuidas nos incessantes cultos justamente devidos á Sua Magnanimidade Bemfazeja.

Nós attentando para a face actual das Nações civilizadas do Universo inteiro, vendo guerras interminaveis deturpar o risonho semblante da polida Europa, não podemos deixar de sentir huma doce emoção, se conferirmos o convulsivo estado d’huma politica devastadora com a tranquillidade pacifica, de que goza neste caso vasto imperio do Brazil. As Sciencias diariamente se promovem, a Agricultura se dilata, as Artes se extendem, as Fabricas se erigem, o Commercio flotece, e as Quintas Portuguezas são consideradas com respeito nos mares do novo, e velho mundo. As riquezas affluem de toda parte, as commodidades augmentão-se cada dia, a Justiça, e a Paz derão se amigavelmente as mãos para a nossa felicidade. *Pôde-se dizer sem receio, que esta he a Idade D’Ouro do Brazil.* Nem a critica mais severa tem que repugnar à bem merecida applicação d’hum nome tão especioso. Parallelizemos o dourado seculo d’Augusto com a presente idade do Brazil, e não temos susto de que se taxe de lisongeira a alulusiva comparação, principalmente na Bahia. Sem descer a detalhes minunciosos meditemos no complexo de Virtudes propriamente Reaes, que adornão a sublime Animo do nosso Vigilantissimo Soberano, e que tem caracterizado todos os actos da Sua admirável, e Providentissima Regencia, e nós não vemos em toda a antiguidade nem outro tempo, nem outro Príncipe, que se assemelhe ao que a providencia suscitou em nossos dias para Fundador deste Imperio Brazilico. *Esta observação assidua faz, que, tendo nós de co-ordinar huma folha periodica nesta Cidade, e desejando, que o seu titulo só por si seja a mais firme recomendação para os que a levem, dêmos á nossa Gazeta da Bahia a denominação adequada: IDADE D’OURO.*

Os nossos compatriotas, á leitura de cada folha recordarão agradecidos as Mercês anteriores, e considerando em torno de si felicidade perene, e bens incalculaveis, presagirão futuros accrescentamentos da Graças imprevistas. O Benévolo Soberano Acolherá assim o devido tributo de gratidão sincera, e toda a Gloria resultante dos beneficios sem número judiciosamente derramados no seu Povo, mesmo aquella, que necessariamente reflecte sobre o Seu iluminado Ministerio, he-lhe propria, e privativamente Sua.

Nem nosso amavel Governador, e Capitão Geral fica separado da participação deste louvor. *Cada pagina impressa na Bahia será hum padrão duravel, que annuncie as gerações futuras as desveladas fadigas do seu governo, e os uteis melhoramentos, que Sua Excellencia o Senhor Conde dos Arcos meditará, e conseguirá na nossa Literatura, e morigeração.* As intercessões prudentes de Mecenas officioso valerão a Roma tanto, quanto as beneficas propensões do Pacificador do Universo.

Nós voluntariamente rendemos este testemunho de gratidão a Sua Excellencia abraçando submissos o imporante exemplo, que a sua Bondade nos subministra na escolha, para a abertura de thesouros de tanta preciosidade nesta Capitania, do mesmo dia solemnissimo do Feliz Anniversario do nosso Augusto Soberano, de Quem sua Exellencia obteve honorificos distinctivos em premio de antecedentes serviços relevantes. O fausto dia 13 de Maio lhe o garante mais seguro da perduravel consistencia de tanto Beneficios: he o agradável annuncio do promettido successo d’esta redacção, que tornaremos util, e

dileitosa quanto as nossas pequenas forças supportarem. *Prometter imparcialidade he denunciar indirectamente a fala dellas: e todo o homem honesto, muito mais o instructivo redactor, deve a si proprio, e ao Publico a mais stricta veracidade. N'hum folha periodica tudo tem o seu lugar. O constitutivo da nossa Idade D'Ouro ha de sua exposiçao dos Escritos Ministeriais, e Econômicos; as Noticias do tempo presente assim Nacionaes, como Estrangeiro; desta Cidade, e de todas as mais deste Continente. O Commercio assim Nacional, como Estrangeiro merece huma particular atençaõ; e todo o Invento util nas Sciencias, nas Artes, nas Manufacturas, ec. ha de obter a merecida recommendaçao, logo, que as Pessoas effectivamente zelosas do melhoramento do Paiz, tiverem a bondade de no-lo communicar em prol commum.* Annunciar-se-lhão da mesma forma todos os avisos, que se desejarem. A missão da Gazeta far-se-ha na Terça, e Sexta feira de cada semana, salvo quando a abundancia de noticias fizer necessário hum, ou mais Supplementos extraordinarios. Será modelada em meia folha, e haverá todo o desvelo a respeito da nitidez, e elegancia dos typos, e do papel pelo preço de 80 reis. Tendo-se calculado todas as actuaes circunstancias do Paiz, e consultando se ao commodo dos Senhores Subscriptores, sem com tudo se prejudicar aos interesses da Officina, pareceo muito favoravel o preço de 8\$000 reis por anno, ou 4\$000 reis por semestre, ficando os Senhores Subscriptores vantajosamente indemnizados com o recebimento gratuito de todos os Supplementos extraordinários em reconhecimento de segurarem a extração do periodico. Devendo saborear-se de concorrer, e animar com tão modica porção a utilidade da Nação desta Capitanía, e Cidade, da qual depende o commodo individual. Com permissão do governo.
Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva
Anno de 1811 (PROSPECTO DA GAZETA DA BAHIA, 13 de maio de 1811.
Grifo nosso)

Após a leitura do prospecto percebe-se quão submisso e grato era o redator à bondade do príncipe regente e quão oportunista foi ele ao lançar seu prospecto no dia do aniversário de D. João VI. Já a partir deste prospecto percebe-se quão servil foi a imprensa brasileira nos seus primórdios. A concessão para que Silva Serva abrisse sua tipografia é vista como graça, benefício ou mercê, e “a mais avantajada” das concedidas à Bahia, “sem dúvida graça especialíssima”.

Para exaltar a presença do príncipe e de sua família real, diz o redator que “póde-se dizer sem receio, que esta he a Idade D'Ouro do Brazil”, o que sugere “a denominação adequada” ao primeiro jornal da Bahia e segundo do Brasil. A mesma oportunidade é usada para agradecer o Conde dos Arcos e revelar quais seriam os temas preferenciais da gazeta, qual seria a sua periodicidade e quais as formas de adquiri-la.

Enfim, a primeira edição da gazeta *Idade D'Ouro do Brazil* vem a público no dia 14 de maio de 1811, tendo como lema os versos de Sá de Miranda: “Falai em tudo verdades/ A quem

em tudo as deveis”. O primeiro número da *Idade D’Ouro* é quase totalmente composto de saudações e homenagens a D. João VI, em que o redator demonstrava o caráter exaltador ao falar da autorização do príncipe regente para o estabelecimento da gazeta. Este caráter de exaltação do reino e de submissão é visto desde a primeira edição.

Cem a mais profunda, e bem applicada erudição demonstrou o Orador que a Sciencia dos Vassallos he a mais firme baso do Throno; fazendo ver que os costumes se adoção, e a obediencia , e a lealdade crescem na mesma proporção em que as luzes se dilatão. A satisfação de todos os circunstantes foi a mais completa porque todos estavam accordes nos mesmos sentimentos de gratidão, reconhecendo a incommensuravel extensão de graças igualmente productivas d’honra e das vantajosas utilidades. (...) reunindo-se como hum foco todas as mercês mas interessantes para nos convencerem do Amor Paternal, com que o Nosso Augusto Soberano se desvela pelo nosso bem Ardentes votos de perêne felicidade era o sentimento unanime de todos os que podião ajuizar a grandeza dos Beneficios (IDADE D’OURO DO BRAZIL, 1811, nº 1, p. 2 e 3)

Segundo Maria Nizza da Silva, as edições do jornal eram compostas da republicação de notícias do exterior, principalmente de jornais ingleses, que chegavam de navio, além das notícias nacionais que chegavam de outras províncias, porém essas últimas eram tratadas com muito cuidado para não ferirem a promessa de Serva de não tornar o *Idade D’Ouro do Brazil* em concorrente da *Gazeta do Rio de Janeiro*. As notícias locais eram fornecidas pelos leitores e amigos da gazeta, sendo o redator – embora o próprio autor, algumas vezes, fornecesse ao jornal o fruto da sua própria observação das notícias cotidianas. Já em relação à publicação dos atos públicos, o *Idade D’Ouro* publicava alguns despachos régios e alguns editais do Senado da Câmara da Bahia. (SILVA, 2005, p. 41 a 43)

A autora fala a respeito da dificuldade de se redigir a gazeta baiana de acordo com “um relato jornalístico que aspirava um caráter mais literário, mais minucioso e cuidado”.

Na sua tarefa de redigir a folha duas vezes por semana, o gazeteiro umas vezes encontrava escassez de notícias, e outras vezes tinha de lidar com uma abundância excessiva. No primeiro caso, dado que não podia inventar notícias, nem convinha divulgar boatos ou rumores, ocupava-se com a publicação de papéis oficiais e com a elaboração de algumas conjecturas, pois estas, ao contrário dos boatos, não eram incompatíveis com a ética do periodismo na época. Quando, porém, os acontecimentos se sucediam com uma rapidez vertiginosa, então a redação ocupava-se com as últimas notícias, embora posteriormente comentasse mais demoradamente alguns eventos dignos de nota. (SILVA, 2005, p. 47)

Além da parte editorial, eram publicados a cada edição listas dos navios que saiam e entravam no porto da Bahia, trazendo, muitas vezes, a relação de quantidades e preços dos produtos que traziam. Também eram publicados, sempre na quarta e última página da gazeta, uma série de anúncios que tratavam desde a compra de mercadorias colocadas à venda até anúncios de recrutamento de profissionais e de carretos em navios, além de compra e venda de escravos e recompensas para os que encontrassem escravos perdidos, entre outros.

Maria Nizza da Silva também lembra a determinação que o Conde dos Arcos fez a Manuel Antonio da Silva Serva a respeito das matérias políticas que deveriam ser publicadas na maior simplicidade possível e que não poderiam ser comentadas no jornal. A determinação seguiu em uma carta que dizia que “o redator não seguiu à risca e, ao enunciado do fato, segue-se por vezes um juízo de valor, embora em questões mais sociais do que políticas”. (SILVA, 2005, p. 48).

Também os pesquisadores observaram algo inusitado na edição nº 38, de 12 de maio de 1818. Num artigo de duas páginas e meia (um dos raros artigos do próprio redator, já que normalmente ele transcreve e reconta notícias trazidas a ele por leitores e por jornais de outras províncias e outros países), ao falar sobre a abertura de estradas para a melhor comunicação entre a Bahia e Minas Gerais, que revitalizaria a vida comercial da região do distrito de Canavieiras, o redator, mesmo de forma velada, cobra atitudes do governo, já que o *Idade D’Ouro* há muito tempo falava sobre este assunto.

He de esperar que estas cousas se remedêem brevemente; e que a sabedoria do Governo applique todos os meios necessários ao objecto desejado, que he a civilização dos Botecudos, cultura das terras e facil transitabilidade do Rio; a copia de gêneros no porto de Canavieiras; e por consequencia a comunicação frequente de Minas com a Bahia, e afatura de viveres de que esta Cidade carece. (IDADE D’OURO DO BRAZIL, 1818, nº 38, p. 3)

A crítica ao governo, apesar de velada, constitui-se uma raridade no *Idade D’Ouro*. O jornal constantemente apresenta louvações ao rei e a seu governo, inclusive apoiando as ações e pensamentos do governo português e exaltando os comerciantes e ilustres portugueses que se encontravam instalados na província da Bahia a fim de galgar riquezas e/ ou multiplicá-las.

3.1.1 Censura

A imprensa áulica foi, sem dúvida, marcada pela censura. Ela foi estabelecida na carta régia que autoriza a implantação da tipografia de Serva e da publicação de uma gazeta já mostrada. Também já foi explicitada a forma como a redação da *Idade D'Ouro* era feita para não desagradar o governo da Bahia e o rei. Porém ainda há outras referências a respeito da censura que se configura na época do *Idade D'Ouro*.

De acordo com Silva, “a revisão das folhas periódicas era uma prática do Antigo Regime, tal como o exame prévio dos livros e folhetos” distribuídos em todo o Brasil. Ainda segundo a autora, “mesmo depois do movimento constitucional de 10 de fevereiro de 1821, a censura continuou a existir”. (SILVA, 2005). A autora descreve o decreto da Junta Provisional do Governo, publicado em 19 de fevereiro:

As instruções a que se refere esta portaria diziam que a imprensa não devia ser veículo de paixões particulares, nem de princípios subversivos da ordem e da tranqüilidade pública, nem de doutrinas, ou ainda expressões, que pudessem alterar a harmonia e as relações públicas com as outras nações, mas sim um meio de ilustrar o verdadeiro patriotismo e de consolidar a moderação, a fraternidade e o generoso esquecimento dos males passados.” (SILVA, 2005, p. 52)

Continua a autora, ao dizer que a censura também tivera lugar nas páginas da primeira gazeta baiana:

Não há dúvida de que, na passagem do Antigo Regime para o governo constitucional, a questão da censura ao escrito, antes aceita sem questionamentos, tornou-se o tema central de debate pois era difícil reconhecer que, na nova fase do governo, a censura se mantivesse. Seria incômodo que não se pudessem fazer críticas ao governo, mas justificava-se a ação censória com desejo de impedir os ataques pessoais e as difamações. Seja como for, o redator da *Idade D'Ouro* do Brasil continuou submetido, no novo regime, à mesma censura a que se submetera no regime anterior. (SILVA, 2005, p. 54).

Neste momento é importante dizer que foi Nelson Werneck Sodré que, dentro de sua periodização da imprensa brasileira, rotulou a *Idade D'Ouro do Brasil* de periódico áulico. Rótulo este que, para Sodré, permaneceu valendo mesmo depois do jornal apoiar o movimento

constitucional monárquico na Bahia - acontecido em fevereiro de 1821 -, revelando sua intenção de veículo político-partidário. (SILVA, 2005, p. 11)

3.1.2 A Revolução Constitucionalista do Porto e a Bahia

Faz-se importante esclarecer o que foi o movimento constitucionalista de 1821, ocorrido em Portugal e seus reflexos na Bahia.

Enquanto a corte portuguesa estava instalada no Brasil, sendo este elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves - outro território de posse portuguesa, Portugal e seus habitantes passaram pelos tormentos das tropas de Napoleão Bonaparte e, mesmo após a perseguição napoleônica, estiveram sob a tutela da Inglaterra, quando foram governados pelo Lord Beresford. Para os portugueses não havia mais necessidade de D. João VI e a família real estarem no Brasil, a economia colonialista não mais funcionava, a partir da abertura dos portos Portugal perdeu o mercado consumidor de suas manufaturas. (KOSHIBA, 1987)

De acordo com o historiador Luis Koshiba, após Manuel Fernandes Tomás lançar seu manifesto à nação portuguesa, em agosto de 1820, foi formada a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e o movimento que ficou conhecido como Revolução do Porto se estendeu a outras áreas de Portugal, a exemplo de Lisboa. Enquanto o Lord Beresford veio ao Brasil para negociar com o rei D. João, os revoltosos expulsaram oficiais britânicos, proibiram o desembarque do Lord, convocaram uma assembléia para elaborar uma constituição.

Os brasileiros já não mais queriam ser regidos por um sistema absolutista, então, aqui aderiram aos ideais da Revolução do Porto. Na província da Bahia chegou-se a formar uma Junta Governativa, que fez com que o então governador da Bahia fugisse, para jurar fidelidade à nova constituição portuguesa que valeria em Portugal e em suas colônias, que, naquele momento eram consideradas reinos unidos. Uma comissão de brasileiros foi formada para representar o Brasil na

elaboração da nova constituição, pois com sua volta a Portugal, D. João temia que a constituição não se adaptasse ao Brasil e que a população não se reacostumasse à condição de colônia e viesse a se rebelar e se tornar independente. O rei queria que seu herdeiro, D. Pedro fosse a Portugal para acalmar os ânimos dos seus conterrâneos, mas os portugueses exigiram que o rei voltasse a sua terra natal. D. João partiu para Portugal em 26 de abril de 1821, deixando o Brasil sob a regência de D. Pedro. (KOSHIBA, 1987)

De acordo com Koshiba, “a revolução liberal do Porto conseguiu, enfim, acabar com o absolutismo de D. João, que foi forçado a aceitar uma Constituição limitando seu poder”. Assim, o domínio português passava do absolutismo para uma monarquia constitucional. (KOSHIBA, 1987)

No prefácio do livro *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade D’Ouro do Brasil*, Maria Beatriz Nizza da Silva conta que o historiador Nelson Werneck Sodré considera o *Idade D’Ouro* como representante da imprensa áulica, inclusive depois de apoiar o movimento constitucional de 1821, iniciado na cidade do Porto, em Portugal. Silva cita em seu livro trechos da edição de 13 de fevereiro de 1821 e de algumas outras edições seguintes. Estes trechos dão a exata noção do apoio da primeira gazeta baiana ao movimento. Cabe mostrar qual o tom do apoio do *Idade D’Ouro* ao movimento que teve reflexos na Bahia e que desencadeou na intensificação da luta pela independência.

Em críticas aos ministros de D. João, que eram contra o regime constitucionalista, o redator da *Idade D’Ouro* publicou:

Não foram eles mesmos os que aconselharam a el-rei a união do Brasil em reino com Portugal? Pois como se admiram agora que nós apertemos um pouco os laços desta união? Insensatos! Eles querem unir com palavras o Brasil a Portugal para irem sangrando aquele reino de tropa e dinheiro até o reduzirem a Costa do Malabar. E depois irão empobrecendo e desesperando o Brasil até fazerem dele províncias asiáticas para plantarem com mão de mestre o despotismo ocidental. Neste caviloso sistema era de esperar que as províncias do Brasil se desunissem uma das outras e então eles fariam partilha da presa e a Casa de Bragança deixaria de reinar. Que políticos! Mas o coelho roeu-lhes o grelo da semente... Eles tiveram a habilidade de iludir alguns pixotes, dizendo-lhes que o Brasil não era país de Constituição e que só era país para injustiças e roubos. Qual é o país do mundo que não seja próprio de um governo sábio e

justo! Muito má idéia fazem eles da palavra Constituição, que a julgam planta exótica do Brasil. Dizem que a raça africana torna perigosa a Constituição. E os deputados das Cortes são, por ventura, néscios para não terem em vista as providências que tal artigo exige? Como são medrosos dos africanos, dos quais nunca se assustaram os nossos portugueses antigos nos campos do Salado, aonde os africanos eram de outra têmpera! É pena não haver bruxas no Brasil para eles dizerem que por amor delas não podíamos ter Constituição. De quem eles devem ter medo não é dessa gente infeliz e esfamiada; é sim das luzes do século que destecem as trevas da sua maliciosa ignorância. E por isso bom seria que mandassem queimar todos os livros e que só ficasse a Ordenação poder do reino, com alguns ligeiros retoques para saber pedir vista, apelar, agravar, enforçar, etc., que é quanto basta para que o Brasil floresça. (SILVA, 2005, p. 308)

De acordo com Silva, a mudança na política implicava numa doutrinação para que o povo da Bahia soubesse do que se tratava a mudança e o que mudaria a partir de então. (SILVA, 2005) É nesse momento que se percebe a função educativa e doutrinária de imprensa. Assim, a *Idade D'Ouro* publicou um artigo, citado por Maria Nizza da Silva, que servia de fonte para que seus leitores entendessem e até aprovassem as mudanças que ocorriam.

Os políticos entendem por liberdade aquela que se goza debaixo dos governos sábios e justos, nos quais conta cada um com a segurança da sua pessoa e bens, sem receio que a malícia do seu vizinho faça suspeito ao Estado e o perturbe com chicanas sobre a demarcação de suas terras, etc. Esta liberdade civil difere muito da liberdade selvagem, porque é regulada por leis e só nos deixa o poder de fazermos aquilo que é lícito e que não perturba o Estado nem o bem ser dos nossos semelhantes.

Ora, nos governos constitucionais, esta liberdade é a mãe dos bons costumes, porque os magistrados estão sempre alertas para vingarem o abuso do poder natural, e qualquer que acha pronto remédio na lei para repelir o insulto que se faz à sua pessoa e bens.

Pelo contrário, nos governos despóticos não há bons costumes porque não há liberdade. O despotismo favorece a desenvoltura, protege os facinorosos, maiormente tendo eles dinheiro, e neste caso o mundo é de quem mais pilha. Ficam então os pobres na opressão, e os ricos são outros tantos déspotas, porque compram a justiça e têm as autoridades de casa para aterrar os pequenos. Donde devemos inferir que o despotismo tem a raiz no sistema da Corte, mas esta arvora ramifica ao infinito, penetra o centro dos sertões, inficiona as autoridades eclesiásticas e civis, pousa no recinto dos conventos e reduz tudo a uma perfeita anarquia em todos os tribunais. Quem tem advogado. E o merecimento é uma pura quimera. Nos governos despóticos os mandões têm toda a liberdade para o mal, e o povo há de gemer e calar. Nos governos constitucionais ninguém é livre para o mal. A Constituição corta os abusos dos tribunais, cada indivíduo pode gritar pela lei em seu abono, e eis aqui por que o povo quer Constituição, e os mandões a detestam como peste. (...)

Enfim, a revolução é mudança. A mudança pode ser boa ou má.

Resta saber quem faz as revoluções. Mas basta dizer: As revoluções são feitas pelos maus governos. (...)

Muito perseguidos nos vemos por quem nos pede que expliquemos ao povo a palavra Constituição. Constituição quer dizer: ‘bom governo, boas leis, fundadas na natureza dos homens, nas suas precisões, e tendo por alvo final a sua felicidade’.

As leis nos governos constitucionais são feitas pela vontade geral do povo representado por seus deputados, que são escolhidos dentre aqueles que julgam mais sábios e honrados. E o rei é o executor destas leis.

Nos governos absolutos o rei é, ao mesmo tempo, legislador e executor, e as leis são feitas pela sua vontade, e as mais das vezes pela vontade dos seus validos, que acomodam as leis ao seu interesse e às suas preocupações, sem consultarem a vontade pública e o bem geral.

Ora, deixemos à parte nossas preocupações e respondamos sinceramente: qual destes governos é melhor? Qual destes governos está mais ao alcance de conhecer o que é bom e justo para a prosperidade nacional?

Todos os homens são naturalmente propensos ao despotismo, por melhor alma e melhor educação que tenham. E então a nação corre perigo de se arruinar, se a vontade de um for a lei suprema do Estado.

Logo quem quer Constituição quer uma cousa justa e santa. Porém os mandões que tudo atiram para o mal, gritam logo: ‘Revolucionários, vós quereis iludir o povo, quereis roubar, quereis destruir o Altar e o Trono, etc.’ (SILVA, 2005, p. 309 e 310)

Silva afirma que nestas passagens, o redator se preocupa mais em mostrar os contos fracos do despotismo, “acentuando que o déspota não era o rei, mas sim todos os empregados públicos, desde os ministros àqueles que dirigiam as várias repartições”.(SILVA, 2005). Este é um indício que faz com que a afirmação de Nelson Werneck Sodré tenha sentido.

3.2 A imprensa da independência

Foi nesse período de substituição da monarquia absolutista pela monarquia constitucional que a Bahia viu nascer o primeiro jornal nacionalista que iria de encontro aos interesses da imprensa áulica: *O Diário Constitucional*. “O primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821.

O Diário Constitucional, publicado em 10 de Abril de 1822, nº1, traz um artigo que fala

sobre o direito de cada cidadão de publicar suas idéias. O artigo diz o seguinte:

Condocert, o maior defensor dos Direitos do Homem, depois de confessar a quase invencível dificuldade, que há, e tem sentido todos os Publicistas em classificar com exação os diversos direitos, que devem constituir o Sacrosanto do Homem Social, diz que em o tempo em que a Nação trata de constituir-se segundo o qual devem regular-se os Primeiros Agente Públicos, Depositários das Funções emanadas da Soberania Nacional, é lícito a cada um dos Membros da Sociedade o publicar suas idéias, ou o medo, porque entende deve organizar-se aquele Pacto; sem que já mais possa ser argüido ainda levemente de falta de respeito á pública tranqüilidade; com tanto que se contente com explicar suas opiniões e se não proponha usar de força para estabelecê-las. (O DIÁRIO CONSTITUCIONAL, 1822, nº1, p. 1)

O *Diário Constitucional* apareceu com intenção de travar luta política nesse sentido, e travou-a. Para combater o *Diário Constitucional*, que mudou de nome e passou a se chamar O constitucional, em 1822, o general Madeira, não satisfeito com os órgãos áulicos tradicionais, apoiou o aparecimento de outros jornais, de vida circunstancial. Como *Sentinela Bahiense*, *O Analisador Constitucional*, *O Baluarte Constitucional*, o *Espreitador Constitucional* etc. (SODRÉ, p 52)

Segundo Consuelo Pondé de Sena, o jornal *Sentinela Bahiense* começou a ser editado em 21 de junho de 1822, na Tipografia da Viúva Serva S. Carvalho, como um reforço ao discurso do jornal *Semanário Cívico*. Os dois jornais pertenciam ao mesmo Joaquim José da Silva Maia, que se encontrava desapontado com os rumos que haviam sido dados ao movimento constitucionalista e logo evidenciando a posição política de seu dono, que foi radicalmente contra o processo de independência do Brasil, que se instalou profundamente no Nordeste, em especial na província da Bahia. Este jornal durou apenas o tempo de 15 edições, e tinha como lema os seguintes versos: “A’lerta cidadãos! Que o despotismo/ Vos pretende lançar novas cadeas”. (SENA, 1983)

Sena conta que já no início de 1822 “reinava a terrível sensação de mal estar entre portugueses e brasileiros residentes na Bahia, que se hostilizavam mutuamente” e, segundo ela, as animosidades aumentaram mais ainda com a nomeação de Madeira de Melo como governador das armas da Província.

Espalhou-se, então, pela cidade que a Câmara não poderia dar posse ao oficial

português, muito menos reconhecer-lhe a autoridade. Imediatamente os brasileiros recolheram 421 assinaturas de uma representação contra a posse de Madeira. Os acontecimentos que se sucederiam daí por diante prenunciavam uma rebelião que estava prestes a eclodir, um estado de ânimo que se tornava insuportável. (SENA, 1983, p. 11)

Sena diz que a partir da posse de Madeira de Melo, os portugueses instalados na Bahia começaram a se preocupar com as reações da população baiana. Com a passagem deste episódio, publicou a *Sentinela Bahiense*:

Esta cidade, por assim dizer o berço da Constituição no Brasil, apresenta agora symptomas, não equívocos, de estarem muitos de seus habitantes contaminados daquelas sugestões perversas: o recôncavo (principalmente Cachoeira) tem dado mais de uma prova desta corrupção. Julguei que nesta perigosa, e arriscada crise, não deveria esmorecer e de novo devia gritar – alerta, alerta Constitucionaes, que o despotismo vos pretende lançar novas cadeas. Mostrarei, além disso, a subversiva doutrina de quase todos os seus Redactores, fazendo ver a meus Leitores, que não he a causa do Brasil, que elles defendem, sim os seus interesses particulares, porque todos subsistem das migalhas do despotismo. (SENA, 1983, p.12)

O redator da *Sentinela Bahiense* e do *Semanário Cívico*, além de ser grande crítico das ações de D. Pedro I, criticava ferrenhamente o processo de independência e fadava ao fracasso o Brasil, caso estivesse liberto de Portugal. Ele acreditava que, fatalmente, o Brasil acabaria sendo cooptado por outro país. E ainda insistia numa superioridade da nação portuguesa, pois a considerava como uma potência mundial, num momento em que sua política e sua economia estavam arruinadas. Assim disse o redator:

O Brasil relativamente a forças militares de terra, ou de mar, não he adulto, nem infante; está nas fochas tem tudo a crear e he muito fácil trazello à concórdia, e à razão por mal, não querendo por bem; auctorize-se o Governo para dissipar pelos meios que julgar necessários os facciosos e anarchistas, que fomentão debaixo da cavilosa, e falsa palavra união, a independência do Brasil, ver-se-há como consegue facilmente: esta tarefa pertence em todos os países aos Governos. Eu disse a independência do Brasil foi engano: queria dizer tutela do Brasil, debaixo de alguma outra potência estrangeira, porque elle não pode ainda caminhar por si. Dissipemos a tempo esta tendência fatal: todas as províncias ao norte de Porto Seguro estão de direito e de facto unidas à cauza de Portugal, e a maior parte dellas por muito gosto seu, e por hum claro conhecimento de que nesta união se encerra a sua existência política. (SENA, 1983, P. 12)

No livro *A imprensa Reacionária na Independência: Sentinela Bahiense*, Pondé de Sena assinala as críticas do redator do periódico a D. Pedro I e aos baianos, sem deixar esquecer de citar que o redator queria explicitar a qualidade dos portugueses como vítimas inocentes dos brasileiros que participavam do processo de independência, mas vale lembrar que eram os portugueses que estavam presentes às elites e que foram eles que todavia moviam a política e a economia do Brasil (SENA, 1983). Assim, deve-se destacar duas passagens em que o redator critica o D. Pedro e os brasileiros engajados à luta, respectivamente.

Que fará quando souberem, que em nome do Príncipe real Brasiliense (nascido na Europa) são perseguidos os Portugueses no Brasil, expulso afrontosamente em muitas Províncias, maltratados, roubados, assassinados! (...)
 Que fará quando souberem, que são os principais figurantes do drama trágico cômico do Brasil! No Rio huma dúzia de refinadíssimos velhacos; na Bahia, huma dúzia de estúpidos e immoraes petimetres: nas Alagoas, meia dúzia de facinorosos, que há muito devião estar enforcados. (SENA, 1983, p. 17)

Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que uma das maiores preocupações dos redatores da *Idade D'Ouro do Brazil* e do *Semanário Cívico* era mostrar ao povo que os revoltosos não poderiam derrubar um governo e instituir outro, o que seria uma atitude anárquica e não constitucional. De acordo com a autora, em 1822, somente o periódico *O Constitucional* era a favor dos ideais de libertação do Brasil. (SILVA, 2005)

A gazeta *Idade D'Ouro do Brazil*, em diversos momentos, desacreditou na possibilidade dos revoltosos brasileiros vencerem as tropas lusitanas, assim como sempre quis creditar ao Brasil a condição de país infinitamente inferior a Portugal. Já em outubro de 1822, cerca de um mês após D. Pedro I ter soltado seu brado de “Independência ou morte!”, às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, dizia o redator da gazeta baiana:

Quem é por nós é contra nós. Nós queremos a integridade do Reino Unido, queremos manter o juramento de 10 de fevereiro, e quem quer o contrário vá para o Recôncavo, ou meta um cadeado na boca, porque ninguém é livre para ser traidor.
 Miseráveis verdugos da pátria, vós esperais triunfo dos insurgentes mas, no caso que eles entrem na cidade, não sabeis que lha havemos de disputar às polegadas? E qual será então a vossa sorte? Rogai a Deus que tal não suceda. Deixai-vos de matérias políticas e cuidai em ganhar com honra a vossa subsistência. (SILVA, 2005, p. 340)

Na mesma edição o redator chama os brasileiros de índios e ironiza ao julga o Brasil como uma nação em condições de se manter independente.

(...) Que charlatanices, dirão agora os Tupinambás e os doutores da propaganda. Não é nesse sentido que nós falamos, dirão eles. Nós queremos ser independentes de Portugal no sentido em que a Inglaterra é independente da França, a Rússia da Alemanha, etc. (...) Falem claro e ao menos sejam portugueses nisso. Digam: o Brasil tem uma povoação suficientemente numerosa, industriosa e sábia, tem riqueza e força para se reger por si com independência de Portugal e, portanto, respondemos a todas as leis do Congresso ‘não queremos’. (SILVA, 2005, p. 342)

Em 8 de outubro a Idade D’Ouro noticiava as tropas da independência, regidas pelo general Labatut – mercenário francês – estava a uma distância de apenas 7 léguas da cidade do Salvador. E já no dia 12 faz, sob sua ótica, um panorama dos últimos acontecimentos.

O aventureiro Labatut reuniu a tropa do Rio e Pernambuco com que chegou da sua longa viagem aos desertores da cidade e mais rebeldes armados. Desde Pirajá ate o engenho do cabrito apareceram entrinheirados. Os rebeldes, na manhã de sexta-feira passada, foram atacados por uma porção das nossas tropas, que os desalojaram de todos os pontos até Pirajá, perdendo a sua artilharia e deixando o campo alastrado de mortos, entre os quais estavam alguns oficiais. Tivemos de nossa parte trinta feridos e alguns mortos. Os rebeldes não querem reconciliação. Labatut assolou com graves contribuições os sítios por onde passou. Os chefes da revolução estão obstinados que ainda esperam triunfar, e por isso não dão um só passo para o restabelecimento da ordem. Apareceu no *Espelho* do Rio cartas escritas da Bahia, nas quais eles dizem ‘que não temem o reforço que Portugal manda aos vândalos’. É possível que viva no meio de nós quem escreve tais cartas? Vive, sim, vive quem suspira pela inteira ruína desta bela província. O triunfo dos rebeldes seria o sepulcro da pátria. Mas eles são insensíveis a tudo, com tanto que morra a Constituição e a tropa européia que foi a sua autora e é a sua defensora. Eles saltam de bárbaro prazer quando vêem derramado o sangue português, e nós choramos de dor quando se derrama sangue brasileiro, porque sabemos que aqui anda ilusão. E só queríamos ver a justiça sobre aqueles que, enganando o povo, o provocaram a pegar em armas contra os europeus que lhes deram a existência física e que lhes são agora uma nova política. (SILVA, 2005, 346, p.)

Em seu discurso, o redator da gazeta procura passar a idéia de que tudo o que Portugal fez desde o descobrimento das terras do Brasil foram atos de caridade e que agora os brasileiros se encontravam revoltados sem motivo, por simples ingratidão. Ora, os portugueses sempre foram os detentores do poder econômico e político nas terras brasileiras. Tiravam todas as riquezas que aqui tinham acesso, a fim de obter lucro às custas do trabalho dos índios, dos escravos e dos

filhos da terra. A agricultura de dar lucro sempre esteve nas mãos dos portugueses, o comércio também. E era justamente isso que a coroa de Portugal e os portugueses aqui instalados não queriam perder. Abriram mão de todas as partes do Brasil, com exceção do rentável Nordeste, em especial da Bahia. Mais adiante pode-se perceber a preocupação do redator: a perda de capital, a fuga de capitais da província da Bahia. Assim publicou a gazeta *Idade D'Ouro do Brazil*:

Ainda estamos no primeiro ato do nosso drama político. Seja, porém, qual for a sua solução, devemos confessar que a província perdeu e há de perder muito por causa da facção imperial. Os capitalistas têm mandado muito dinheiro para Lisboa e, à proporção que forem saindo navios, irão muitos emigrados, cuja falta é sensível e cujos bens faltam no giro da terra. É natural a quem tem que perder buscar país de segurança e fugir de uma terra revolucionária, aonde o falso amor da pátria crucifica a mesma pátria. (SILVA, 2005, p. 347)

E já no início de 1823, exporia a mesma preocupação:

Muito nos aflige ver um português descorçoado porque perdeu sua fortuna na Cachoeira e Santo Amaro e porque não sabe de sua família. Bem sabemos que alguns perderam grossas fortunas, nas os da cidade também têm perdido muito, e contudo vivam as nossas tropas, por cuja conta correm nossos destinos, viva a Constituição e el-rei. (SILVA, 2005, p. 359)

Críticas ferrenhas a D. Pedro podem ser facilmente percebidas em diversos trechos da *Idade D'Ouro do Brazil* e da *Sentinela Bahiense*. Em mais um trecho do primeiro jornal, na da edição ainda de novembro de 1822, percebe-se dupla crítica. Desta vez tanto a D. Pedro quando a José Hipólito da Costa, que através do *Correio Braziliense* deu apoio à luta pela independência. Leia-se:

Sr. Hipólito, nós amamos o Brasil tanto como V. Mce, mas não queremos ver o Brasil perdido com fumaças de império independente. As circunstâncias físicas e morais do Brasil exigem que ele seja unido a Portugal pelos laços constitucionais, e aspirar a outra coisa é expor-se ao destino do cão da fábula, que perdeu um verdadeiro pedaço de carne que levava na boca por um pedaço imaginário que se lhe figurou no espelho de um rio. Olhe, sr. Hipólito, que é mau começar por maus princípios, e o seu império principia por um filho rebelde ao pai, inimigo da pátria e da tropa que lhe conservou o direito á coroa contra as legiões de Bonaparte. (SILVA, 2005, p. 349 e 350)

A respeito do trecho acima, pode-se dizer que percorrendo os trilhos da história do Brasil - para, assim como o redator da gazeta, usar uma metáfora - conclui-se, como já foi explicado anteriormente, que há um cão que não quer largar o pedaço de carne porque sabe que este é o seu

mais valioso bem. E este cão não é o Brasil. Mas a segunda observação é que o recurso de linguagem usado pelo redator vem a descrever a situação – é claro que segundo suas convicções - foi bem aplicado, não se pode negar, pois foi às margens de um rio que o criticado D. Pedro deu o estopim aos que há muito desejavam a independência.

Quanto às “circunstâncias físicas”, cabe dizer que além de ser contra a independência, a gazeta era contrária à abolição da escravatura, pois acreditava que “o Brasil não tinha braços suficientes para se desenvolver sem os escravos”. (SILVA, 2005)

Segundo Maria Nizza da Silva, mais uma vez, agora em 17 de dezembro, o Idade D’Ouro publicava mais um de seus artigos subjugando as forças dos separatistas.

A respeito das forças para atacar a cidade, isso são contos da velha. As forças consistem nos desertores da cidade e nos vadios de fora, que se uniram a um punhado de soldados do Rio de Janeiro, capitaneados por aventureiros que querem fazer fortuna e que contavam com as intrigas da cidade. Loucos! De que servem as intrigas calvas e insultas seduções aonde está um general desprezador de frívolos enredos e uma tropa ajuizada e briosa, que sabe afrontar a morte, quanto mais ridículas cavilações e mexericos fradescos. Além destas razões deviam há muito ter feito esmorecer os valentões de fora e os velhaquitos de dentro, a que número está reduzido a gracioso exército atacante? Se nós, tendo excelentes quartéis, regularidade de pagamento, médicos, boticas, etc., sempre temos tantos doentes, que será deles expostos ao tempo, sem quartéis, sem boticas e médicos, sem dinheiro e sem disciplina? (SILVA, 2005, 354 e 355)

Inclusive, segundo a autora, nos últimos dias de 1822, a fim de injetar ânimo nos portugueses que ainda se encontravam em Salvador, o Idade D’Ouro noticiou que era no Recôncavo que a luta estava difícil, porém, a defesa de Salvador era sólida e garantida. (SILVA, 2005)

A autora lembra que, em 1823,

todos os periódicos que defendiam a união com Portugal e a Constituição de 1822 ficaram certamente sem ter o que dizer depois de receberem a notícia da *Abrilada* em Portugal, que aboliu a Constituição e impôs novamente o absolutismo régio. Já não havia mais constitucionais para se oporem aos partidários de D. Pedro. Talvez por isso mesmo não temos nenhum número

desses periódicos baianos, que certamente desistiram de sua campanha no mês de maio. (SILVA, 2005, p. 365)

Em relação ao período da luta pela independência, Consuelo Ponde de Sena tece um comentário sobre a *Sentinela Bahiense*, que pode ser aproveitado para refletir sobre o *Idade D'Ouro* e todos os periódicos, até os dias atuais:

Tantas são as notícias tendenciosas, que o *Sentinella* transmite, que nos seria impossível comentá-las na sua totalidade. Afinal, a gazeta tinha por objetivo denegrir a ação dos patriotas brasileiros, os quais eram denominados “facciosos” e exaltar as benemerências das forças portuguesas, aqui sediadas, contra a vontade do povo baiano. *Aliás, não se poderia pretender daquele jornal uma atitude de imparcialidade diante dos fatos, quando seu objetivo era exatamente o de defender a causa lusitana.*

Aliás como hoje, somos forçados a concluir – é difícil, se não impossível, obter-se a imparcialidade absoluta dos nossos meios de comunicação quando estão em jogo a defesa de causas adversas e dos interesses contrários. (SENA, 1983, p. 21 e 22)

3.3 Características dos jornais baianos: Intenções e Interesses

A partir do estudo exploratório da imprensa baiana nos seus cem primeiros anos, pode-se afirmar que os jornais baianos do início do século XIX privilegiavam os conteúdos políticos e literários. Entretanto, também é característica deste mesmo século o surgimento de folhas circunstanciais, especializadas e efêmeras e que, em conjunto, tratavam de uma grande diversidade de temas, com interesses e intenções bem distintos.

No período da imprensa áulica, uma das características mais importantes da imprensa, principalmente na primeira metade do século XIX, era o seu caráter pedagógico. Era uma época de ebulição do jornalismo político-literário, como explica Ciro Marcondes Filho (2002), em que as páginas impressas funcionavam como plataformas de políticos e de todas as idéias. A imprensa tinha como função instruir a sociedade através da divulgação de textos educativos.

Marco Morel, autor do livro *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*, explica que no início do século XIX o público era visto, de uma forma geral, como “rude, iletrado e sem instrução”, e que por isso grande parte da imprensa acreditava ter uma “missão pedagógica, esclarecedora e civilizadora”. (MOREL, 2001)

É importante também situar que alguns periódicos desta época priorizavam uma espécie de diálogo entre os círculos de letrados e a integração destes com os grupos dirigentes, enquanto que outros buscavam um público situado fora das fronteiras desta Republica das Letras e dos grupos de poder. (MOREL, 2001, p. 169)

A idéia de educar através da imprensa pode ser percebida nos artigos dos jornais. Os periódicos costumavam publicar textos sobre filosofia, moral, ética, liberdade de pensamento, sobre doenças e o avanço das ciências, que “levavam luz às trevas da ignorância humana” (O CREPÚSCULO.nº1, 1845), entre outros assuntos.

Em geral, os artigos de fundo eram opinativos e doutrinários, em detrimento do factual e descritivo. “É um período em que a influência de um jornal não é medida pelo seu tamanho, pela sua qualidade ou pelo seu prestígio. O que faz a medida é a força da opinião. Não é o título o que conta. Tampouco a tradição, o peso econômico. Prevalece a idéia.” (BAHIA, p. 85) O periódico *A Marmota*, de 25 de julho de 1849, reflete sobre a atuação da imprensa baiana neste período.

Tanto os que adulam, como os que guerreiam o governo, mentem espantosamente; cada um grita, e ameaça pensando que sua opinião é capaz de mover, ou persuadir todo o povo; forte engano, forte injustiça, forte loucura! De tal sistema de escrever só vem prejuízos, e nada se remedeia, e em ultima analyse o escritor é que aproveita alguns vinténs das assinaturas da folha, e grande numero de inimigos. (A MARMOTA, nº 260)

O objetivo principal destes jornais era dar voz a grupos ou indivíduos, que defendiam e atacavam pessoas e partidos, de acordo com a orientação política de cada periódico. *O Crepúsculo*, periódico instrutivo e moral, de 1845, diz o seguinte a este respeito:

Os periódicos que possuímos, especialmente dedicados ao comercio e a política, só a essas classes podem servir; seu alto preço não permite, que com facilidade possam ser lidos por pessoas menos abastadas, alem de que a influencia dos partidos, de que eles são sempre revestidos, afasta muitas vezes

grandes números de leitores, e por conseguinte não podem ter a desejável divulgação. (O CREPÚSCULO, nº1)

Mas também existiam periódicos que se diziam imparciais. O *Diário da Bahia* (1856-1911), por exemplo, um dos jornais mais importantes do século XIX, considerado como o decano da imprensa da Bahia, disse em seu artigo programa, em 2 de janeiro de 1856: “órgão independente e imparcial, fôra da acção dos partidos, exercerá com abnegação e sem interesses de bandos políticos e bajulações do poder o seu nobre ministério”.

É importante ressaltar que, apesar do jornal *O Diário da Bahia* se dizer “independente e imparcial, fôra da acção dos partidos” o periódico esteve fortemente envolvido com o Partido Liberal passando a confundir-se com ele. O autor do livro “A Abolição na Bahia: 1870-188”, Jailton Lima Brito, no capítulo “A imprensa baiana e o abolicionismo”, explica a ligação do jornal *O Diário da Bahia* ao Partido Liberal.

Fundado em 1º de janeiro de 1856, trocou várias vezes de proprietário, até que, em 4 de março de 1868, foi assumido por uma sociedade anônima “constituída pelos membros mais importantes do Partido Liberal baiano, sob a direção do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas”. A partir desse momento, passou a ser o porta-voz oficial dos liberais na Bahia até o fim do período imperial. O *Diário da Bahia* e o Partido Liberal passaram a confundir-se, com Souza Dantas à frente, que transformou a sede do jornal em reduto anticonservador. Essa situação não se modificou quando o jornal passou a ser propriedade exclusiva de Augusto Guimarães, em 1880, que já era o seu principal acionista. Pelo contrário, sob sua administração, o jornal envolveu-se ainda mais com o Partido liberal, a ponto de todas as decisões do partido saírem da sua sede. (BRITO, 2003, p.87, 88)

Ainda sobre a ligação dos jornais com os partidos, o livro “Imprensa e história do Brasil”, no capítulo “A imprensa na história do Brasil”, de Maria Helena Capelato, cita outro autor que faz uma comparação entre essas duas instituições:

“Jornais não são partidos. Mas como se parecem às vezes!” Essa analogia sugerida por Francisco Weffort fundamenta-se no fato de que, na tradição liberal, a opinião caracteriza essas duas instituições – partido e imprensa. Embora se pareçam com partidos, os jornais têm especificidades: são empresas e um público de leitores é muito mais um público consumidor que adepto de uma causa política. (...) Num país de frágil estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstanciais, papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los. (CAPELATO, 1994, p. 37)

Só a partir da segunda metade do século XIX, o modelo de jornal independente inspira a fundação de diversos órgãos de imprensa, que seguem os caminhos de um jornalismo com intuito de funcionar como empresas, mas nem por isso os periódicos deixam de lado o seu caráter de tribuna ampliada - que segundo Benjamim Constant, caracteriza o compromisso doutrinário e o engajamento ideológico - e de porta-voz do discurso político e até partidário. (BAHIA, 1990, p. 36)

Os jornais, em boa parte do século XIX, eram escritos com fins pedagógicos e de formação política. Por isso, era natural que um jornal fizesse oposição e crítica a algum outro periódico.

Dois dos principais jornais do início do advento da imprensa na Bahia, o *Idade D'Ouro do Brazil* e o *Diário Constitucional*, como foi explicado anteriormente, não raro entravam em conflito político durante os primeiros anos da década de 20. O primeiro era um jornal oficial - portanto, áulico - e se tornou ativo nas lutas políticas da época, dando ênfase à campanha contra a independência do Brasil e, depois, da Bahia, enquanto o segundo era um órgão nacionalista.

Já o periódico *O Imparcial Brasileiro*, por exemplo, fazia clara oposição ao jornal *O Bahiano*, ambos de 1829. Nas cartas dos leitores de *O Imparcial Brasileiro*, pode-se encontrar elogios dos leitores ao jornal por “frear os excessos e abusos praticados por *O Bahiano*” (Nº2. vol. 1), e na maioria das vezes reclamavam sobre a publicação do jornal. *O Bahiano* sempre respondia as críticas: “Como poderia alguém impedir a impressão e publicação de um jornal, somente porque é um jornal franco?” (Nº33. vol.1)

3.3.1 Diversidade, Temáticas e Público

Na primeira metade do século XIX circulavam um significativo número de pequenos jornais que eram produzidos por pessoas, grupos e partidos políticos, que desejavam levar à

comunidade seu pensamento. Assim, a imprensa adquiria a função de potencializar as vozes dessas pessoas e grupos, dando visibilidade pública de seus interesses.

O novo órgão de publicidade que vem hoje solicitar o benévolo acolhimento dos leitores, não é um lutador que se levanta na arena incandescente das idéias e dos princípios em que se debatem os variados matizes da opinião. Não é um competidor esforçando-se por criar novo centro de atração á curiosidade pública, mas um companheiro que não fere as conveniências peculiares do jornalismo existente. (TURF, 1889, nº 1, p. 1)

O trecho supracitado foi publicado no jornal *Turf*, em 26 de janeiro de 1889. Tratava-se de uma publicação especializada em corrida de cavalos e raças hípcas. Já o periódico crítico e literário *A Cruzada* (1889), tinha como público-alvo os jovens.

Enquanto os respeitáveis anciãos, heróis incandescidos e já exaustos da luta pela Pátria vêem que o tempo, esse viajador incansável de uma estrada sem fim, aponta-lhes os solares do acaso, a juventude não se deve conservar ociosa no berço do indiferentismo. Eis porque, muito pequeno que somos, ousamos sair da órbita de nosso valor negativo e entrar na peleja que enobrece – o da imprensa, e no combate que honra – o jornalismo. (A PÁTRIA, 1891, nº1, p 1)

Nesse sentido, surgiram publicações com finalidades, interesses e públicos bastante definidos. Como traduz o trecho do artigo publicado na primeira edição de *A Roseira* (1868), publicação católica, que se define como Revista Universal para as famílias.

O momento nos parece mui bem escolhido para criar um periódico dedicado à família. Nada temos neste governo, e é vergonha, porque em todas as partes surgem as revistas e os jornais, combatendo nos campos de suas opiniões, de seus interesses, e de suas especialidades. Entre nós o jornalismo é árido como os desertos, sem gota de orvalho, sem seiva de vida; suas polêmicas rolam sobre mesquinhos interesses de indivíduos, outras sobre o que entre nós chamam política, explanada em longos e intermináveis comunicados onde a inventiva e a virulência se disputam a palma. (A ROSEIRA, 1868, p. 1)

Mas também circulavam no século XIX jornais que criticavam a Igreja católica, por acreditar que seus sacerdotes serviam para manter a ignorância do povo. Como mostra o trecho do artigo “Frades na Bahia”, do periódico político e literário *O Censor*, de 6 de setembro de 1837.

É força confessar, que não antipatizamos com frades, somente porque o sejam, ou pelo habito que vestem, e voto que professam; se bem que esse voto e esse hábito, foram quase sempre indícios certos de sinistro agouro, e mais vezes tinham sido capa de horrores crimes, do que asilo de partes virtuosas e cristãs; mas porque

estamos convencidos (e a experiência o convence) que essa casta de gente celibatária e contemplativa é inimiga jurada de todos os direitos do homem social, e de toda a forma de governo livre; e porque além disso não sabemos de que servem frades e freiras no Brasil, senão é para manter a ignorância do povo, para empecer a pronta reforma dos abusos, e até para desonrarem a religião, de que se inculcam ministros com o exemplo de sua má conduta; que para outra coisa nunca serviram eles, entre todas as nações, que tem tido a imprudência de os tolerar. (O CENSOR, 1837, nº 1, p. 104)

Em homenagem ao primeiro centenário da imprensa baiana, foi publicada uma edição comemorativa do *Diário Oficial do Estado da Bahia*, em 02 de julho de 1923, em que autor Aloysio de Carvalho rememora “A imprensa na Bahia em 100 anos”. Entre outros aspectos da imprensa no período, o autor destaca a efemeridade de alguns tipos de jornais.

Na longa relação dos jornais baianos é sensível o rol dos que apenas vinham à vida para terem o direito de morrer. Exemplo: os literários. E é muito bem lembrado o que me dizeis: também os científicos. E vamos logo acrescentar: igualmente os ilustrados. De fato, repetidos foram os ensaios para aclimar na Bahia essas três espécies. (TAVARES, 2005, p. 44)

Diante dessa diversidade de jornais baianos que circulavam durante o período analisado pelos pesquisadores, destacam-se os jornais humorísticos, satíricos e os chamados jornais “alegres”. Essas publicações eram assim conhecidas por seu cunho erótico e por seus títulos, por vezes fálicos, como percebe-se nos títulos a seguir: *O Perú* (1840), *O Cacete* (1842), *A Bocêta de Pandora* (1890), *O Mundo em Ceroulas* (1899), *A Taca* (1890), entre outros.

As divisas e as epígrafes dos jornais também foram levadas em consideração durante a pesquisa, uma vez que elas traduzem a missão e/ou lema dos periódicos. O jornal *O Marimbondo* (1832) trazia a seguinte divisa: “*Trarei prompto o meu ferrão/ Para os que fogem da razão*”. Já o impresso *O Surucucú* (1840) tinha o seguinte lema: “*Eu só mordo a quem me pisa*”. Enquanto o periódico crítico e chistoso *O Diabo* (1888) trazia a seguinte epígrafe: “*Respeito todas as crenças/ Dos homens bem educados; Esfrego sem piedade/ Aos tolos e malcriados. O maldizente e o baixo/ O descarado, o ladrão/ O safado e o tratante/ Aqui terão seu quinhão*”.

Mas outras folhas também galgavam um lugar ao sol no século XIX. Eram jornais dos mais variados formatos e temáticas, desde jornais católicos, como *Voz da Religião* (1833); o republicano e popular *O Interesse Público* (1851); passando por *O Diabo a Quatro* (1860),

periódico jocoso; até jornais como *O Abolicionista* (1871) e o democrata *Correio do Brazil* (1903), entre outros.

Mas existiam também outros tipos de imprensa. Como os jornais liberais *Grito da Razão* (1824-1827), *O Bahiano* (1828-1831), *O Fiscal* (1848-1853), *O Argos Bahiano* (1850-1852), *O Paiz* (1851-1857) e *O Monitor* (1876-1881), entre outros.

Durante o século XIX também circularam inúmeros jornais republicanos como, por exemplo, *O Guaycurú* (1843-1860), *Echo Republicano*, de 1857; *O Interesse Público* (1860-1871), *O Horizonte* (1872-1873), *A Voz da Pátria*, de 1889; *O Movimento* (1889-1890) e *O Republicano*, de 1894.

Nos fins do século XIX, por volta de 1870, começa a surgir na Bahia outro tipo de imprensa: a abolicionista. A imprensa na Bahia teve um papel importantíssimo na luta a favor da abolição da escravatura. (Brito, p. 79) Exemplo disso foi o pacto antiescravista, em 20 de março de 1872, do qual participou a maioria dos jornais de Salvador. Cada jornal se comprometia em não mais publicar anúncios referentes a escravos. Este acordo foi assinado em 20 de março de 1872 e ratificado em 6 de julho de 1881, como parte das homenagens pela passagem do décimo aniversário da morte do poeta Castro Alves.

Jailton Lima Brito, autor do livro “A Abolição na Bahia: 1870 – 1888”, cita o documento que foi publicado pelos jornais que assinaram o pacto:

Os abaixo assinados, representantes de parte da imprensa desta capital, desejando honrar com uma manifestação abolicionista a memória de Antônio de Castro Alves, no dia de hoje, em que a Bahia levanta-se para laureá-lo como poeta dos escravos, resolvem, ampliando a idéia incompletamente exarada num documento assinado por alguns deles a 20 de março de 1872, obrigar-se todos de hoje em diante:

a não imprimir, quer em jornais, quer em avulsos, anúncios relativos a fuga, locação, compra ou venda e outro qualquer contrato sobre escravos, embora tais contratos hajam de ser feitos judicialmente;

a dar maior publicidade a este acordo, e a solicitar para ele a adesão de toda a imprensa do império, e especialmente dos jornais e das typografias já existentes e que vierem a estabelecer-se nesta província (BRITO, 2003, p. 84)

Um dos jornais baianos mais atuantes da imprensa abolicionista foi o jornal *O Asteróide*. Além de sua destacada atuação na propaganda do abolicionismo, segundo Sodré, “cedeu um valioso espaço para veiculação de denúncias contra os escravos e os seus aliados”.

Fundado, em 1887, com o objetivo de lutar contra a escravidão e auto-intitulado “órgão de propaganda abolicionista”, envolveu-se diretamente nos conflitos que aconteceram em Cachoeira nos últimos anos da década de oitenta e não se cansava de apontar as ações arbitrárias contra abolicionistas e escravos praticadas por escravocratas e autoridades policiais e judiciárias que estavam sob influência desses. (BRITO, 2003, p. 80)

Mas *O Asteróide* não foi o único jornal abolicionista em Cachoeira. “Outros jornais que, apesar de não terem sido tão combativos quanto *O Asteróide*, também apoiaram o abolicionismo. Foram eles: *O Americano*, *Jornal da Tarde*, *Planeta de Vênus*, *Guarany* e *O Tempo*”. (BRITO, 2003)

É importante, porém, destacar que nesse período, o apoio abolicionista era fortemente ligado a questões partidárias. Ou seja, antes de ser uma bandeira do jornal, o abolicionismo era, acima de tudo, a bandeira do partido que o jornal tinha vínculo. Como já foi explicado anteriormente, o jornal *Diário da Bahia*, por exemplo, um dos jornais que mais lutou contra a escravidão no Brasil, era fortemente ligado ao Partido Liberal. “Foi assim que, em 1869, quando o Partido Liberal adotou em seu programa a emancipação dos escravos, o jornal passou a apoiar o abolicionismo”. (BRITO, 2003)

Outro jornal baiano que também apoiou o abolicionismo, *O Monitor*, era também ligado aos liberais. O Monitor foi fundado em 1º de junho de 1876 e “publicavam notícias que iam desde a entrega de cartas de liberdade pelo fundo de emancipação até denúncias de escravização ilegal”. (BRITO, 2003)

Depois desse período, no final do século XIX, Nelson Werneck Sodré cita em seu livro que narra a “História da imprensa no Brasil”, uma carta de Max Leclerc, correspondente de um jornal parisiense, na qual discorre sobre algumas características da imprensa brasileira em 1889. O quadro da imprensa brasileira nesse período, traçado por Leclerc, é um valioso depoimento, com observações, nas palavras de Sodré “exatas e agudas”.

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influencia na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Figaro*, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidencia ou é temível. Nos jornais mais lidos os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, disque-disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é, em geral, conveniente destacado, porque ao jornalista como ao povo, como ao ex-imperador, falta uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem eles de um critério, de um método. A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia. Os dois maiores jornais brasileiros, o *Jornal do Comercio* e a *Gazeta de Notícias*, realizam excelentes negócios; têm tantos anúncios que, não lhe bastando a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento. O *Jornal do Comercio* é uma espécie de *Times* sem virilidade; é o *Times* sem os leading articles; um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos. A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista. Julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores a seus concidadãos. Tem ele temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência aberta. Julgou de pé o Império, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional. Proclamada a República, estabelecida a ditadura, conservou sua independência de julgamento. Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma idéia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa. (SODRÉ, 1999, p 252, 253)

Na década de 1880, com as evoluções tecnológicas implantadas no Brasil, a exemplo do telefone, do telégrafo, do cabo submarino, das estradas de ferro e de linhas de navegação fluvial, “o jornalismo abriga essas inovações como básicas ao seu desenvolvimento”. (BAHIA, 1990,)

Juarez Bahia observa ainda o salto da imprensa brasileira nas duas últimas décadas do século XIX. De acordo com ele, nessas duas décadas, “a imprensa brasileira passa de uma frágil estrutura individual, improvisada, provisória, com raízes políticas mas ainda em busca de laços e

compromissos sociais profundos, para as mãos de uma organização familiar, sólida, solidária, permanente, convergente em seus interesses de classe. (BAHIA, 1990)

Já os periódicos do início do século XX - já que este estudo trabalha com os primeiros cem anos da imprensa na Bahia (1811 – 1911) – segundo Luís Edmundo, autor citado por Sodré, explica que ao iniciar o século XX:

O jornal, na alvorada do século, ainda é anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, uma coisa precária, chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas. Começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pincenez*, ar imponente e austero, mas rigorosamente vazio de opinião; espécie de *puzzle* de flores de retórica, que foliculários escrevem com o dicionário de sinônimos a um lado e um jogo de raspadeiras afiadas noutra, literatura cor-de-rosa que os homens mais ou menos letrados do país sorvem, logo de manhã cedo, ainda em *robe de chambre* e chinelo *cara-de-gato* no bico do pé, acavalando, nos beques estremunhados, enormes *pince-nez* de tartaruga, babando admiração pela obra-prima e a dizer: - Sim senhores, a isto é que se pode chamar artiguíssimo de fundo! Paginação sem movimento ou sem graça. Colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos Curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga Clichéerie. Desconhecimento das manchetes e de outros processos jornalísticos. Que já são, entretanto, conhecidos na imprensa adiantadas do norte da Europa. Tempo do soneto na primeira página, dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha. (SODRÉ, 1999, p 282)

É exatamente nesse período, passagem do século XIX para o século XX, que se dá a transição da pequena para a grande imprensa no Brasil. A modernização da imprensa brasileira, explica Sodré, aconteceu primeiro no Rio de Janeiro. Nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial.

Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começaria antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. (SODRÉ, 1999, p 275)

3.3.2 Linguagem e feição dos jornais

Ao analisar os periódicos do primeiro século da imprensa na Bahia, chamaram à atenção dos pesquisadores a linguagem utilizada na época e a apresentação gráfica dos jornais. Apesar desses aspectos não serem o foco deste estudo, levou-se em consideração as evoluções técnica, gráfica e tecnológica aplicadas aos jornais da amostra.

As transformações observadas na imprensa baiana, no período pesquisado, dão-se de maneira bastante lenta. Em um primeiro momento, no início da imprensa baiana, o discurso jornalístico se dava em longos e pesados artigos de fundo.

Outra característica desta primeira geração da imprensa brasileira era a veemência da linguagem. Havia, é certo, órgãos mais bem comportados, que se pretendiam apenas noticiosos, geralmente no campo econômico ou literário. Mas a imprensa como instrumento político, de convencimento, revelando as paixões e conflitos, era preponderante – fosse conservadora ou contestadora, exaltada ou moderada. O estilo panfletário, pasquineiro, dava a tônica, independente da coloração política. (MOREL, 2001, p. 169)

Nelson Sodré diz que, no período da imprensa áulica no Brasil, o jornalismo possuía uma linguagem que a caracterizava.

A violência de linguagem, própria da época, não era peculiar à imprensa de opinião. Isso sem considerar – o que é lícito – que a linguagem áulica é uma violência feita à liberdade e ao pensamento. Além de não se considerar, naquela pretensa justificativa, que é sempre menos grave a violência de linguagem do que a violência das ações, e nisto se esmerava o poder, considerando lícita essa conduta. (SODRÉ, 1999, p. 46, 47)

O autor Juarez Bahia explica que nesse período “o jornalismo era feito por panfletários, por autores que polemizavam, divergiam, desafiavam, conciliavam, lutavam, instigavam, ensinavam, construía e destruía. Eles sobreviviam por muitas gerações como jornalistas, alguns como estadistas”. (BAHIA, p 84)

Bahia explica ainda que essa “fase inicial da imprensa é por excelência do panfleto, da discussão dasabriada, da artilharia verbal. Um cenário que inclui atentados, empastelamentos, prisões, deportações, perseguições”. (BAHIA, 1990)

O que se destaca nesse período, 1831, é a proliferação dos pasquins. Eram jornais que tinham como característica importante uma linguagem própria. Manuel Querino, autor do livro “A Bahia de outrora – vultos e factos populares”, no capítulo “A imprensa”, discorre sobre algumas características da imprensa dessa época, entre elas, a linguagem dos *Pasquins*. “Nas proximidades dos pleitos eleitoraes surgiam os *Pasquins* – pequenos periódicos que cobriam de ridículo os adversários políticos; mas, de modo que, a linguagem, apesar de torturante, não excedia á pessoa alvejada”. (QUIRINO, 1955)

Já em “História da imprensa no Brasil”, o autor Nelson Werneck Sodré, ao citar um outro autor, Victor Viana, contradiz a afirmação de Manuel Querino, no que se refere a linguagem dos *Pasquins*.

A imprensa era então panfletária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grandes violências de linguagem e as polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas. (VIANA apud SODRÉ, 1999, p 84)

Mas Sodré ressalta em seu livro, que “a violência de linguagem, a invasão da vida particular e íntima, a difamação organizada, a devassa na conduta das pessoas, não foram, certamente, normas privativas dos pasquins, muitos menos a sua característica única”. (SODRÉ, 1999)

Nesse período não existiam matéria ou reportagem. Os fatos mais importantes apareciam nos jornais através dos artigos de fundo, que misturavam notícia e a opinião do redator. Por isso, alguns artigos de fundo chegavam a ocupar quase todo o espaço dos jornais.

Em prol da “missão civilizadora” da imprensa, os artigos utilizavam uma linguagem veemente, didática e bastante rebuscada. Os jornais tinham uma aparência semelhante ao dos livros e eram publicados em fascículos. Os impressos eram de pequeno formato, com poucas páginas, periodicidade irregular (mensal ou quinzenal) e boa parte distribuída gratuitamente.

Até a República, a concepção de jornalismo predominante no Brasil foi a de “tribuna ampliada”, expressão de Benjamin Constant; o jornalista era um ativista político e o jornal, veículo de suas idéias. Os pasquins proliferavam em momentos de intenso enfrentamento, sendo escritos em linguagem desabriada e sem preocupação com a veracidade dos fatos. Seu (único) redator era

frequentemente anônimo. Gisela Taschner qualificava esse jornalismo como “trabalho improdutivo”, pois decorria das características pessoais de seu autor, sem intenção de gerar rendimento. (RIBEIRO, 1994, p. 23 e 24)

De uma forma geral, o conteúdo dos jornais era político-literário. Além do aspecto recreativo e de entretenimento, a literatura tinha como função dar leveza aos periódicos. A sátira também era um recurso largamente utilizado pelos jornalistas da época. Eles faziam da sátira uma forma eficaz de crítica. “As gazetas periódicas alargavam-se mais um pouco, satirizavam com vehemencia, corroborando o dito do tempo: *A quem não tem cauda, deita-se*”. (QUERINO, 1955)

Ao analisar a linguagem utilizada nos impressos do primeiro centenário da imprensa baiana, um jornal destacou-se dos demais. O periódico caustico e humorístico *As Coisa dos Rocêro* (1899-1903), era escrita numa linguagem característica das pessoas que viviam na roça. A divisa do jornal dizia o seguinte: “Foia dadêra das notícia cá de fóra, sem falá da vida aeia nem mulequêra. Voças sinhuria não inore os erro da gramática, apois a gente está ainda um pouco lanzudo neste traviá”. (Nº 5. Ano 1)

No “Ispidiente” encontra-se o “Iscrevedou Prupiataro” do jornal, Coroné Zé Perêra Capa Bode. O periódico era publicado apenas aos domingos, com 91 números publicados no total, e se dizia “Orgo uficiá da roça e do partido do dizingrossa”. *As Coisa dos Rocêro*, a partir da edição de número 14, mudou de nome e passou a se chamar *Foia doz Rocêro*. O jornal explicou a mudança de nome:

Im virtude d’uma merma qui as turidade, alavantaro arrispitivos o titro desta foia – *As Coisa dos Rocêro*, - pruvia de paricê qui este nome é dizonstrado qui as famia honesta não pode insprivitá as culina da dita cuja foia, e memo pra não havê nuve nois barganhamo o nome pra Foia doz Rocêro; mais porém, cumtudo, o traviá d’ella trabaia na mesma tria, arrispitivo os dize, marmente houve uã deferença pra deferença do outro nome: é que a coiza ta memo braba e neste cunsiguente s’aguente moços da capitã qui os rocêro... e á vai viola! (FOIA DOZ ROCÊRO, 1899, nº 14, ano 1)

Em um segundo momento, segunda metade do século XIX em diante, os jornais baianos começaram abandonar, gradualmente, o pesado artigo de fundo, que era opinativo e moralizador,

e partem para um texto mais objetivo. A extensão dos artigos tende a encurtar e a leitura torna-se mais rápida. Os textos, antes opinativos e doutrinários, tornam-se mais informativos.

O que se quer agora é logo a informação, com profusão de títulos em todos os corpos e os competentes clichês, representativos da ocorrência ou da personagem. Alguns leitores chegavam a exigir, e o jornal a satisfazê-los, que venha a narrativa encimada por epígrafes, que digam logo tudo, com dispensa de maior leitura. É a notícia em pílulas, que não há mais tempo para mastigar doutrinas. (TAVARES, 2005, p. 46)

Os jornais tornam-se mais variados com o crescente número de seções, e o noticiário se torna mais diversificado. Os periódicos, de um modo geral, passam a ser semanais ou diários, e deixam de ser gratuitos, como muitos eram anteriormente.

3.3.3 Os Anúncios

Os anúncios publicitários nos jornais baianos também foram observados pelos pesquisadores. Na primeira metade do século XIX eles eram pequenos e raros. Os anúncios variavam entre a venda de navios, cavalos e terrenos, até leilões, vendas e capturas de escravos. Mas nem todos os jornais deste período publicavam anúncio sobre escravos. O jornal *Sentinela da Liberdade. Na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos*, de janeiro de 1831, disse no Plano da Gazeta: “Não receberei anúncios sobre vendas e fugas de escravos; minha gazeta não é leilão, nem capitão do mato”. (SENTINELA. 1831 p. 3)

Diferente da primeira metade do século XIX, em que os jornais davam publicidade a anúncios referentes à escravidão, nesta segunda metade do século, os jornais *Alabama*, *Jornal da Bahia*, *Correio da Bahia*, *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* se reuniram para firmar – por intermédio da Sociedade Libertadora Sete de Setembro - um pacto antiescravista. Fato já explicado anteriormente.

Diferente da primeira fase do jornalismo, no início do século XIX, em que os fins lucrativos ficam em segundo plano, os jornais baianos começaram a enxertar anúncios

publicitários em suas folhas, prática que vai ganhando cada vez mais espaço nos periódicos ao longo de todo o século.

O primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* aceitava pedidos para a publicação de anúncios. Segundo Bahia, inicialmente o jornal não cobrava pelos anúncios que publicava, mas “com o tempo, a *Gazeta*, como qualquer outro jornal, oficial ou não, adere à tabela de preços para anúncios”. (BAHIA, 1990, p. 15). Segundo o autor, já no século XIX,

A publicidade comercial vai lentamente se definindo. Surgem, animados pela veiculação graciosa, pequenos anúncios que mais adiante serão chamados de classificados. Contudo, para assegurar a inserção no dia desejado, o interessado deverá entregar o original diretamente na oficina, com antecedência de dois dias. (BAHIA, 1990, p.17)

É importante destacar que, não se sabe, de fato, quando os anúncios publicitários, no Brasil e, especificamente na Bahia, deixaram ser gratuitos e passaram a ser cobrados pelos jornais.

A gradual implantação da imprensa como negócio, iniciada após 1830 na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, impõe-se plenamente por volta de 1875. A grande mudança que se realiza nesse tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter de sua mercadoria: seu *valor de troca* – a venda de espaços publicitários passa a segurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu *valor de uso*, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais. A tendência – como se verá até o final do século 20 – é a de fazer do jornal progressivamente um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14)

Mas os anúncios não apareciam apenas nos espaços dedicados a publicidade. O *Jornal da Bahia*, por exemplo, publicou em sua edição de 20 de janeiro de 1854, - o que chamou a atenção dos pesquisadores - um “publieditorial” [termo utilizado pelos pesquisadores] que significa anúncio publicitário com formato de matéria jornalística. O texto apresenta a “invenção inglesa de um aparelho eletromagnético para tratamento de moléstias de caráter nervoso, gota, reumatismos crônicos, lombar, hemorróidas, congestões sanguíneas, paralisia e epilepsia”. (JORNAL DA BAHIA. p. 2)

Outro publieditorial foi encontrado no jornal *Diário da Bahia*, na edição de 6 de janeiro de 1909. O texto publicitário foi publicado na sessão de “Notícias Diversas” do jornal intitulado “A Verdade”. O texto diz o seguinte:

Quando os factos proclamam a verdade a contestação cala-se. A pessoa que usar os bochechos e gargarejos do Elixie Sanativo, todas as noites ao deitar-se, ficará livre das dores de dentes, da inflamação das gengivas, das afecções da garganta, do amolecimento dos dentes, finalmente, terá a boca em perfeito estado de saúde. Vende-se em todas as drogarias e pharmacies. Depósito na Bahia, Drogaria América – Firmino de Figueiredo. (DIÁRIO DA BAHIA, 1909, nº 4, p. 2)

O historiador Nelson Werneck Sodré, em “História da Imprensa no Brasil”, caracterizou, em poucas linhas, como eram os anúncios publicitários no século XIX.

Nos jornais antigos, proclamavam as virtudes de barbeiros que aplicavam bichas, escravos à venda ou fugidos, gêneros alimentícios, navios que chegavam ou que partiam, remédios milagrosos. Na segunda metade do século XIX, eram já elaborados; para os fins do século, contam com a qualidade literária emprestada por alguns escritores. (SODRÉ, 1999, p 281)

Neste mesmo livro, Sodré cita uma carta de Max Leclerc -que já foi citada neste trabalho anteriormente - na qual discorre sobre algumas características da imprensa brasileira em 1889, entre elas, a publicidade. O trecho, apesar de curto, é bastante significativo.

(...) alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influencia na orientação da opinião pública. (...) Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, espaço deixado à redação é muito restrito (...) (SODRÉ, 1999, p 252)

Essa tendência, diz Marcondes Filho, “de fazer do jornal progressivamente um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias”, que começa no final do século XIX, é vista por ele como uma nova dependência no jornalismo.

Sem depender tanto de partidos políticos ou associações, por causa da publicidade, os jornais sentem a necessidade de vender muito para se auto-financiar. Os jornais passam, então, a investir em suas capas, criam manchetes e dão ao jornal o caráter de atualidade. Tudo para se vender. Para Marcondes Filho, em função disso, “o jornalismo cai numa nova dependência a olhos vistos”. Ele explica por quê:

A transformação tecnológica irá exigir da empresa jornalística a capacidade financeira de auto-sustentação, pesados pagamentos periódicos para amortizar a modernização de suas máquinas; irá transformar uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se autofinanciar. A fase romântica em que o calor pedagógico era financiado pela falência do jornal (Habermas) cede o passo à imprensa moderna e sintonizada com as exigências do capital. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13)

O autor português, Nelson Traquina, no livro “Teorias do jornalismo – Porque as notícias são como são”, mais precisamente no capítulo “A trajetória histórica do jornalismo na democracia”, não tem o mesmo ponto de vista de Marcondes Filhos. Para Traquina:

Com o advento da publicidade surge um novo jornalismo que privilegia informação e não propaganda [no sentido de propaganda partidária], ou seja, esse novo jornalismo privilegia fatos e não opiniões, efetuando, assim, a mudança de um jornalismo de opinião para um jornalismo de informação (...) A nova ideologia pregava que os jornais deveriam servir os leitores e não os políticos, pregava que traziam informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários. (TRAQUINA, 2004, p 51)

É importante ressaltar que tanto a visão de Marcondes Filho quanto a de Traquina, se referem ao jornalismo praticado na Europa, no final do século XIX.

Segundo Gisela Taschner, a publicidade nos veículos de comunicação só ganha estrutura própria a partir da passagem do capitalismo (dos veículos de comunicação vistos como empresas) para a etapa do monopólio, da formação de redes de comunicação, que desemboca no estabelecimento dos mass media, “que se tornam, eles próprios, um novo campo de investimentos para o capital”. Antes desse movimento, os jornais tinham o propósito de servirem aos ideais políticos e serviam como expositores dessas ideais. Depois, os órgãos de imprensa tomam rumo empresarial, que reprimem os demais órgãos que ainda têm caráter político, tomando como objetivo a venda do maior número possível de exemplares.

Após esse momento, a produção dos veículos de comunicação é lentamente encarada como obra da Indústria Cultural, em processo de desenvolvimento. Em especial, os jornais, que já existiam antes da instituição da Indústria Cultural, tiveram que se adaptar. (TASCHNER, 1987)

A lógica que rege a construção da mensagem é o lucro: a empresa domina o jornal. Feitas essas ressalvas, podem-se assinalar, como tendências, a ênfase crescente sobre temas ligados ao lazer, aos fait-divers, aos potins do mundo das celebridades, à violência; a utilização farta de fotos e de uma linguagem mais acessível, distanciada da literatura. Nesse aspecto a revolução começou nos Estados Unidos, em fins do século passado (XIX). (...) De outro lado, a política vem perdendo importância como tema, especialmente nos jornais dirigidos às camadas populares. (TASCHNER, 1987, p. 29)

Num livro em que trata de dois jornais paulistas datados da década de 1950 e 1960, Taschner observa que as idéias citadas acima, a respeito do processo que leva à Indústria Cultural, se referem aos países do capitalismo avançado e acrescenta que a constituição da indústria cultural no Brasil é mais recente, ela só se concretiza na época equivalente à ditadura militar (período compreendido entre as décadas de 60 e 80 do século XX). Segundo a autora, os jornais analisados por ela se encaixam num período de transição entre o jornalismo empresarial, porém fundados a partir de motivações políticas, e o jornalismo típico da geração regida pela Indústria Cultural.

3.3.4 As Notícias

Ao observar o conteúdo dos jornais do primeiro centenário da imprensa baiana, as notícias que eram destaque na época chamaram à atenção dos pesquisadores. O objetivo ao analisar o noticiário dos periódicos dos cem primeiros anos da imprensa baiana, era entender qual o conceito de notícia desse período. Apesar dessas observações não serem fruto de uma análise profunda e detalhada do noticiário, as observações a seguir permitem identificar como os jornais desse período entendiam a notícia.

Em um primeiro momento, no início do século XIX, eram poucos os jornais que se diziam noticiosos. De um modo geral, os jornais baianos desse período publicavam notícias do exterior, de outras províncias, do comércio, importação (o que os navios traziam), notícias sobre economia e navios saídos da Bahia. O noticiário local era quase inexistente e, quando aparecia era em forma de relatos curtos, com cerca de um parágrafo. Muitas edições chegavam a tratar

exclusivamente de notícias do exterior, que chegavam pelo correio ou pelas embarcações que atracavam na Bahia.

A evolução do noticiário se dá de maneira bastante lenta. Mesmo depois da segunda metade do século XIX, o noticiário pouco mudou. Um recurso muito utilizado nesse período é o uso do telégrafo. “O advento do telégrafo no século XIX ligou o jornalismo à atualidade e criou diversões e demarcações adicionais, tornando possível noticiar de mais sítios e, acima de tudo, permitindo ao jornalismo operar dentro de um novo tempo: *o presente instantâneo*”. (TRAQUINA, 2004)

As notícias, em boa parte dos casos, tanto nacionais como internacionais, eram publicadas através de cartas e esse tipo de notícia ocupava grande parte do jornal. “Entendemos que uma correspondência de Londres deve á todos satisfazer, e que mostramos assim aos nossos leitores que procuramos cada vez mais melhorar o nosso jornal”. (JORNAL DA BAHIA, nº 201, ano 1)

Até 1874, as notícias do exterior chegavam por cartas. Nesse ano, a agência telegráfica Reuter-Havas instalou, no Rio, sua primeira sucursal, dirigida pelo francês Ruffier. (...) A agencia Reuter-Havas serviu 71 anos à imprensa brasileira; ao fim da Segunda Guerra Mundial passou a chamar-se France-Press. (SODRÉ, 1999, p 215)

Um outro recurso utilizado pelos periódicos da época era a transcrição do noticiário de outros jornais, tanto os do interior, como os de outros estados e até mesmo de outros países. O *Jornal da Bahia* (1853-1878), por exemplo, com frequência fazia a transcrição de notícias de outros periódicos brasileiros e de jornais ingleses e franceses.

Era comum que notícias banais vindas do exterior fossem publicadas, a exemplo de números de nascimentos e mortes em Londres e Paris. Mas também eram publicados fatos importantes como a guerra civil na China. (JORNAL DA BAHIA, ano 1, nº 195)

Já no final do século XIX o conteúdo dos jornais era mais diversificado. Nesse período havia uma maior preocupação em levar ao leitor mais informação e menos opinião. Entretanto, é importante ressaltar que, durante todo o primeiro centenário da imprensa baiana, a lógica do jornalismo era político-partidária e de opinião. O noticiário do final do século XIX até o período

que compreende esta pesquisa (1911) é, comparativamente, um pouco mais relevante aos jornais do início do período analisado. Os jornais passam a investir nas histórias das personagens da ocorrência e criam títulos mais criativos. Percebe-se, também, a preocupação com o factual e descritivo, em suma, as notícias se tornam mais atuais. Apesar da imprensa nesse período começar a esboçar tais mudanças, o que vigorava era uma imprensa com bases fundamentais de partidos e de opinião.

O poeta e jornalista Antonio Vianna, em um discurso em sessão solene, em 05 de outubro de 1911, no salão nobre do Lyceu de Artes e Offícios, classificou a notícia em oito categorias. O discurso foi publicado através do artigo intitulado “A Notícia”, publicado nos Annaes, ano 1, fev. de 1912. A visão do jornalista Antonio Vianna é uma contribuição importante para a compreensão do conceito de notícia no século XIX. O trecho a seguir é bastante significativo.

Fosse um estudo sobre a notícia, o que explano, e classificaria o assunto: notícias felicitantes; notícias necessárias; notícias aristocráticas; notícias vagabundas; notícias graves, agudas, temidas e caluniadas.

Caluniadas são todas aquelas que revelam fatos comprometedores a indivíduos que precisando de inocentar-se, com uma das mãos segura a máscara da hipocrisia, enquanto com a outra brande a clava iconoclasta [destruidora] de sua perfídia contra a verdade, arrastando ao pelourinho da sua ignomínia a honra, a consciência, a dignidade dictio do jornalista. São derivantes das temidas, outro gênero condenado, principalmente, pelos administradores de departamentos públicos que fecham às mãos todo o poder temporal de suas atribuições para expedir raios de iras contra o observador imprudente e indiscreto. Temidas, porque a sua simples enunciação desgalvaniza o embuste dos apadrinhados, mostrando à sociedade os lázaros morais.

Agudas são estas mensagens de desgraças, que chegam espalhando o luto, o pranto, o desespero, a revolta, destruindo prados inteiros, onde florescem as mais viçosas aspirações, as mais vívidas [verdes] esperanças, os mais sagrados sonhos, as mais suaves idealizações do bem eterno.

Graves, o seu nome bem no-lo diz, são os terremotos sociais, estas convulsões em que se afundam caracteres e tradições, homens e coisas, vidas e instituições.

Coitadas das pobres filhas dos xadrezes sociais e da molecureba [molecada], que passam nas colunas dos jornais mais despercebidas porque são vagabundas. Pobrezinhas delas expostas ao olhar do criminoso que vai ansioso devorando as suas linhas desvalorizadas em busca de seu nome. Entretanto, coloquei-as ao lado das aristocráticas, porque sendo estas a alegria das famílias, o registro dos salões e dos acontecimentos da moda, as pobres vagabundas são resultantes da despreocupação da sociedade, últimas inculpadas da aristocracia.

Mas, todas elas passam, desaparecem sem deixar saudade da vinda, porque as necessárias ocupam-lhes o lugar despoticamente, fonografando todas as decisões úteis dos governos, todos os movimentos regularizados das classes conservadoras, todo o mecanismo de vida financeira equilibrando fortunas,

alimentando esperanças, revigorando as forças propulsoras do progresso para a garantia moral.

E bem quisera incluir neste gênero as felicitantes, essas notícias que nos fazem vibrar de alegria, estremecer de júbilo, erguer os olhos ai cerúleos [da dor de céu] páramos [abóbada celeste], como que agradecendo um benefício dos céus, que é um favor do destino, essas notícias que nos empolgam e vencem, infantilizando-nos, despertando em nós afeições mais puras que vamos buscar para compartilhar de nossa ventura, do nosso prêmio, do nosso laurel. (TAVARES, 2005, p. 142)

3.3.5 Os Jornalistas

Nesta primeira fase da imprensa baiana, os jornalistas podiam ser quaisquer pessoas letradas que se dispusessem a ser pessoas públicas, já que o jornalismo não era encarado como categoria profissional. Na época, médicos, advogados, clérigos, políticos e militares tornavam-se jornalistas, pois poderiam elaborar sua própria gazeta ou escrever para gazetas de amigos com uma relativa facilidade.

O aparecimento da imprensa de opinião produzida no Brasil a partir de 1821 fez entrar em cena um novo tipo de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado na época de redator ou gazeteiro. Entre as mutações culturais vindas com a manifestação da modernidade política ocidental, surge este homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo de escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações políticas. (MOREL, 2001, p. 164 e 165)

Mas os jornalistas também sofreram inúmeras perseguições e violências, principalmente na primeira metade do século XIX. Manuel Querino, autor do livro “A Bahia de outrora – vultos e factos populares”, no capítulo “A imprensa”, fala durante todo o texto sobre as perseguições sofridas pelos jornalistas no início da imprensa na Bahia. Como mostra, na íntegra, o capítulo “A imprensa”, publicado em 1955.

O feudalismo indigna do tempo não admittia a mais leve censura, ou mesmo, o simples e innocente reparo, nos actos emanados de sua intolerância.

Havia de se lhe bater palmas, applaudindo, ou cair no desagrado, sujeito ás arbitrariedades de toda a ordem; pois não faltavam indivíduos assalariados para o mister de desaffrontas.

Como se vê, eram de uma deplorável estreiteza os processos jornalísticos da época.

As gazetas dos partidos políticos, valha a verdade, discutiam buscando convencer pela lógica dos factos, aprofundando-se no raciocínio, sem que de leve tocassem na vida particular ou na família do adversário, como escandalosamente hoje se pratica.

As gazetas periódicas alargavam-se mais um pouco, satirizavam com vehemencia, corroborando o dito do tempo: “A quem não tem cauda, deita-se”.

Nas proximidades dos pleitos eleitoraes surgiam os *Pasquins* – pequenos periódicos que cobriam de ridículo os adversários políticos; mas, de modo que, a linguagem, apesar de torturante, não excedia á pessoa alvejada.

Havia duas espécies de *testas de ferro*: um que manejava o cacete, outro que assumia a responsabilidade do autographo perante a lei.

Em 1833, por motivo de divergência de opiniões manifestadas na imprensa, o dr. Sabino Vieira viu-se na contingencia de assassinar em pleno dia, á entrada da Câmara Municipal, ao alfetres do exercito Ribeiro Moreira, no momento em que este levantava um instrumento aviltante, para chicoteal-o.

Prospero Diniz e João Nepomuceno, poetas satíricos de larga acceitação, não puderam resistir ás perseguições e expatriaram-se.

Manoel Pessoa da Silva. Apesar de pertencer a uma família dominante, fôra tão odiado, que por occasião de seu fallecimento, a imprensa recusou consagrar-lhe as homenagens a que tinha incontestável direito, com poeta e literato de valor.

Domingos Guedes Cabral cumpriu sentença na fortaleza do Barbalho, em vista dos seus escriptos, arrojadamente desdenhosos aos mandões do tempo, no periódico – *Marcos Mandinga*.

Este valente escriptor, como não podia empunhar a penna e o cacête, fazia-se acompanhar de dois homens de confiança; pois que, ou o jornalista mudava de rumo, coagido pelas offensas phydicas dos capoeiras, ou então, era levado aos tribunaes, por demasias da palavra escripta; e não raro, os juizes, antes de sentenciarem, confabulavam com os mandões, sobre as perseguições a desenvolver contra os comentadores dos desmandos políticos.

O dr. Fortunato de Freitas, além de demittido do logar que ocupava numa sociedade particular, fôra aggreddido physicamente, salvando-se milagrosamente da sanha dos sicários.

Domingos de Faria Machado não fôra mais feliz que os outros; falleceu subitamente em uma pharmacia. Depois de ter ingerido um copo d’agua: attribuiu-se esse facto a envenenamento.

Aristides Ricardo de Sant’Anna, por ter repellido uma offensa, respondeu a jury e fôra condenando.

Cassiano Hypolito, Eduardo Carigé e Pamphilo da Santa Cruz viram-se sobressaltado por constantes ameaças, a ponto deste ultimo, em certa occasião, viajar inesperadamente para o Rio de Janeiro, afim de escapar á violenta aggressão.

Landulpho Medrado, talento de escol ao serviço da democracia, teve o seu pamphleto – *Os Cortezãos e a viagem do Imperador* condemnado ás chamas, na primeira edição, porque os proprietários da Typographia, onde fôra

impresso, não consentiram que tivesse publicidade, como elemento subversivo, um livro que se desviava das normas de subserviência aos poderosos.

O sr. José Álvares de Amaral constituía uma exceção: passou incólume pelas columnas do *Guaycurú* moderno. Isso, porém, não admira; pois, voltamos á barbaria antiga, aos processos violentos, aos ataques á mão armada.

E nos dizemos civilizados: civilização de palavras, unida a uma democracia que se tem distinguido pelos empréstimos, bombardeios, bailes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos e balda de patriotismo. O homem de hoje constitui-se senhor absoluto nas applicações da lei e do dever, desrespeitando a tudo e a todos. No entanto, fez-se escravo do dinheiro e das açções ruins.

O veterano da independência, Ladislau Titára, saudando o *Dois de Julho*, disse:

Nunca mais o despotismo
Regerá nossas açções;
Com tyrannos não combinam
Brazileiros corações.

Que decepção amarga não sentira o patriota se presenciasse o que testemunhamos hoje, com indignação e trizteza? (QUERINO, 1955, p. 82 - 85)

Para situar o leitor sobre o contexto que se encontrava a primeira geração de jornalistas brasileiros, o historiador Marco Morel traça um quadro mais amplo do perfil desse novo profissional das letras. Na Europa, no começo do século XIX, o perfil desses novos intelectuais pode ser repartido, segundo Morel, em duas grandes tendências:

De um lado um heterogêneo conjunto de escritores patrióticos e liberais e, de outro, os nostálgicos da República das Letras tal como ela se apresentava em meados do século XVIII. Eram características moldadas pelo rescaldo das transformações revolucionárias, em espaços públicos que se transformavam. (MOREL, 2001, p 165)

Como a imprensa na Bahia no início do século XIX era antes e acima de tudo um instrumento político e nada tinha de uma empresa comercial - explica o jornalista Luiz Viana Filho, no artigo *Alguns aspectos do jornalismo baiano* - os jornalistas e redatores não recebiam uma remuneração adequada.

Boa parte dos repórteres e redatores era praticamente de amadores, que de quando em quando obtinham algum vale modesto da gerencia. Em geral, ou intelectuais boêmios ou jovens que tinham o olho mais na política do que no ordenado, pois, assim como Joaquim Nabuco pôde escrever que as Faculdades de Direito eram, na primeira metade do século XIX, espécie de ante-sala do parlamento, os jornais passaram a ser seguro degrau para a vida pública. Os estritamente profissionais provinham habitualmente da revisão, formada normalmente por estudantes em busca de pequeno ordenado. (VIANA FILHO, 1980, p. 7)

Sodré explica em seu livro que, se tratando dos jornalistas, eles quase sempre eram literatos, oradores e políticos. E que, “em 1840, os jornalistas queriam mais do que remuneração: queriam preço. Como se fosse possível aos senhores de terras e de escravos terem apreço pelos seus servidores, e, além do mais, servidores intelectuais”. (SODRÉ, 1999)

Mesmo depois da segunda metade do século XIX, a remuneração dos jornalistas ainda era precária e determinante no rumo de algumas carreiras.

Os que escrevem gazetas não encontram em geral remuneração a seus esforços, e não raro, depois de fazerem brilhar o seu talento (e quantos talentos de escol têm iluminado a imprensa bahiana), ou emigram da provincia, e vão na capital do paiz continuar os seus labores, por encontrarem naquele centro de actividade, um melhor campo de acção a seus esforços e remuneração que aqui não podiam encontrar; ou se retiram do jornalismo, a que os chamara a sua vocação, e vão noutros misteres empregar a sua actividade mental, muitas vezes desalentados pela indiferença que os sitia e lhes mata o estímulo. (CARVALHO, 1994, p.23)

O autor Jorge Cláudio Ribeiro, no livro “Sempre Alerta”, mais precisamente no capítulo *Metamorfoses do Jornalismo*, diz que entre 1850 e 1875 a indústria gráfica progrediu no Brasil e o mercado jornalístico se diversificou”.

Mas ainda era necessário superar a falta de profissionalização. Mesmo nas empresas mais organizadas, mantinha-se um duplo quadro: os repórteres, que sobreviviam da imprensa, e os publicistas, políticos profissionais que usavam os jornais para divulgar seu nome e plataformas. (RIBEIRO, 1994, p. 25)

A partir das considerações acerca da mercantilização do jornal impresso, Juarez Bahia fala do pessoal responsável pela publicação dos periódicos: “até a sua consolidação como indústria e empresa brasileira fará conviver na redação o publicista (misto de jornalista e político) e o repórter que depende só do jornal”. (BAHIA, 1990)

Bahia aborda uma questão importante ao falar das dificuldades enfrentadas pelos jornalistas e impressores até 1880. Segundo ele, os maiores problemas da imprensa da época são “a improvisação, associada ao partidarismo; e a tutela do poder político, que limita a liberdade de iniciativa e impõe pressões econômicas para aliviar ou calar opiniões contrárias”. (BAHIA, 1990)

É a partir dessas dificuldades que surge a industrialização da imprensa, que é o marco da transição entre as fases da imprensa e do jornalismo no Brasil, estabelecidas por Juarez Bahia. Diz ele:

Ao abrigo desses conflitos, jornais bem administrados, apoiados em estabelecimentos gráficos que não se limitam à edição diária, e editoras sólidas, de clientela regular, se apresentam como fórmulas industriais duradouras, lucrativas. É nesse horizonte que o jornalismo brasileiro progride, apesar dos problemas. (BAHIA, 1990, p. 43)

Sodré afirma em seu livro que, foi no início do século XX, que os jornalistas brasileiros começaram a se organizar com o objetivo de agrupar os profissionais da imprensa, como uma espécie de organização sindical.

Decorreu do desenvolvimento da imprensa, da importância que esta conquista e das novas condições que apresentava, peculiares à imprensa industrial, nas grandes cidades, as que pesavam na vida do país, liquidada a imprensa artesanal, a pequena imprensa, a imprensa tipográfica. Atingida a etapa de grande imprensa, estabelecida esta em moldes capitalistas, surgiria, necessariamente, a organização agrupadora dos que nela trabalhavam, os profissionais, os jornalistas. O pioneiro da idéia de organizar uma instituição desse tipo foi o humilde repórter de O País, Gustavo de Lacerda, que se bateu infatigavelmente até ver concretizado o que defendia. Sabia bem, e proclamava, que “o jornalismo, entre nós, não é uma profissão: ou é oito ou é escada para galgar posições”. Sonhava com uma organização do tipo sindical, ocupada em defender os interesses de seus associados, os profissionais da imprensa. (SODRÉ, 1999, p 307)

Para melhor compreender como eram os jornalistas e o jornalismo nas duas metades do século XIX julgou-se necessário traçar o perfil de dois importantes jornalistas, um do início do período analisado e outro do final do século XIX.

Cipriano Barata, o jornalista mais atuante e notável do início da imprensa na Bahia, também foi político, líder popular e humanista, e Rui Barbosa, um grande pensador, advogado, jurista, diplomata e jornalista que contribuiu imensamente para a imprensa brasileira.

3.3.5.1 O jornalista Cipriano Barata

“Um herói em sua época”. É assim que o historiador e pesquisador Marco Morel define Cipriano Barata. O autor, no seu livro biográfico e de caráter histórico “Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade”, conta as grandezas e os paradoxos do maior panfletário do Primeiro Reinado e das Regências Trinas.

Cipriano José Barata de Almeida, nasceu na freguesia de São Pedro Velho, Salvador, Bahia, em 26 de setembro de 1762. No ano seguinte ao nascimento de Cipriano, Salvador deixou de ser a Capital da América Portuguesa, perdendo lugar para o Rio de Janeiro. (MOREL, 2001)

A infância e mocidade de Cipriano Barata foram marcados por um período de profundas transformações econômicas, sociais e culturais.

Assim, o tempo dos primeiros anos de vida de Cipriano Barata é de crescente complexidade das hierarquias da sociedade, onde não faltavam conflitos étnicos e sociais; o crescimento dos centros urbanos e a “africanização” da Bahia através do tráfico de escravos. Era um local onde se entrelaçavam natureza exuberante e miséria, numa sociedade ainda mais dessemelhante do que a contada por Gregório de Mattos um século antes. (MOREL, 2001, p 31)

Pouco se conhece da vida de Cipriano Barata entre 1800 e 1821, afirma Morel. O que se conhece da vida de Cipriano antes dos anos 1820 pode ser resumido em dois momentos: a ida dele para a Universidade de Coimbra e o seu envolvimento na chamada Conjuração Baiana de 1798, além de referências sobre a tentativa de implementar a República de 1817 na Bahia.

Cipriano matriculou-se no curso de Filosofia em 1786, no de Matemática em 1787 e também no de Medicina, posteriormente. Aos 24 anos, desembarcou numa Europa efervescente: o Século da Luzes em contraste com a penumbra colonial. Cipriano bacharelou-se em Filosofia a 7 de julho de 1790. Não concluiu Matemática e Medicina, mas obteve (não se conhece em que local) habilitação em cirurgia e considerável bagagem cultural, mais do que suficiente para dar aulas particulares e para tornar-se, posteriormente, redator de jornais de opinião. Era um erudito. Não se conhece alusões de Cipriano específicas a este periódico universitário que, entretanto, só pode ter sido marcante em sua formação. (MOREL, 2001, p. 36 e 37)

Cipriano foi jornalista, político, agitador, líder popular, a sua atividade revolucionária na imprensa projetou Cipriano como um “campeão das liberdades públicas, precursor das lutas pela Independência, República e federação”. (BAHIA, 1990)

Anarquista, para uns; liberal, para outros; carbonário, para os mais ardentes *filho do reino*, Cipriano Barata evolui de uma posição favorável ao trono brasileiro separado de Portugal e abraça, com intransigência e vigor, a causa da democracia. Prega a justiça social numa época de tirania, conspira abertamente contra o poder. (BAHIA, 1990, p. 93)

A vida de Cipriano se estendeu sobre os periódicos colonial, imperial e regencial. “Sua vida política tormentosa e fervente despertou iras e paixões, alvo de idolatrias e violentas perseguições. Enfim, foi uma das primeiras lideranças políticas de amplitude nacional que se forjou no imediato período pós-independência”. (MOREL, 2001)

Cipriano ficou conhecido, entre outras coisas, por ser o criador das *Sentinelas da Liberdade*. A primeira delas, a Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco é apontada como o segundo jornal republicano do Brasil, depois do jornal O Marimbondo, de Recife, em 1882. “De 1823 até 1889, Sentinelas circulavam em todo o país como sinônimo de jornalismo de combate”. (BAHIA, p. 93)

A edição baiana do jornal de Cipriano, *Sentinela da Liberdade – Na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos*, publicado em 12 de janeiro de 1831, na edição nº 1, trazia o “Plano da Gazeta”, retrata bem a visão e a postura de Cipriano Barata.

A sentinela da liberdade tem por ofício clarear idéias, e dar luzes aos leitores, combater erros, lembrar o bem público, repreender os abusos do poder, e de seus empregados, e atirar flechas ervadas contra os servis aristocratas, e os que solapam o nosso liberal sistema: nunca perdoarei ao despotismo e tirania. Defenderei nossos direitos e garantias, e a prosperidade dos bravos ilustres Bahianos meus compatriotas com energia, apesar dos horrores da nossa Lei de Imprensa, &c.

Não receberei anúncios sobre vendas e fugas de escravos; minha gazeta não é leilão, nem capitão do mato.

A Pátria conte comigo sempre a sua frente, que firme a defenderei; e de hoje em diante bradarei destemidamente ao Povo brasileiro – Alerta!!!” (SENTINELA D ALIBERDADE, 1831, nº1, p. 3 e 4)

Cipriano usava a imprensa como uma arma e se colocava em posição de vigilância contra “qualquer indivíduo que seja oposto ao sistema e liberdade da Pátria, ou aos portugueses egoístas e ingratos, ou qualquer brasileiro que goste de ser cativo” (SENTINELA DA LIBERDADE, 1831, nº1, p. 1)

Bahia diz que “Nas páginas das suas Sentinelas desfilam idéias que só se rendem ao império da razão, seja para proclamar o direito dos brasileiros à soberania nacional, seja para denunciar a exploração, o escravagismo.” (BAHIA, 1990)

É dessa forma que se dá a atuação jornalística de Cipriano, uma carreira que irá até 1835 com apenas duas interrupções, motivadas por prisões sob o Primeiro Reinado e a Regência Trina. Mas Cipriano, segundo Juarez Bahia, foi provavelmente o jornalista brasileiro que mais foi preso.

Em 1834, perseguido em Salvador, Cipriano muda-se para Pernambuco, onde ainda podia fazer jornalismo. Morreu em de junho de 1838, em Natal, RN, onde sobrevivia como professor, farmacêutico ou clínico. (BAHIA, 1990)

O pensamento e a ação de Cipriano Barata ainda estão por merecer estudos temáticos. Marco Morel afirma que os textos de Cipriano ainda não são todos conhecidos e que é preciso mais pesquisas e estudos sobre o maior panfletário do início do século XIX.

3.3.5.2 O jornalista Rui Barbosa

A cinco de novembro de 1849, o Brasil viu nascer, em Salvador, Rui Barbosa de Oliveira.

Filho do jornalista João Barbosa de Oliveira, Rui Barbosa entrou para a Faculdade de Direito de Recife aos 16 anos e, mais tarde, galgou méritos de grande advogado, jurista, político, diplomata e também jornalista, a bem honrar a profissão do pai, que dirigiu o jornal *O Século*,

que foi criado para apoiar a administração de Serra Lisboa e era impresso nas oficinas do jornal *O Guaycurú*.

Muito se fala sobre Rui Barbosa, mas a sua face de jornalista ainda não foi explorada de forma profunda. Alguns estudiosos como Barbosa Lima Sobrinho e Luiz Viana Filho traçaram perfis que contam a paixão de Rui pelo jornalismo, mas ainda há muito a explorar.

A biografia do jornalista em questão aponta o seu ingresso à imprensa no ano de 1868, no jornal acadêmico *A Independência*, fundado pelo amigo Joaquim Nabuco, em São Paulo, para onde Rui se mudou em 1866, a fim de concluir sua graduação em Direito. Mas, segundo afirmação de Barbosa Lima Sobrinho, no livro *Rui Barbosa e a Liberdade de Imprensa*, Rui ganharia maior destaque em 1869, ao fundar o jornal abolicionista *O Radical Paulistano*, do qual foi o seu principal redator e onde também não deixava de demonstrar sua campanha a favor da mudança do regime político no Brasil.

De volta à Bahia, logo entra para o *Diário da Bahia*, periódico do Partido Liberal, onde fica até 1879, e onde assumiu o cargo de redator-chefe aos 24 anos. Segundo o próprio Rui, ele foi um dos redatores “mais sobrecarregados, era o único que, embora também dos mais necessitados, não embolsou jamais, direta ou indiretamente, um vintém, ou vantagem alguma, de qualquer natureza”. (LIMA SOBRINHO, 1980,)

Em 1878, ele acaba se afastando do jornalismo por conta de suas atividades como deputado e advogado, mas em 1884, ao recusar suas funções na tribuna parlamentar, resolve voltar ao jornalismo, no *Diário de Notícias*, que assumiria, em 1889, a atribuição de redator-chefe.

Com a proclamação da República, Barbosa assume a função de ministro da Fazenda, mas só permanece no cargo até janeiro de 1881. Depois disso, ele passa a escrever para o *Jornal do Brasil* e novamente para o *Diário de Notícias*.

Ao ser exilado, por ser acusado de colaborar com a fomentação de uma revolta dentro da Marinha do Brasil, vai para Buenos Aires e depois para Londres, de onde escreve as Cartas da Inglaterra, a serem publicadas no *Jornal do Commercio*.

Após o término do governo do presidente Floriano Peixoto, Rui Barbosa retorna ao Brasil e funda, em 1898 o seu memorável periódico: *A Imprensa*, onde trabalhou por 17 meses e produziu “artigos primorosos que nunca deixarão de ser considerados como obras primas”, segundo Barbosa Lima Sobrinho.

Já entre os anos de 1910 e 1911, Rui Barbosa voltou a escrever para o *Diário de Notícias*. De acordo com Lima Sobrinho, em Rui Barbosa e a Liberdade de Imprensa, a Rui Barbosa, como jornalista

Ihe sobravam virtualidades incomparáveis, tendo tido a fortuna de só escrever em jornais em que era o juiz único de suas opiniões. Talvez por isso, tenha sido curta a vida dos jornais de que foi diretor. Se o Diário da Bahia estava ligado à existência do Partido Liberal na Bahia, se o Diário de Notícias sofreu o impacto de sua presença no Governo Provisório, A Imprensa viria demonstrar que o jornalismo na sua fase industrial, depende tanto da capacidade empresarial quanto de sua redação. Em regra, os jornais se dividem em dois grupos, os que são comandados pela administração e os que procuram seguir os rumos da redação. Estes últimos, de certo, vivendo precariamente a meio de dificuldades sem conta, não raro efêmeros, nascendo já com encomenda da sepultura. Os outros prósperos e felizes, sabendo que o jornal é sempre mais empresa que jornal. (LIMA SOBRINHO, 1980, p. 10)

Somando-se a atuação de Rui Barbosa nos diversos periódicos por onde passou, somente dez anos da sua vida foram dedicados ao jornalismo, porém, seus artigos não tiveram validade curta. Seus textos eram mais artigos de opinião onde ele descarregava seus pensamentos a respeito dos fatos do dia-a-dia, mas principalmente fatos ligados à política. Não raro Rui citava filósofos e teóricos europeus, a exemplo de Kant, Vico, Marat, Roberpierre e John e Stuart Mill.

Em seus artigos Rui sempre mostrava seu grande conhecimento geral, que ficava transparente nas suas reflexões sobre o presente diante do passado e suas comparações entre fatos acontecidos no Brasil e em outras nações. Ele era um apaixonado pela Revolução Francesa: a citava em diversos dos seus escritos e chegou a publicar um artigo sobre a Revolução, em 1889,

época em que ela completara um século. Segundo ele, “a revolução de 1789, francesa em sua forma, é européia, Universal, na sua essência. Ela constitui nos seus elementos”.

A definição do estilo jornalístico de Rui Barbosa feita por Austragésilo de Athayde é citado no livro de Barbosa Lima Sobrinho

O jornalismo de Ruy era sempre o da doutrina, transmitida no artigo. As restantes sessões do jornal, sueltos, crônicas, reportagens, nem eram de muito uso no tempo, nem jamais se abalçou ao gênero. Foi o que hoje é chamado “um colunista”, o autor do principal comentário do jornal, versando o acontecimento do dia. Esses eram quase invariavelmente, de natureza política e quando, na aparência não o tinham, Ruy logo os relacionava com a política, pois que esse foi, eminentemente, o campo de sua atividade espiritual. (LIMA SOBRINHO, 1980, p. 10)

Já segundo Freitas Nobre - professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, na época em a universidade editou a terceira edição atualizada e revista do discurso A Imprensa e o Dever da Verdade, de Rui Barbosa - revelou que era o artigo a crônica que faziam de Rui partícipe das preocupações da comunidade e que o colocavam em contato com o seu público.

Américo Jacobina Lacombe também é citado por Barbosa Lima sobrinho em Ruy Barbosa e a Liberdade de Imprensa. Américo disse acreditar que “A Imprensa constituiu o apogeu de Ruy Barbosa como jornalista”. E continuou: “os artigos de fundo, nesse jornal, são os mais divulgados e os mais belos de sua numerosa produção no gênero”.

De fato, a produção jornalística de Rui Barbosa é numerosa e está compilada em suas Obras Completas e Obras Seletas disponibilizadas pela Fundação Casa de Ruy Barbosa, porém, é preciso analisar mais profundamente estas obras para se ter uma noção mais profunda da face jornalística de Rui.

3.3.5.2.1 Rui Barbosa e o papel de cão de guarda

Na condição de jornalista, abolicionista e republicano, Rui Barbosa sempre usou da imprensa para vigiar os homens que ocupavam cargos públicos e zelar pela manutenção da democracia e da ordem pública. Ele sempre zelou por todos os tipos de liberdade, mas definiu a liberdade imprensa a primeira das liberdades e, conseqüentemente, a mais necessária para a manutenção de uma sociedade saudável. Segundo suas próprias palavras, acreditava numa “tribuna sem fúrias e numa imprensa sem restrições” e afirmava que “nos países onde o parlamento representa mal a Nação, a pena do jornalista vale mais que a eloqüência do orador”.

Apesar de extrapolar o período do qual esta monografia trata, não se pode deixar de citar a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*, escrita por Rui Barbosa, provavelmente em 1919, e doada ao Abrigo Filhos do Povo para que, ao ser publicada, a renda fosse revertida a instituição sediada em Salvador. A conferência foi publicada pela primeira vez em 1920. Nesta obra, percebe-se claramente o pensamento de Rui sobre a imprensa e suas funções.

O professor Freitas Nobre diz no prefácio da obra, publicada pela USP em 1990, que

A Imprensa e o Dever da Verdade é fonte inesgotável para citações, toda vez que o problema da comunicação, suas questões éticas, a responsabilidade e a função social dos meios de informação coletiva e o dever profissional do jornalista e da empresa são colocados em exame. (BARBOSA, 1990, p.13)

Ainda segundo Nobre, Rui Barbosa

defendeu o dever de informar sem omissões, fixando critérios éticos que, se pudessem vingar, fariam da imprensa o escudo em que a sociedade se resguardaria da mentira oficial e se prepararia melhor para reformar o Estado, colocando-se em condições de servir a comunidade e não aos governantes. (BARBOSA, 1990, p.14)

A função do jornalismo como cão de guarda, guardião do povo ganha destaque quando Rui Barbosa declara, que o cidadão deve conhecer bem os seus representantes e que

para a Nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos; no procedimento dos seus servidores não cabe mistério; e toda encoberta,

sonegação ou reserva, em matéria de seus interesses importa, nos homens públicos, traição ou deslealdade aos mais altos deveres do funcionário para com o cargo, do cidadão para com o país. (BARBOSA, 1990, p. 49 e 50)

Eis a definição de Rui Barbosa para a imprensa e a crítica à imprensa que oculta a verdade ao seu público:

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou anodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, norte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal condição do país, onde a publicidade se variou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lha clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa. (BARBOSA, 1990, p. 20 e 21)

Barbosa acredita tanto na importância da imprensa para a vida da sociedade que chega a compará-la com a importância do oxigênio para a manutenção da vida humana. Após explicar a fisiologia e os processos do fenômeno da respiração humana, o jornalista acrescenta:

Entre as sociedades modernas, esse grande aparelho de elaboração e depuração reside na publicidade organizada, universal e perene: a imprensa. Eliminaí-a da economia desses seres morais, eliminaí-a, ou envenenai-a, e será como se obstruísseis as vias respiratórias a um vivente, o pusésseis no vazio, ou condenásseis à inspiração de gases letais. Tais são os que uma imprensa corrupta ministra aos espíritos, que lhe respiram as exalações perniciosas. (BARBOSA, 1990, p. 21 e 22)

O professor Freitas Nobre ainda diz, no prefácio de *A Imprensa e o Dever da Verdade*, que, para Rui Barbosa, “a imprensa não significa simplesmente uma liberdade individual, mas uma instituição de ordem pública e, por isso, ‘não se suprime essa liberdade, senão para ocultar a ausência das demais’”(BARBOSA, 1990, p. 15). O próprio Rui Barbosa cita Royer-Collard ao dizer que “a imprensa, ainda, mais que necessidade política, é uma necessidade social” e depois confirma que “a imprensa é a garantia de todas as garantias” (BARBOSA, 1990).

Rui era contra a mercantilização da imprensa. Segundo ele, “não há, para qualquer sociedade, maior desgraça que a de uma imprensa deteriorada, servilizada, ou mercantilizada”

(BARBOSA, 1990, p. 22). Como se pode perceber neste trecho, Rui Barbosa condenava a imprensa corrupta, chegando a declarar que

o fino da esperteza consistiria, principalmente, em que contestando a imprensa com a imprensa, fronteando com a imprensa veraz a imprensa professa na mentira, açulando contra a imprensa incorrupta uma imprensa de todas as corrupções, lograria este sistema desatinar a opinião pública, deixá-la muitas vezes indecisa entre o rasto da verdade e o da mentira, ou muitas outras, induzindo-a a tomar a pista falsa pela verdadeira”. Mas faz ressalvas ao declarar que “o jornalismo não perdeu todos os prestígios da sua honra. Mas ainda aqui se viu que é sempre sem número o número dos tratantes, que a ralé dos traficantes não tem conta. Ao derredor do poder formigueja a multidão venal, e os governos, se algum embaraço topam, é em dar vazão ao número de mascates da palavra escrita” (BARBOSA, 1990, p. 25)

Desta forma, recusa a vinculação da imprensa ao governo e critica um ex-presidente da República que confessou ter subornado órgãos de imprensa para que não discordassem dos atos do seu governo. Consta numa nota de rodapé da edição de *A Imprensa e o Dever da Verdade* (1990), consultada para a realização deste tópico sobre o jornalista Rui Barbosa, que o presidente citado, porém não identificado por Rui Barbosa, foi Campos Salles. A crítica de Rui a este episódio é ferrenha. É, também por esse tipo de ato vindo do governo que Rui acaba por julgar irresponsáveis os rumos da república no Brasil, que destoavam da “verdadeira prática republicana”. Rui diz ainda que do governo e de sua administração não se aceitam escaninhos e mistérios e que todo tipo de traição desses princípios interessa ao público, pois os homens da política devem satisfações à responsabilidade de seu cargo e aos cidadãos, que são o país.

Num ato de moralização, Rui trata de valorizar a verdade como a saída para o salvamento da República e do jornalismo. Assim escreveu ele:

Da mesma convicção estou eu possuído, quando insisto em reagir contra a lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro. Tenho certeza, adquirida na experiência do mundo inteiro, que este mal de mofo e bafio criado à sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar. É obra da mentira; e a mentira não se medica homeopaticamente, com is seus semelhantes. O remédio da mentira está na verdade. A República, entre nós, se consagrou ao culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade. (BARBOSA, 1990, p. 36).

Mais uma vez, Rui se mostra contra a servidão da imprensa ao governo e reforça a idéia de que o jornalismo deve funcionar como cão de guarda do poder político. Sobre os órgãos de imprensa que aceitam estar a serviço dos poderes políticos ele diz:

Essas casas de prostituição intelectual estariam fechadas se lhes não valessem as chaves do Tesouro Nacional, dos tesouros estaduais, dos tesouros municipais que fazem todas naquelas fechaduras tão à justa quanto nas dos cofres públicos, de que deveriam ser guardas, e são gazua, para os despejar e recheiar do seu conteúdo as arcas desses estafadores privilegiados. (BARBOSA, 1990, p. 44)

3.3.6 A verdade como valor jornalístico

Nos jornais pesquisados na amostra, chamam à atenção as passagens em que a imprensa expressa o reconhecimento do ideal da verdade como princípio obrigatório da atividade jornalística. A gazeta *Idade D'Ouro do Brazil*, primeiro jornal baiano, fundado por Manuel Antônio da Silva Serva, em 1811, trazia, entre as duas primeiras palavras do título, os versos de Sá de Miranda como seu lema: “*Fallai em tudo verdades/ A quem em tudo as deveis*”. Porém, por seu caráter oficial, as abordagens eram sempre parciais e privilegiavam os portugueses e a camada superior da sociedade baiana.

Também chama a atenção o compromisso com a imparcialidade e a verdade. Assim diz o redator: “Prometter imparcialidade he denunciar indirectamente a fala dellas: e todo o homem honesto, muito mais o instructivo redactor, deve a si proprio, e ao Publico a mais stricta veracidade”. A imparcialidade não é uma constante no *Idade D'Ouro*, tendo em vista a época em que ele é escrito e o seu caráter oficial e de defesa dos interesses dos governantes e do povo português.

O Diário Constitucional, de caráter nacionalista, também tinha a verdade como sua divisa e utilizava-se de um trecho do Canto V dos Lusíadas: *A verdade, que eu conto nua e pura/ Vence toda a grandiloqua escriptura*.

O periódico *Mensageiro da Bahia*, de 20 de Março de 1832, nº 30, diz em um trecho do seu artigo de fundo que a verdade deve ser perseguida. O trecho diz o seguinte:

Da Liberdade de Imprensa pode resultar, sem dúvida, inconvenientes a alguns indivíduos; mas resultaria d'ele sempre vantagens estimáveis a sociedade total, á cujo interesse os de alguns...Quanto aos opressores de gênero humano, sufoquem, se poderem, os gritos da razão; encadeiem a Liberdade de Imprensa; dispersem os Campeões da Humanidade; persigam a verdade; todos os seus vãos esforços não farão se não confirmar sua vergonha, e lhes atrair o ódio, que eles justamente tem merecido.” (MENSAGEIRO DA BAHIA, 1832, p. 123)

A Marmota, publicação que nasceu a 21 de dezembro de 1845, trazia como mote um verso de seu redator, Próspero Diniz. Os versos diziam: *Sou pequenina, porém sou forte/ Digo a verdade, não temo a morte*. Num de seus artigos, Diniz acrescentou que as paixões não deveriam afetar o relato da verdade. Assim, de forma implícita, ele chama a atenção para o princípio da imparcialidade.

É uma lástima ver-se a fraqueza dos escritores, que presentemente publicam gazetas nestas Cidades; cada uma fala conforme seus interesses, e suas paixões particulares. Faltando inteiramente ao sagrado dever de falar a verdade ao público; razão porque se não pode acreditar no que eles escrevem!!! (...)A Marmota, que nenhum partido segue senão o da verdade e da lei estabelecida, vai falar sinceramente aos seus leitores.” (A MARMOTA, nº 260, p. 1)

O trecho supracitado é parte do artigo de fundo publicado a 25 de julho de 1849, sob o título *Justiça Imparcial, Verdade Pura*, que reflete o posicionamento do jornal.

Nascido em 2 de janeiro de 1856, o Diário da Bahia, em seu artigo programa, também faz referencia a sua imparcialidade ao definir seu papel, seu público-alvo e o seu posicionamento

Ser útil a esta província a quem do íntimo do peito idolatra e venera é o mais ardente desejo da Sociedade Emprezarria, em nenhuma ocasião mais favorável para o manifestar do que a atual, em que se vai tratar das questões mais vitais e de maior interesse para as diversas classes de nossa sociedade. Órgão independente e imparcial, fora da ação dos partidos, exercerá com abnegação e sem interesses de bandos políticos e bajulações do poder o seu nobre ministério. (DIÁRIO DA BAHIA, nº 1, 1856)

Depois, nos anos de 1878 e 1891, os jornais *O Caixeiro* e *A Pátria*, respectivamente, fazem questão de ressaltar, já nas suas primeiras edições, seus compromissos. O primeiro diz ser “imparcial nas questões de que tratar” e que “buscará apresentar em toda a sua nudez e ilesa verdade” (1 de março de 1878, p. 1). Já o segundo, se compromete em “trabalhar; com a coragem e com o desassombro de quem acima dos preconceitos, muito acima das ninharias sociais (...) trabalhar pela verdade; seguir a estrada larga dos intuitos nobres em vez de enveredar pelo plano inclinado dos *doestos* e das recriminações” (11 de janeiro de 1891, p. 1).

Como já foi explicado anteriormente, apesar de alguns jornais se afirmarem “imparciais”, e de colocarem a verdade como bandeira, é importante destacar que, na maioria das vezes, o discurso não confere com as práticas jornalísticas, por causa do estreito envolvimento dos jornais com os partidos políticos.

3.3.7 Liberdade de imprensa

A preocupação com o conteúdo publicado aparece não somente na busca pela verdade, por parte dos jornalistas, mas, também, é cobrada pela iniciativa do público, exemplificada pela carta do leitor de codinome “O Inimigo”, publicada num jornal, em 1829:

Sr. Redator, A liberdade de imprensa, que tão útil e necessária é entre os povos civilizados, tem sido entre nós tochas de fúria e máquinas infernais para a desorganização da sociedade e explosões revolucionárias: vem a ser entre nós armas de fogo em mãos de doidos; e, em vez de estender a Moral Pública, tem desmoralizado a homens de bons costumes, roubando injustamente a honra do cidadão. (O IMPARCIAL BRASILEIRO, nº 2)

Também um leitor do *Jornal da Bahia*, identificado pelas iniciais S.C., preocupa-se com a responsabilidade do conteúdo publicado. Na edição de 21 de janeiro de 1854, ele pede a retificação de notícias escritas pelo “ilustrado correspondente do Rio de Janeiro”, que acusa o administrador da alfândega desta província, Sr. Luiz Antonio de Sampaio Vianna, de má

administração. O leitor pleiteia a publicação de um ofício, com argumentos de defesa das acusações do jornal, remetido pelo acusado ao diretor geral de rendas públicas.

A Teoria Liberal Clássica, tendo como referência um mercado de livre circulação de informações e idéias, chama a atenção para o emprego da liberdade de imprensa que dá margem, inclusive, para que a imprensa cometa atos irresponsáveis, a exemplo dos crimes de calúnia e difamação. É assim que *O Bahiano* traz, na edição de 9 de maio de 1829, um artigo de fundo intitulado *A Liberdade de Imprensa*, que ocupa não menos que três páginas do jornal. Nele pode-se ler: “sejam os autores responsáveis por seus escritos, quando estão publicados, como todo homem o é pelas suas palavras, quando forem pronunciadas, pelas suas ações quando forem cometidas”. Ainda a este respeito, destaca-se o artigo de fundo da edição do jornal baiano *O Crepúsculo* publicado no final de outubro de 1845, redigido por D.C. Tourinho, que faz um alerta aos jornalistas:

É em uma folha ou papel que o homem faz sua profissão de fé, declara livremente sua opinião; porém cautela... não se abuse dessa folha de papel; respeitai, Ó Escritor, a liberdade de imprensa! ...O que é ela? A lei de imprensa é a primeira garantia de meus bens, de minha pessoa, e de minha indústria, é a primeira lei de um povo que deseja ser livre. Sem liberdade de imprensa longe de esperarmos proteção, devemos esperar espoliação, e uma energia democrática aos governos que o não são nas suas formas. Ouvis vós o que é liberdade de imprensa? Não profaneis esta sagrada palavra: para vossos doctos, e calunias não invoqueis a liberdade de imprensa: vós que tendes a instruir o povo, cuidado! Não ide procurar a vida privada de um homem, não o menoscabeis perante o povo precipitado em ajuizar de alguém, não sede o eco da injúria; censurai o erro, não particularizeis o indivíduo: mostrai o abuso das leis quando elas tendam a coactar vossos direitos: porém também respeitai-as...Sêde o órgão da paz e da instrução; sede sem contradições, enecias, futilidades, e absurdos: respeitai a Imprensa! Não abuseis de sua liberdade: vossos escritos vão correr o mundo, e se o encherdes de infâmias, sacrificais a liberdade de imprensa! (O CREPÚSCULO, nº 6, p. 95 e 96)

As Teorias Liberais do Jornalismo ponderam o uso da liberdade de imprensa, que é constantemente confundida com liberdade de expressão. Para Daniel Cornu, “a dificuldade deve-se, fundamentalmente, à confusão entre a liberdade de expressão compreendida como direito de cada pessoa individual e de liberdade de imprensa entendida como exercício de uma função pública” [que requer responsabilidade]. (CORNU, 1998)

Ao examinar os periódicos dos cem primeiros anos da imprensa na Bahia, a procura de artigos que explanassem sobre o jornalismo praticado na época, foram encontradas inúmeras referências a Liberdade de Imprensa.

Alguns desses artigos de fundo nos ajudam, de certo modo, a ter um pouco a noção de como os jornalistas entendiam qual era o papel da imprensa no período pesquisado. Ao refletir sobre Liberdade de Imprensa, os jornais baianos acabaram dando algumas evidências sobre como eles, os jornalistas, viam a si próprios.

Em alguns casos, por exemplo, os jornalistas se colocam como representantes, defensores e porta-vozes dos cidadãos, e a imprensa como cão de guarda que vigia e repreende os abusos do poder. É o caso de Cipriano Barata, que escreveu no prospecto do seu jornal *Sentinela da Liberdade*, a 12 de janeiro de 1831:

A Sentinela da Liberdade tem por officio clarear as idéias, dar luzes aos leitores, combater os erros, lembrar o bem público, repreender os abusos do poder, e de seus empregados e de atirar flexas ervadas contra os servis aristocratas, e os que solapam o nosso liberal sistema: nunca perdoarei ao despotismo e tirania. Defenderei nossos direitos e garantias, e a prosperidade dos bravos ilustres baianos, meus compatriotas, com energia, apesar dos horrores da nossa Lei de Imprensa. A pátria conte comigo sempre à sua frente, que firme a defenderei; e de hoje em diante eu bradarei ao povo brasileiro – Alerta!!!”(SENTINELA DA LIBERDADE, p. 3 e 4)

O trecho acima traduz bem o sentimento do jornalista como representante e defensor dos cidadãos, pois o próprio periódico tinha como lema “desmascarar os tratantes, e defender os inocentes”. Na edição nº2 do jornal *Sentinela da Liberdade*, de 15 de janeiro de 1831, Cipriano diz ainda que para “abrir os olhos do povo” o jornal publicará os “desvarios e erros do governo, e o latrocínio de vários Empregados públicos”. (SENTINELA DA LIBERDADE, p. 8)

Já o periódico baiano *O Censor*, de 6 de setembro de 1837, na sua primeira edição, diz que “perseguirá com todo o rigor da Censura o abuso, e a corrupção na autoridade”. O texto diz o seguinte:

O Censor terá por principal objeto comentar os atos dos Poderes Políticos do Estado, quer centrais, quer provinciais, fazendo a respeito das mais importantes matérias uma resenha analítica, enérgica e imparcial: - procurar mostrar por

meio de raciocínios o acerto, ou inconveniente das leis, e a integridade, ou a má fé dos que os devem fazer guardar: - perseguirá com todo o rigor da Censura o abuso, e a corrupção na autoridade... A calunia, o veneno da sátira, as ferinas alusões nunca terão lugar neste periódico nem a censura recairá vaga e indistintamente sobre todos os atos e medidas da Administração: tão adversos a negra lisonja e ao servilismo, como á desordem e a licença; tão inimigos do Poder irresponsável e arbitrário como do furor das facções, os Redatores do Censor buscarão sempre fazer da liberdade da imprensa um uso regular e legítimo (O CENSOR, 1837, p. 4 e 5)

Um artigo de fundo, sob o título “A morte da imprensa”, do jornal baiano *O Paíz*, de 6 de junho de 1864, fala sobre o imperialismo de D. Pedro II, que colocou a imprensa sob o julgamento de agentes do poder, com o intuito de acabar com os crimes de calunia da imprensa. No artigo, o texto também fala que a imprensa é um grande freio contra os crimes praticados pelo poder, e que é por esse motivo que D. Pedro II tentava estabelecer uma espécie de censura a imprensa. O texto é assinado por “A.A. (Do Republico)”.

O Sr. D. Pedro II por tanto seguiu no seu antigo sistema que sempre lhe tem ido tão bem, destruindo cada dia um artigo constitucional, e tornando-se insensivelmente, senhor mais poderoso, e por fim imperador. Um golpe decisivo, por exemplo mesmo na imprensa, poderia produzir grande impressão e desagradáveis e imediatos efeitos. Mas uma medida indireta, que não diz – não há mais liberdade de imprensa – mas que coloca o julgamento da imprensa nas mãos dos instrumentos do poder, produz o mesmo efeito, e não dá tanto nas vistas. Os crimes de calunia pela imprensa vão ser julgados pelos juizes togados, não competem mais ao tribunal do júri! A imprensa assim manietada é ainda uma imprensa livre? Não está em pior circunstância do que se decretasse a censura previa? (...) Antes a censura previa á imprensa, antes o direito de advertir e de suprimir como tem o imperador dos franceses, do que o julgamento da imprensa pelos agentes do imperador. (...) A imprensa ainda é um grande ferio; pelo temor a imprensa, os crimes que se praticam, ainda se procuram praticar ocultamente e quando se o pratica em público, recua-se ou contém, segundo o clamor da imprensa. As provas dos crimes que a imprensa denuncia raras vezes podem ser documentais, e mesmo difficil é serem testemunhas. A principal prova que a imprensa pode exhibir dos crimes da autoridade, então na ciência do público, na consciêcia dos cidadãos. Que resta pois ao cidadão? O que é da imprensa? (O PAÍZ, 1864, p. 3 e 4)

Sobre o duplo papel do jornalista, primeiro como porta-vozes da opinião pública e, segundo, como vigilantes do poder político, que protege os cidadãos contra os abusos do poder, Nelson Traquina diz que “uma imprensa livre parecia ser uma parte necessária do governo representativo. Sem ela, o governo e o povo não se compreenderiam um ao outro”. (Traquina,

2004) O jornal baiano *O Prenuncio*, na sua primeira edição, em junho de 1870, refletiu sobre o sistema representativo da imprensa. O artigo diz que:

Ao governo cumpriu sempre examinar as tendências do povo que representa, e como poderia fazer se não existisse da parte do povo um meio livre de patenteá-las? Qual o meio legítimo e não anárquico do povo fazer sentir que seus direitos foram perturbados, que o governo não divulga os meios necessários para que possa atingir ao seu fim social? Indubitavelmente a imprensa; porém a imprensa livre. E pelo fato de ter a corrupção - esta serpente social penetrado na imprensa, segue-se que a Liberdade de Imprensa deva ser abolida? Por certo que não. Todas as legislações impõe penas para os delitos da imprensa, já vê-se pois que há uma meio repressivo.

A liberdade da imprensa em toda a sua plenitude sustenta também o sistema representativo, pois ela representa, como que, as conferencias que há entre o povo e o governo. Sim, quem idolatrar a liberdade, como Robespierre, ha de idolatrar a liberdade da imprensa. (O PRENUNCIO, 1870, nº1, p. 1)

O jornal baiano, *A Locomotiva*, de 11 de novembro de 1888, na sua primeira edição, traz em seu artigo de fundo uma reflexão sobre o seu papel, e diz que a liberdade de imprensa “é o freio mais poderoso para todos os abusos do forte contra o fraco”.

Considerando a liberdade de consciência como a primeira de todas as liberdades, ou como aquele de que dimanam todas as outras, que constituem atualmente outros tantos dogmas sócias. Partidários Decididos da Liberdade de Imprensa, na qual vemos, mesmo em seus desmandos, uma das maiores garantias da ordem publica e social, o freio mais poderoso para todos os abusos do forte contra o fraco, destinamos em nosso jornal uma seção especial as publicações de caráter particular... (A LOCOMOTIVA, 1888, p.2)

Já o periódico baiano *Correio do Brazil*, de 22 de agosto de 1903, se diz estar “ao lado e no meio de todas as classes para reclamar pela instrução que definha, pelo trabalho que desaparece, pela indigência que se multiplica e geme, pelos pequenos que se abandonam á mingua da própria piedade.”. (CORREIO DO BRAZIL, 1903, nº 2, p.1)

Na edição de 27 de agosto de 1903, o *Correio do Brazil* diz: “Seremos opositoristas contra o mal, contra a desonestidade, parta de onde partir, venha embora das altas cumiadas do poder: thuribularios do bem, seja qual for o ponto de onde se origine. Eis o corpo do nosso democrata”. (CORREIO DO BRAZIL, 1903, nº 4, p.1)

3.4 Periodização da imprensa na Bahia

A partir das sistematizações dos autores Juarez Bahia e Nelson Werneck Sodré, sobre a evolução do jornalismo no Brasil, e das características observadas nos jornais da época, propomos aqui uma divisão das fases da imprensa na Bahia no século XIX.

A classificação das fases da imprensa baiana sugerida por este estudo, tem como principal referência a periodização da evolução da imprensa brasileira, classificada por Sodré. Entretanto, levou-se em consideração, para recortar as fases da imprensa na Bahia, as observações feitas através das características encontradas nos periódicos baianos da amostra, já descritas no início deste capítulo.

O autor Roberto Seabra, em um estudo sobre os “Dois séculos de imprensa no Brasil”, classificou a evolução da imprensa no Brasil, no período que compreende os cem primeiros anos da imprensa, em apenas duas fases. A primeira, Seabra classificou de *Jornalismo literário*, que vai do surgimento da imprensa no Brasil até o final do século XIX, aproximadamente, e a segunda fase, *Jornalismo informativo estético*, que compreende o período de transição entre o fim do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial.

Ao ler o estudo de Seabra e comparar com o material pesquisado sobre a imprensa no seu primeiro centenário, chegou-se a conclusão que classificar a imprensa do século XIX em apenas duas fases, e de forma tão genérica, não traduz as transformações pelas quais a imprensa brasileira passou nesse período. Ela tem apenas a função de retratar que tipo de jornalismo predominava na época, em detrimento de outras características da imprensa que são extremamente importantes. Classificar o século XIX, ou a maior parte dele, como um século do *jornalismo literário* não está incorreto, mas essa classificação se mostra problemática ao omitir aspectos fundamentais da imprensa para a compreensão de um século tão importante para o jornalismo contemporâneo.

Por isso, optou-se ter como referência a periodização de Nelson Werneck Sodré. O autor classifica a imprensa brasileira em cinco fases: 1) *A imprensa colonial*, que vai desde a proibição

do livro até a imprensa áulica - sobre a censura - período que surge o *Idade d'Ouro*; 2) *Imprensa da independência*, surgimento da imprensa nacionalista e de oposição; 3) *A imprensa do Império*, trata sobre abolição e reformas políticas; 4) *A grande imprensa*, sobre a imprensa como uma empresa capitalista; 5) *A crise da imprensa*, período que o jornalismo impresso sofre com o advento de novos veículos de comunicação, controle da imprensa etc.

Para o primeiro centenário da imprensa baiana propomos as seguintes fases: 1) *A imprensa áulica*, 2) *A imprensa na Independência*, 3) *Jornalismo político-literário*, 4) *jornalismo informativo* e, por fim, 5) *A grande imprensa*.

Periodização da imprensa na Bahia (1811 – 1911)

Fases	Tipo	Valores jornalísticos dominantes	Aspectos funcionais e tecnológicos
<i>A imprensa áulica</i>	Imprensa oficial	Combater idéias contrárias de Portugal, proclamar as virtudes da Corte portuguesa, difundir seus benefícios, neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado que chegava a Bahia.	Jornal semelhante ao livro, poucas páginas. Todos com brasão de Portugal. Pesados artigos de fundo. Censura.
<i>A imprensa da Independência</i>	Imprensa de oposição	Defender os interesses brasileiros, crítica a política e aos jornais oficiais, questionamento da autoridade, liberdade de expressão e de imprensa, verdade, transparência	Jornais ainda semelhante ao livro, com poucas páginas, publicada em fascículos; artigos de fundo. Jornalismo anônimo.
<i>Jornalismo político-literária</i>	Jornalismo pedagógico	Missão pedagógica (educar através da imprensa) e civilizadora. Jornalismo de opinião, de formação política, doutrinário, moralizador. Defender causas político-partidárias.	Jornal dividido em sessões de política, literatura, exterior e interior do estado, cartas. Jornais de estrutura simples. Alguns artigos já são assinados. Diversidade de jornais, de temáticas; jornais efêmeros e circunstanciais. Jornais de associações, grupos e partidos.
<i>Jornalismo informativo</i>	Jornalismo factual	Privilegia fatos e menos opinião, apesar de ainda predominar nos jornais a lógica político-partidária.	Páginas sobre política, economia, literatura; publicidade financiando os jornais; Textos mais curtos e objetivos. Títulos mais criativos. Advento do telégrafo, do telefone, do cabo submarino, das estradas de ferro e de linhas de navegação fluvial. O jornalismo abriga essas inovações como básicas ao seu desenvolvimento.
<i>A grande imprensa</i>	Imprensa capitalista	“Independência”, atualidade, “neutralidade”. A imprensa brasileira passa de uma frágil estrutura individual, improvisada, provisória, com raízes políticas mas ainda em busca de laços e compromissos sociais profundos, para as mãos de uma organização familiar, sólida, solidária, permanente.	Fase artesanal para a industrial. Aumento de tiragem, (jornal tem que dar lucro) títulos curtos. O jornal como empreendimento individual cede espaço a empresa capitalista.

3.4.1 A imprensa áulica

Como o desenvolvimento da imprensa brasileira no seu primeiro centenário se confunde com a evolução da imprensa baiana, não é preciso retomar aqui os fatos históricos que compõem cada fase. Estes dados históricos já estão descritos no capítulo dois deste estudo, ao tratar sobre a periodização da imprensa brasileira. As características da imprensa, em cada fase proposta, também já foram citadas no início deste capítulo, mas elas são retomadas aqui, para ressaltar as mudanças ocorridas na imprensa durante o primeiro centenário.

Optou-se, então, em mostrar quais os valores jornalísticos dominantes de cada fase da imprensa baiana e alguns de seus aspectos funcionais, assim como fez Marcondes Filho, ao classificar a evolução da imprensa no mundo.

A gazeta *Idade D'Ouro do Brazil* foi o primeiro periódico da imprensa áulica na Bahia. Mas anos depois nasceram outros jornais que fizeram coro a ele. Nesse período os jornais eram semelhantes ao livro e com poucas páginas. Por serem jornais oficiais, nenhum deles fazia questionamentos e críticas as autoridades. Pelo contrário, os jornais da imprensa áulica nasciam para defender e exaltar a corte portuguesa, difundir seus benefícios e neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado que chegava a Bahia. Mas ainda sim, diziam ter como valor jornalístico a verdade.

3.4.2 A imprensa da independência

Em 1822, ano em que o país se torna independente e desaparece a proibição formal ao desenvolvimento da imprensa, surge, segundo Bahia, um surto de pequenos jornais. Os jornais a favor da independência do Brasil, e da Bahia, surgem para acabar com a monotonia da imprensa áulica.

Os jornais desse período eram artesanais, de empreendedor isolado (a exemplo de Cipriano Barata), semelhante aos livros, com poucas páginas e tiragens, publicado em fascículos e sem o brasão de Portugal. Os periódicos surgem para defender os interesses do Brasil, questionar os abusos e excessos das autoridades, para defender a liberdade de expressão e de imprensa. Tinha como valores jornalísticos a verdade, a transparência.

3.4.3 Jornalismo Político-literário

Apesar dos jornais dos cem primeiros anos de imprensa na Bahia, terem como lógica o jornalismo político-literário, de uma maneira geral, esta fase proposta por este estudo tem como objetivo destacar o período em que esta característica ficou mais evidente na Bahia.

O autor Juarez Bahia afirma que logo após a independência começa a surgir uma relação mais direta entre jornalismo e a literatura, uma vez que os jornais foram durante décadas o único espaço para a publicação da produção intelectual da época, no período em que ainda não havia editoras no Brasil. “Pode-se dizer que essas duas carreiras cresceram juntas na imprensa, uma influenciando a outra”. (BAHIA, 1990)

O autor Seabra, ao parafrasear Juarez Bahia, explica que da inter-relação entre fato político e fazer literário irá surgir uma qualificada opinião que vai se tornar tradicional. Foi a partir daí que os jornais se tornaram, cada vez mais, instrumentos de luta política ou de embates de ideais.

A imprensa desse período tinha como missão civilizar e educar os cidadãos. Era época de formação política, de defender causas partidárias, de grupos e associações. Os jornais, de estrutura simples, passaram a ser divididos por sessões de política, literatura, exterior e notícias do interior. Época que viu nascer jornais dos mais variados temas, objetivos, interesses e efêmeros.

3.4.4 Jornalismo informativo

Esta fase da imprensa na Bahia começa a se definir por volta de 1880, período marcado pelas iniciativas abolicionistas, investimentos nos jornais, urbanização e industrialização do país. Seabra diz que nesse período

a informação começa a ser vista como produto, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passam a ocupar o espaço antes preenchido pelo mero debate e os veículos impressos são agora os portadores dos interesses da classe produtora e das camadas médias da população. Nesse período pequenos jornais, folhas efêmeras de discutível qualidade ou limitada penetração desaparecem com mais frequência que na fase anterior. (SEABRA, 2002, p.34)

Seabra cita a autora Cremilda Medina, ao dizer que “O leitor é mais exigente com a edição. O mercado dispõe de produtos cujo conteúdo e cuja aparência respondem a novas necessidades. Há mais rigor, sofisticação, concorrendo pelo prestígio” (SEABRA, 2002)

A imprensa, então, ainda que de forma tímida, passou a privilegiar informação em vez de opinião. É importante ressaltar que apesar dessa tendência começar a aparecer na imprensa baiana, ela ainda continuava com raízes fortes na política e em partidos políticos. O advento do telégrafo, do telefone, do cabo submarino, das estradas de ferro e de linhas de navegação fluvial, também foram fundamentais para o desenvolvimento do jornalismo.

3.4.5 A grande imprensa

Nos primeiros anos da imprensa no século XX, a imprensa brasileira passa de uma frágil estrutura individual, improvisada, provisória, com raízes políticas mas ainda em busca de laços e compromissos sociais profundos, para as mãos de uma organização familiar, sólida, solidária, permanente. (BAHIA, 1990)

A imprensa tinha como valores jornalísticos dominantes a atualidade, “neutralidade”, e imparcialidade. Época da transição da pequena à grande imprensa. A imprensa como empresa capitalista que precisa dar lucro. Para isso, grandes tiragens e espaços cada vez maiores para a publicidade nos jornais.

É nesta fase que surge na Bahia o jornal A Tarde. Fundado em 1912, esse jornal, sem dúvida, constitui um marco na história da imprensa baiana.

4. Conclusão

O presente trabalho sugeriu um desafio: tentar caracterizar a imprensa baiana no período que compreende os seus primeiros cem anos. Para isso, foi feito um levantamento de fatos históricos da época e correntes filosóficas que influenciaram a prática e o rumo da imprensa no período. Através das páginas dos periódicos baianos da época, mergulhou-se no tempo a fim de buscar evidências que comprovassem o que os dados históricos indicavam e que as teorias do jornalismo tentam explicar.

Os pesquisadores ousaram traçar, também, um quadro de periodização da imprensa na Bahia, tendo como base informações históricas, observações a partir da consulta de exemplares dos jornais publicados no período estudado, além da periodização dos autores que esquematizaram as imprensas mundial e brasileira.

A periodização da imprensa baiana proposta nesta monografia é sucinta, porém é o ponto de partida para que a imprensa baiana esteja dividida em fases, de acordo com a linha proposta pelos autores citados neste trabalho - de usar as características, os valores dominantes e os aspectos históricos, funcionais e tecnológicos para traçar do quadro das fases.

Aqui vale registrar que os pesquisadores propuseram a divisão de um século em cinco fases, diferente das outras periodizações de outros autores citados nesta monografia, em que cada fase é representada por grandes intervalos de tempo, o que pode causar a omissão de especificidades da imprensa em diversos momentos durante esses grandes períodos. Em geral, o intervalo entre 1811 e 1911 está representado em apenas dois períodos.

Cabe explicitar que a divisão dos autores deste trabalho apresenta mais fases pelo fato de que o período estudado é de grande relevância para o estado da Bahia e de grande riqueza de características do jornalismo, tendo em vista as diversas mudanças nos cenários político, econômico e até cultural e as especificidades do jornalismo nos momentos em que essas mudanças ocorrem.

A periodização proposta aqui tem caráter experimental. Para que se obtenha uma divisão mais precisa e mais aprofundada é preciso um período mais longo que o de quatro meses, tempo em que se constrói uma monografia, a fim de que se tenha acesso a um número significativo de edições de diferentes periódicos da época em relação à dimensão do período que se quer periodizar.

Por ser um estudo de caráter exploratório, abrangente, já que analisou cem anos da imprensa baiana, esse trabalho foi guiado através dos próprios dados e questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa.

Por ser caráter exploratório, o presente estudo serve como base e estímulo para a realização de futuros trabalhos sobre imprensa na Bahia, já que se trata de uma linha de pesquisa pouco prestigiada pelos graduandos em jornalismo.

De acordo com os atores, se pode realizar um estudo do segundo século da imprensa baiana, apesar deste ter sido mais explorado que o primeiro, para que se faça um desdobramento deste trabalho, ao estudar o segundo século, que se completará em 2011, a fim de se obter a noção exata das mudanças nas características e nas concepções do jornalismo e mesmo dividir esse segundo século em fases.

Outras opções de trabalho são análises de diversos aspectos do jornalismo baiano do primeiro século, que carece de maior documentação e registro, tendo em vista que as matérias-primas para a realização dos estudos se encontram em estado de constante deterioração. Sendo assim, urge a necessidade de não deixar que as memórias do jornalismo da Bahia se desmanchem e se transformem em pó sem que sejam exploradas e levadas a público.

O período da proclamação da república, por exemplo, é quase inexplorado pelos estudiosos da imprensa da Bahia, apesar de já ter aproximadamente 120 anos. Este momento histórico deve ser estudado com primor, tendo em vista a importância deste evento.

Nada impede que mais jornais sejam pesquisados em estudos de caso. Independente da relevância que tenham tido na época em que circulavam. É claro que os jornais mais importantes constituem força e interesse maior. Porém, pequenos jornais, inclusive do interior, podem ser pesquisados para que se conheça como eles representam sua cidade ou região, seus públicos, sua política, etc.

Outros trabalhos podem versar sobre o formato dos jornais (tamanho, número de páginas, diagramação, etc), sobre a introdução de informações de agências de notícias em jornais baianos (nesse caso, o estudo só parece possível a partir do momento em que os jornais baianos começaram a indicar os nomes das agências).

Um estudo de caráter muito interessante é análise de notícias do primeiro centenário da imprensa baiana, pois assim seria possível observar quais os modelos e regras seguidos pela imprensa baiana, quando elas se modificavam, as estratégias de organização das matérias nas páginas de cada jornal, entre outros aspectos. Seguir o conselho de Marco Morel, biógrafo de Cipriano Barata, também é uma boa opção. Ele sugere estudos que explorem mais e melhor os textos jornalísticos do jornalista baiano. Além dos trabalhos sugeridos, há uma infinidade de temas que podem ser pesquisados.

Por fim, vale registrar a preocupação dos autores desta monografia com a preservação dos acervos. Aqui fica registrado o incentivo para que os órgãos que os administram, captem recursos para restaurar as obras documentais e memórias do estado.

5. Referências

- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira**. São Paulo: Ática. 1990.
- BARBOSA Rui. **A Imprensa e o Dever da Verdade**. São Paulo: Com-Arte; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1990.
- _____. **Columnas de Fogo**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933.
- _____. **Obras Seletas de Rui Barbosa Campanhas Jornalísticas – Volume VI**. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 29 outubro 2007.
- _____. **Obras Seletas de Rui Barbosa Campanhas Jornalísticas – Tomo VII – 2º volume**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.
- _____. **Obras Seletas de Rui Barbosa Campanhas Jornalísticas – Tomo VIII – 3º volume**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.
- BRITO, Jailton Lima. **A Abolição na Bahia: 1870-1888**. Salvador, Centro de Estudos Baianos da Ufba, 2003.
- CALAZANS, José. O diário de notícias e a campanha de Canudos. **Revista Universitas**. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia. n. 18, 1977.
- CAPELATO, Maria Helena R. **A imprensa na história do Brasil**. In: *Imprensa e história do Brasil*. 2ed. São Paulo: EDUSC/Contexto, 1994.
- CARVALHO, Alfredo de. **A imprensa Bahiana de 1811 a 1899**. Salvador: Empreza Editora. Typ e Encadernação.
- CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da Imprensa da Bahia. 1º Centenário**. 1811-1911. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 2007.
- CARVALHO, Kátia. **Imprensa e Informação no Brasil, século XIX**. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000179/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-510.pdf>>. Acesso em: 02 novembro 2007.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **O Doutor Barata. Político, democrata e jornalista**. Imprensa Oficial do Estado. 1938.
- CASTRO, Renato Berbet de. **A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações**. Salvador; 1968.

CHEIDA, M. J. Origens da imprensa e dos jornais. **Revista de Estudos de Jornalismo**. Campinas, 2001.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)

Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)

CORNU, Daniel. A Responsabilidade dos Meios de Comunicação. In: **Ética da Informação**. Bauru: EDUSC, 1998.

COSTELLA Antonio F. **Comunicação do grito ao satélite**. 5ª ed. Campos de Jordão: Editora Mantiqueira, 2002.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Publicações híbridas marcam a aurora do jornalismo. In: **A fabricação do presente**. Aracaju: Editora UFS, 2005.

GOLDENSTEIN Gisela Taschner. **Do jornalismo político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

KOSHIBA, Luiz. **História do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Atual. 1987.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Rui Barbosa e a Liberdade de Imprensa**. Casa de Rui Barbosa (Bahia). Ano III, 1980.

MARCONDES FILHO, Ciro. Tudo que é iluminado obscurece. In: **Comunicação & Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores Ltda, 2002.

MARINHO, Josaphat. **Pensamento e Ação de Rui Barbosa**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1996.

MATHEUS Leticia Cantarela; BARBOSA Marialva. **Jornais centenários e temporalidades**. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_242.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2007.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador, Academia Brasileira de Letras. Assembléia legislativa do estado da Bahia. 2001.

Mídia, Cultura e tecnologia. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. n. 17, abril, 2002.

QUERINO, Manoel Raimundo. **A Bahia de Outrora**. Salvador: Livraria Progresso, 1955

RIBEIRO, Jorge Cláudio. Metamorfoses do jornalismo. In: **Sempre alerta: Condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Olho d'Água/ Brasiliense, 1994.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil: 1500 a 1822 com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROMANCINI Richard. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa.** Disponível em <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17413/1/R0863-1.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2007.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. In: **Imprensa e poder.** (Org. Luiz Gonza Motta) Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 2002.

SENA, Consuelo Pondé. **A Imprensa Reacionária na Independência: Sentinela Bahiense.** Salvador: Ufba. 1983.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira Gazeta da Bahia. Idade D'Ouro do Brazil.** Salvador, 2ª ed. Revista e ampliada, EDUFBA: 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999

TAVARES, Luis Guilherme Pontes. (org.) **Apontamentos Para a História da Imprensa na Bahia.** Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. Coleção Cipriano Barata.

THOMPSON, John. A Mídia e o Desenvolvimento das Sociedades Modernas. In: **A Mídia e a Modernidade: uma tória social da mídia.** Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.

VAZ, Paulo Bernardo F. (coord.) **Folhas do tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte. 1895-1926.** Ed. UFMG, 1997.

VIANA FILHO, Luiz. **Alguns Aspectos do Jornalismo Baiano.** n.2. Publicação da Associação Bahiana de Imprensa. Salvador, 1980.

VICENTINO. Cláudio. **História Geral.** São Paulo: Scipione. 2000.

6. Anexo

6.1- Quadro criado por Ciro Marcondes Filho sobre as fases do Jornalismo no Ocidente

Fases	Tipo	Época	Valores Jornalísticos dominantes	Aspectos funcionais e tecnológicos	Agentes	Economia
Pré-história	artesanal	1631 a 1789	Espetacular, singularmente novo (desastres, mortes, seres deformados, reis, etc)	Jornal ainda semelhante ao livro, poucas páginas.	Empreendedor isolado	Elementar
Primeiro Jornalismo	Político-literário	1789 a 1830	Razão (verdade, transparência); questionamento da autoridade; crítica da política; confiança no progresso.	Profissionalização; surge a redação; diretor separa-se do editor; artigo de fundo; autonomia da redação.	Políticos; escritores; críticos; cientistas	Economia deficitária
Segundo Jornalismo	Imprensa de massa	1830 a + ou - 1900	O “furo”; a atualidade; a “neutralidade”; criam-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas, as manchetes; investe-se nas capas, logo e chamadas de 1ª página.	Rotativas e composição mecânica por linotipos (1890); telégrafo e telefone; cria-se a agência Havas; mais publicidade e menor o peso de editores e redatores; títulos passam a ser feitos pelo editor.	Jornalistas profissionais	Economia de empresa: jornal tem que dar lucro; aumento das tiragens: 35 para 200 mil
Terceiro Jornalismo	Imprensa monopolista	De +ou - 1900 a +ou - 1960	Grandes rubricas políticas ou literárias; páginas-magazines: esportes, cinema, rádio, teatro, turismo, infantil, feminina.	Influência da indústria publicitária e das relações públicas; uso da fotografia.	Jornalistas, publicitários e relações públicas promovem “indústria da consciência”	Grupos monopolistas dominam a imprensa:
Quarto Jornalismo	Informação eletrônica e interativa	De +ou - 1970 até o presente	Impactos visuais; velocidade; transparência.	Implantações tecnológicas (barateamento da produção); alteração das funções do jornalista; toda a sociedade produz informação.	Redes/sistemas informatizados; pessoas em interface; jornalistas prestadores de serviço	Financiamentos migram para a TV e a Internet; crise da imprensa escrita.

7. Índice dos jornais baianos citados

A CRUZADA. Salvador: Junho, 1889, nº 1

A LOCOMOTIVA. Salvador: Novembro, 1888, nº1

A MARMOTA. Salvador: Julho, 1849, nº 260

A PÁTRIA. Salvador: Janeiro, 1891, nº 1

A ROSEIRA. Salvador: Março, 1868, nº 1

AS COISAS DO ROCÊRO. Salvador: Janeiro, 1899, nº 5

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 10 de dezembro de 1897, nº 280

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 10 de dezembro de 1897, nº ilegível

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 15 de julho de 1897, nº 173

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 17 de julho de 1897, nº 175

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 1º de julho de 1897, nº 162

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 6 de julho de 1897, nº 165

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 7 de julho de 1897, nº 166

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 8 de julho de 1897, nº 167

CIDADE DO SALVADOR. Salvador: 9 e 10 de julho de 1897, nº 168

CORREIO DO BRAZIL. Salvador: Agosto, 1903, nº 16

CORREIO DO BRAZIL. Salvador: Agosto, 1903, nº 2

CORREIO DO BRAZIL. Salvador: Agosto, 1903, nº 2

CORREIO DO BRAZIL. Salvador: Agosto, 1903, nº 4

DIÁRIO CONSTITUCIONAL. Salvador: Abril, 1822, nº 2

FOIA DO ROCÊRO. Salvador: Junho, 1899, nº 14

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 12 de maio de 1818, nº 38.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 13 de maio de 1817, nº 36.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 14 de maio de 1811, nº 1.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 14 de setembro de 1821, nº 100

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 1º de dezembro de 1818, nº 95

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 2(ilegível) de dezembro de 1818, nº 102

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 22 de junho de 1821, nº 76

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 24 de novembro de 1818, nº 93.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 27 de novembro de 1818, nº 94.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Salvador: 28 de novembro 1817, nº 16.

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 10 de maio de 1854, nº 294

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 10 de maio de 1855, nº 590

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 11 de maio de 1855, nº 591

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 12 de janeiro de 1854, nº 197

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 15 de janeiro de 1854, nº 198

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 16 de janeiro de 1854, nº 200

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 17 de janeiro de 1854, nº 201

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 19 de janeiro de 1854, nº 202

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 20 de janeiro de 1854, nº 204

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 21 de janeiro de 1854, nº 205

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 4 de janeiro de 1854, nº ilegível

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 5 de janeiro de 1854, nº ilegível

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 7 de janeiro de 1854, nº 195

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 9 de janeiro de 1854, nº 194

JORNAL DA BAHIA. Salvador: 10 de janeiro de 1854, nº 195

JORNAL DA BAHIA: Salvador: 11 de janeiro de 1854, nº 196

O BAHIANO. Salvador: Junho, 1829, nº33

O BAHIANO. Salvador: Maio, 1829, nº 23

O BAHIANO. Salvador: Maio, 1829, nº 28

O CAXEIRO. Salvador: Março, 1878, nº 1

O CENSOR. Salvador: Setembro, 1837, nº 1

O CONSTITUCIONAL . Salvador: Abril, 1822, nº 5

O CREPÚSCULO. Salvador: Agosto, 1845, nº 1

O CREPÚSCULO. Salvador: Outubro, 1845, nº 6

O CREPÚSCULO. Salvador: Setembro, 1845, nº 1

O GUAYCURU. Salvador: Janeiro, 1846, nº147

O IMPARCIAL BRASILEIRO. Salvador: Setembro, 1829, nº 2

O MENSAGEIRO DA BAHIA. Salvador: Março, 1832, nº 30

O NOVO BAHIANO. Salvador: Julho, 1833, nº 2

O PAÍZ. Salvador: Junho, 1864, nº 28

O PORTUGUEZ. Salvador: Dezembro, 1838, nº1

O PRENUNCIO. Salvador: Junho, 1870, nº 1

O PRENUNCIO. Salvador: Outubro, 1870, nº 5

O SÉCULO. Salvador: Novembro, 1850, nº299

O SENTINELA INVISIVEL. Salvador: Abril, 1867, nº 13

O TYPOGRAPHO. Salvador: Abril, 1878, nº1

O VIAJANTE. Salvador: Junho, 1868, nº 1

SENTINELA DA LIBERDADE. Salvador: Janeiro, 18 31, nº 1

SENTINELA DA LIBERDADE. Salvador: Janeiro, 18 31, nº 2

TURF. Salvador: Janeiro, 1889, nº 1